ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Director António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 – Série VII – N.º 406
22 de Outubro de 1981

Preço: 15$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português | Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 | Composição e impressão – Heska Portuguesa | Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

Uma análise profunda como nunca se tinha feito

Conferência do PCP sobre o Poder Local

Conferência do PCP sobre o Poder Local

Os trabalhos da Conferência desdobraram-se pelas sessões plenárias, de manhã e à noite, e pelo debate nas secções, durante a tarde

(Págs. 3/4/5/6/7/8 e 12)

Tudo sobre a Conferência:

- Reportagem
- Comentários
- Entrevistas
- Documentos

A amizade e solidariedade entre os comunistas de Portugal e da RDA reforçaram-se ainda mais

Hermann Axen com Álvaro Cunhal, e a delegação do PSUA em Terras da Reforma Agrária

Terminou hoje a visita que desde segunda-feira efectuou ao nosso país uma delegação do PSUA, encabeçada pelo camarada Hermann Axen, realizada a convite do CC do PCP. Devido à hora de fecho do nosso jornal, apenas na próxima semana faremos a devida referência, nomeadamente, ao Comício de Amizade ontem à noite promovido no Barreiro.

(Pág. 9)

No sábado

Comício em Guimarães com Álvaro Cunhal

No próximo sábado, às 16 e 30, no Jardim Público de Guimarães realiza-se um comício do PCP com a participação do camarada Álvaro Cunhal.

Este comício, para além de visar esclarecer e divulgar as propostas do Partido para a resolução da crise, tem como principal objectivo manifestar a solidariedade do PCP para com os trabalhadores da indústria têxtil em luta.

Um comunicado recente da Comissão Concelhia de Guimarães do PCP refere, aliás, que naquela zona «são bem visíveis os efeitos desastrosos da política "AD"», **focando precisamente o caso especial da indústria têxtil.**

(sobre a situação neste sector ler notícia na pág. 10)

Delegação do PCF chefiada por G. Marchais vem a Portugal

A convite do Comité Central do PCP visitará Portugal de 28 a 31 próximos uma delegação do Partido Comunista Francês, dirigida pelo seu secretário-geral, Georges Marchais.

Além das conversações com o PCP, a delegação do PCF contactará com alguns aspectos da realidade portuguesa e participará num comício de amizade PCP-PCF a realizar no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, no dia 30, sexta-feira, e no qual usarão da palavra Georges Marchais e Álvaro Cunhal.

Eleições no domingo na freguesia de Belém

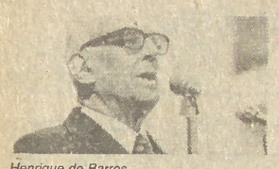
- Comício amanhã com Octávio Pato

A campanha eleitoral da APU para as eleições a realizar no domingo, na freguesia de Belém, em Lisboa, culmina amanhã com um comício, às 21 horas, na Escola Marquês de Pombal, em que intervirão Octávio Pato, António Galhordas, Silva Graça e João Worm.

(Pág. 10)

SEMANA Nacional

14
Quarta-feira


Henrique de Barros

Henrique de Barros, uma das mais prestigiadas figuras do Partido Socialista, pede a sua demissão de militante em carta enviada à secção de Belém, onde se encontrava inscrito, por divergências com a orientação da actual direcção do partido ■ O Banco Português do Atlântico (BPA) aliena a participação do Estado no capital das empresas «Fábricas de Rações da Beira» e «Sociedade de Investimentos J. Marianni» a favor, respectivamente, de Maria Amélia de Mello e José Manuel de Mello; a transacção verificou-se na Bolsa de Valores do Porto, nas sessões públicas dos concursos abertos pelo BPA para aquele efeito ■ A Comissão Política Nacional do PPD/PSD volta a procurar confrontos com o Presidente da República manifestando «sérias reservas» em relação a declarações suas no passado sábado no Fundão ■ Um comunicado da Presidência da República afirma que o «relatório de Timor» poderá ser divulgado por iniciativa do Governo ou da Assembleia da República, após ter obtido do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas «a sua concordância no sentido de ser retirada a classificação de segurança originariamente atribuída ao 'relatório'».

15
Quinta-feira

Gen. Ramalho Eanes

Falando aos delegados da primeira conferência da Federação Internacional dos Empregados e Técnicos (FIET) para a banca e seguros, a decorrer em Lisboa, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, declara que «hoje, as organizações sindicais são parte integrante do sistema de relações que fundamentam a solidariedade social e, assim, asseguram um exercício mais responsável, e mais participado, dos valores democráticos» ■ Várias organizações e personalidades portuguesas subscrevem um apelo dirigido às instituições cívicas, humanitárias, estudantis, religiosas, sindicais e empresas para a entrega à República Popular de Angola de roupas, calçado, medicamentos, material escolar e donativos em dinheiro, numa acção de solidariedade para com o martirizado povo angolano, vítima de agressões racistas.

16
Sexta-feira

Lisboa: défice de 700 mil fogos

O Instituto Nacional de Estatística revela que os preços subiram em média 23,6% no mês de Setembro, quando comparados com a subida verificada em Setembro do ano passado ■ Recordando que o Governo «AD» não cumpriu mais uma vez o que estabelece a Lei de Enquadramento do OGE, não entregando a proposta de orçamento, não elaborando o projecto de Grandes Opções do Plano para 1982, nem sequer apresentando o Plano a médio prazo ao Conselho Nacional do Plano dentro dos prazos previstos pela lei, a CGTP-IN afirma em comunicado que «esta demonstração de incompetência do Governo é tanto mais grave quanto se verifica que a situação económica e financeira do País é catastrófica e se agrava de dia para dia» ■ Na sequência de um apelo à solidariedade internacional para com o povo iraquiano, encontra-se em formação no nosso país um Comité para Defesa dos Direitos do Homem no Iraque, tendo já subscrito o apelo várias personalidades portuguesas ■ A Associação dos Inquilinos Lisbonenses denuncia em comunicado que a política preconizada pelo VIII Governo não resolverá o grave problema da habitação, que hoje se cifra num défice de 700 mil fogos.

17
Sábado

O Presidente da República recebe em audiência o ministro brasileiro do Plano, Delfim Neto, que chegou na passada quarta-feira a Lisboa para discutir com os responsáveis governamentais portugueses o incremento das relações comerciais luso-brasileiras.

18
Domingo

Com a participação de cerca de 1200 delegados e 2000 convidados decorre em Almada, durante todo o dia, a Conferência do PCP sobre o Poder Local, que se realiza sob o lema «Resolver os problemas das populações – defender a democracia» ■ Enquanto parte da Serra da Malcata já é considerada reserva natural por decreto-lei do Ministério da Qualidade de Vida recentemente publicado no «Diário da República», anuncia-se a criação de uma comissão instaladora a quem compete fazer «um correcto ordenamento, conforme as potencialidades e características de cada zona» ■ Nas conclusões do Encontro de Autarcas e Dirigentes Políticos do PSD do distrito do Porto que decorreu este fim-de-semana, ressalta o apontar de alianças com o PS como um «imperativo patriótico e democrático» desde que se realizem com a perspectiva de «afastar os comunistas» dos órgãos do poder local ■ É anunciado na imprensa que os trabalhadores filiados no Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul entrarão em greve no final deste mês, em luta pela publicação de um projecto de carreira profissional já aprovado há largos meses.

19
Segunda-feira

A DORL do PCP analisando os resultados eleitorais de Loures de 11 de Outubro último para a Câmara Municipal, considera-os a vitória local do povo do terceiro maior concelho do país e a vitória de significado nacional das forças democráticas, do PCP, dos seus aliados da APU, que derrotaram com o seu voto a «AD» e as alianças de forças democráticas com a reacção. ■ Reúne-se o Conselho de Chefes dos Estados-Maiores convocado extraordinariamente pelo Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, general Melo Egídio, na sequência de ataques lançados contra as FFAA portuguesas por dirigentes da «AD», nomeadamente Sousa Tavares do PPD/PSD que afirmaria na AR que «as Forças Armadas estão sentadas no banco dos réus» depois da publicação dos relatórios de Timor, concluindo-se nessa reunião que não há indícios de anormal perturbação no seio da instituição militar provocadas por tais referências da «AD».

20
Terça-feira

Teófilo Carvalho dos Santos, candidato do PS à eleição para a Presidência da Assembleia da República, apoiado pela Oposição, obtém mais um voto que o candidato da «AD», Oliveira Dias, do CDS, na primeira votação efectuada para o cargo: a Mesa da Assembleia da República não considerou eleito o candidato do PS por «não ter a maioria dos votos expressos», o que levantou o desacordo do plenário, várias intervenções e o adiamento da questão para próxima sessão. ■ A Comissão Permanente do PS afirma em comunicado que este partido «não fará quaisquer alianças antes de quaisquer eleições gerais», o que «não se pode, contudo, confundir com o regresso à estratégia do 'PS sozinho'».

Efeméride da Semana – A 17 de Outubro de 1974 o Presidente da República Portuguesa, general Costa Gomes; discursa na ONU; é a primeira vez que um Chefe de Estado português fala nesta tribuna internacional, fechada desde sempre ao regime fascista de Salazar/Caetano.

Editorial

SIGNIFICADO DE UMA DERROTA – «AD» MAIS ILEGÍTIMA

O edificante episódio parlamentar que terminou às cinco da madrugada do dia de ontem, para além dos aspectos funambulescos que a Aliança reaccionária ofereceu de si própria, fornece indicações importantes da conjuntura política actual.

Pela primeira vez depois de Julho de 1980, quando a coligação maioritária de direita terminou praticamente em minoria os trabalhos da anterior sessão legislativa, a AD não teve agora maioria para fazer eleger à primeira votação o candidato CDS à presidência da Assembleia da República, nem maioria necessária para fazer funcionar o plenário do Parlamento numa situação de força que ela própria provocou.

A votação – uma grande derrota política da AD – que deu a vitória por um voto ao candidato da oposição, Teófilo Carvalho dos Santos, vai ser repetida sob fundamentos jurídicos altamente contestáveis, mas teve a particularidade de revelar que no próprio seio da AD deputados em número considerável – 22 em 120 – votaram contra ou não votaram mesmo no seu próprio candidato. As rivalidades e choques entre o PSD e o CDS e até dentro de cada um dos dois partidos vieram claramente a lume.

A parte final da sessão de anteontem e o sujo expediente com que a direita pretendeu manipular a instituição parlamentar mostrou desnudamente, para quem esteve na Assembleia da República, a natureza antidemocrática e fascizante da coligação que governa.

Depois da retumbante derrota do dia 11 em Loures, terceiro concelho do País, em que a AD se ficou pelo terceiro lugar com uma queda de 13% dos votos relativamente às últimas eleições autárquicas de 1979 e em que teve contra si cerca de 75% dos votos dos eleitores, o episódio da passada madrugada reforça de forma exuberante a tese da ilegitimidade da AD como força governante e maioritária nos dois órgãos de soberania que domina e põe na ordem do dia com maior força a sua remoção do Poder.

Os argumentos que militam a favor da demissão do Governo AD/Balsemão/Freitas e da realização de novas eleições legislativas ganharam nos episódios de ontem uma nova afirmação.

O traço essencial da conjuntura actual é o do crescimento impetuoso do movimento popular e democrático e do sensível decréscimo da força e influência política da reacção coligada – é o da poderosa afirmação da tendência que aponta cada vez mais para o estreitamento e reforço da unidade de todos os democratas e patriotas e do descrédito dos que, autênticos transmissores de derrota no seio das forças democráticas, defendem entre as mesmas forças uma política de conciliação com a direita, de verdadeiro suicídio da Revolução de Abril.

É este traço essencial que as forças reaccionárias e certos democratas de vistas curtas tentam submergir na avalanche da propaganda da mentira e em manobras de diversão e desestabilização destinadas a confundir os portugueses.

Não perder «o fio à meada» é um velho aforismo popular nascido do saber de experiências feito, válido para as «meadas» mais intrincadas da complexa existência humana, a da política, inclusive.

De facto, a direita no Poder esforça-se por emaranhar e desestabilizar a situação do País como operação necessária do seu plano subversivo contra a democracia portuguesa.

O episódio parlamentar da madrugada de ontem, pelos aspectos sórdidos de que se revestiu, insere-se nesse esforço desestabilizador que é, como os factos o demonstraram, uma faca de dois gumes contra a direita, e pôs a nu a cara golpista e antidemocrática da AD e as suas tentativas para pôr uma mordaça à oposição.

A «meada» da nossa situação política no momento actual, com alguns insidiosos fios que lhe enredaram do exterior, é exposta aos olhos do cidadão desprevenido como bastante embaraçosa e embaraçada: os fios entrecruzam-se inexplicavelmente, o fabrico em série dos chamados «factos políticos» para tentar escamotear os factos reais e as realíssimas derrotas da direita tornou-se uma faina desesperada e diabólica nos centros do diversionismo antidemocrático; aqui e além um inesperado «nó cego» desafia o engenho e a paciência do cidadão que se propõe desdobar o emaranhado – cada vez mais a Aliança reaccionária governante embaraça a meada da crise actual e tudo aponta para a necessidade patriótica de cortar o «nó gordío» com a «tesoura» institucional a fim de restabelecer no Portugal de Abril a normalidade democrática e a verdade política.

Cortar o «nó górdio» da reaccção significa pôr termo ao Governo AD/Balsemão/Freitas e pôr um dique à sua política antipopular e antidemocrática, significa a constituição imediata de um governo capaz de conduzir com isenção a política do País e, se for o caso, uma nova e urgente consulta ao povo português no quadro das instituições do regime – significa, necessariamente, criar as condições políticas prévias para uma verdadeira alternativa democrática.

Por isso «não perder o fio à meada» exige, no momento actual, uma ponderação correcta da situação que vivemos, exige distinguir a realidade da ficção e o essencial do acessório, exige, finalmente, o reconhecimento objectivo dos obstáculos mas também das condições excepcionais existentes para operar uma viragem democrática de política e de governo.

Os «factos políticos» fabricados pela direita governante para esbater os efeitos da derrota de Loures e a gravidade dos problemas nacionais que exacerbou – e ainda para esconder a profundidade da sua própria crise interna, de que o episódio parlamentar da madrugada de ontem é um índice clamoroso – conjugam-se, nas intenções desestabilizadoras, com outros factores de diversão oriundos dos paladinos cobertos ou encobertos do chamado «bloco central».

Chamam-se «Relatório de Timor», «Inquérito de Camarate», «Arquivos da PIDE/DGS», «bloco anticomunista para as eleições autárquicas de 1982», «consenso democrático» para a revisão (inconstitucional) da Constituição, etc.

Para embaraçar ainda mais a «meada» juntam-lhe casos como os da Polónia, as interpretações tendenciosas das importantes vitórias de Miterrand e do Pasok, os ingredientes belicistas das declarações do embaixador Bloomfield a um jornal estatizado acerca do papel dos Açores numa guerra nuclear contra a União Soviética, e outros, e outros...

O «Relatório de Timor» encomendado à TV de Proença, com Barata Feio e Albarran, insere-se claramente na campanha de desestabilização das Forças Armadas e na reabertura de hostilidades contra o Presidente da República e o Conselho da Revolução iniciada pelo comunicado da Comissão Política do PSD, lido com significativa virulência aos microfones da TV pelo ex-ministro Nascimento Rodrigues.

«Forças Armadas para o banco dos réus!» – clama o sr. Sousa Tavares em representação da AD nas bancadas da AR.

O Primeiro-Ministro Balsemão, dos seus «fins-de-semana» nos Açores e na Madeira, traz sempre novas «iniciativas». A última, a do «rigoroso» inquérito ao acidente de Camarate, ainda não aparece definido mas à certa que lá irá inserir-se na guerrilha institucional contra o Presidente da República e talvez não só...

A AD na prossecução do seu plano subversivo abre os fictícios «barris de pólvora» de Timor e Camarate e fecha, por causa das coisas e por iniciativa do acautelado professor Freitas, o incómodo «barril» dos arquivos da PIDE/DGS «congelados» por 20 anos!

Paradoxalmente, no seio da oposição, certas personagens prestam-se ao jogo diversionista da direita. Ambições pessoais desmedidas, visivelmente irrealisáveis pelas sendas que se propõem trilhar, levam a acumular derrotas sobre derrotas.

Nas senda da aventura sem saída e sem princípios, agitam espantalhos inconsistentes, fazem-se namoros e talvez contratos secretos pré-matrimoniais com círculos da direita.

As vozes de sereia da AD, via PSD – desta vez da Comissão Política do Porto –, estendem de novo a ratoeira ao PS e pessoalmente ao dr. Mário Soares acenando-lhe qualquer coisa com a proposta de coligações anticomunistas para as eleições autárquicas de 1982.

Conhecem-se os propósitos de Pinto Balsemão e Mota Amaral para arrumar o PS e Mário Soares como alternativas do Poder.

Os projectos do «bloco central» – mesmo não assinado, mesmo não operante organicamente – sofreram uma estrondosa derrota em Loures. Dela o PS sai bastante ferido em número de votos e perde um vereador a favor da AD. O «bloco central» seria um presente à reacção.

A direita, derrotada também em Loures, não poupa os seus «namorados» dentro do PS, tira ilacções a seu favor contra os socialistas e Mário Soares. Loures poderá ser uma antevisão – com modelos diferentes e métodos aperfeiçoados – das eleições autárquicas de 1982, se o PS morder o isco dos estrategos da AD para a formação do «bloco central».

A Comissão Permanente do PS veio reafirmar que não fará alianças antes de novas eleições mas o que não disse a CP do PS e Mário Soares é, se sim ou não, se propõe fazer qualquer aliança com a AD ou com o PSD, qualquer acordo de governo e de política com os actuais governantes depois das eleições.

E como estará no plano prático a proposta de Balsemão ao PS para um «acordo de regime» a propósito da revisão constitucional?

Só cegos ou falsos cegos não querem ver os perigos para a democracia que resultariam da aprovação de certas propostas da AD para a revisão constitucional.

No projecto de revisão da AD e nas declarações dos seus dirigentes é impossível não detectar as intenções de governamentalizar o Poder, de partidarizar as Forças Armadas, de eternizar a AD no governo e na AR, de destruir ou manipular quaisquer novos dispositivos de controlo da constitucionalidade.

Estes projectos da direita, que nos domínios político-militares encontram certas coincidências perigosas no projecto da FRS, podem, nas condições actuais e se aprovados na AR, constituir um decisivo factor na materialização do plano subversivo da Aliança reaccionária contra o regime democrático e o 25 de Abril.

Os perigos que espreitam no horizonte são de extrema gravidade e deveriam constituir um alerta para todos os democratas e patriotas, para todos os portugueses amantes da democracia e da liberdade – deveriam ser um poderoso incentivo para o diálogo, a convergência e a unidade entre as forças democráticas, designadamente entre socialistas e comunistas.

Não há outra alternativa para a Democracia em Portugal.

É neste quadro que o PCP realizou no domingo a sua «Conferência do Poder Local».

As reportagens e a documentação que neste número inserimos mostram a grande importância política da Conferência, mostram como o trabalho dos comunistas e dos seus aliados na APU é um elemento construtivo e decisivo para a resolução dos problemas e para o melhoramento das condições de vida e o bem-estar das populações.

Milhares de eleitos das autarquias levam a cabo uma obra jamais realizada com devotamento e engenho ilimitados ao serviço do Povo.

Mesmo a imprensa reaccionária – atacando o PCP – é obrigada a reconhecer a grandeza da obra dos eleitos comunistas nas autarquias locais.

«Eles para isso são bons» – dizem elementos da direita referindo o trabalho dos comunistas nos órgãos de poder local.

O que não querem confessar é que «eles são bons» também para outras coisas: para participarem no governo do seu País, para aí fazerem um superior trabalho em benefício do Povo e da Pátria, para aí darem novas provas do seu mérito e da sua dedicação à causa do Povo, da Democracia, da Independência Nacional.

O momento virá em que os comunistas ao lado de outros democratas e patriotas, escorraçarão do Poder os impedernidos reaccionários, os governantes corruptos, os defensores do antigamente.

Uma alternativa democrática será oposta à AD, ao seu governo e à sua política. A defesa da democracia, da liberdade e dos ideais de Abril retomará o seu curso.

PCP

● Encontro com uma delegação da CGTP-IN

No dia 19 de Outubro, uma delegação do PCP constituída por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, José Vitoriano, membro da Comissão Política e Odete Santos, membro do Grupo Parlamentar do PCP, recebeu uma delegação do Secretariado da CGTP-Intersindical Nacional constituída por José Luís Judas, Kalidás Barreto e Joaquim Calhau.

O encontro teve lugar a pedido da CGTP-IN e no quadro de contactos realizados com os partidos democráticos que apresentaram propostas de revisão da Constituição.

A delegação da CGTP-IN entregou, para exame, um documento contendo uma «Carta Reivindicativa dos Direitos Constitucionais dos Trabalhadores».

A delegação do PCP, expressando a sua solidariedade ao movimento sindical unitário, comunicou que transmitirá aos órgãos dirigentes do Partido as considerações e opiniões expressas pela delegação da CGTP-IN.

● A construção do novo Centro de Trabalho do PCP no Barreiro

Finalmente foi iniciada a construção do novo Centro de Trabalho da organização concelhia do Barreiro!

No passado sábado foi depositado o primeiro betão na parte que compreende a muralha-suporte do que será dentro de alguns meses mais um Centro de Trabalho do PCP.

Dezenas de camaradas e amigos do Partido concentraram-se espontaneamente junto ao tapume do terreno fronteiro ao campo do Lusó, na Avenida Miguel Bombarda, presenciando o momento histórico que constituíu o começo da obra. Era visível a satisfação estampada nos rostos, a alegria expressa na simples frase: «a obra já começou».

Há já muito tempo que os comunistas do Barreiro iniciaram a tarefa da angariação de fundos, com base na Comissão pró-Centro, tarefa que coloca agora redobrados esforços a toda a organização e a todos os militantes do concelho.

Entretanto, prossegue em bom ritmo a aquisição do «diploma-recordação». Todavia, a Comissão Concelhia convida todos aqueles que ainda não tenham o diploma e o desejem adquirir a dirigirem-se aos responsáveis das diversas células e de outros organismos ou aos Centros de Trabalho do Partido no concelho, a fim de assegurarem o seu diploma-recordação.

A Comissão Concelhia, tendo em conta a intenção manifestada por vários camaradas e amigos de depositarem as suas contribuições para o novo Centro, torna pública a conta bancária em que tais depósitos se podem efectuar: **conta 7702486/001 – Partido Comunista Português/DORS – Banco Totta & Açores, Barreiro.**

● 1.ª Assembleia de Organização nos Açores

Está marcada para os dias 28 e 29 de Novembro a 1.ª Assembleia da Organização do Partido da Região Autónoma dos Açores. Os trabalhos decorrerão na cidade da Horta e o seu êxito – é com esta ideia que os militantes comunistas da Região já estão a trabalhar – assinalará uma importante etapa na vida da organização e também «um forte contributo para o reforço da capacidade de acção da oposição democrática regional», como salientou o camarada José Decq Mota, membro suplente do CC do PCP e responsável da DORAA do Partido, numa recente conferência de Imprensa. A Assembleia terá 90 delegados eleitos pelas organizações do PCP em todas as ilhas dos Açores.

● Reunião da DORAM (Madeira)

«Agravam-se as condições de vida da população», «Aprofunda-se a crise económica da Região», «Limitam-se os direitos dos trabalhadores», «Restringe-se o desenvolvimento cultural», «Aumentam os atentados à democracia e à paz», «Há condições para a vitória democrática», «Reforçar a organização do PCP na Madeira» – estes são os temas desenvolvidos no documento aprovado pela Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira (DORAM), na sua reunião do passado dia 5, realizada na cidade do Funchal.

Os aspectos contidos no importante documento e assuntos relacionados com a preparação e realização do 2.º Encontro de Organização e 1.ª Assembleia Regional do Arquipélago serão motivo para uma oportuna referência no «Avante!».

● Comissão Distrital da Guarda

A situação política e social do País e do distrito foi o principal ponto de análise e debate da reunião da Comissão Distrital da Guarda do PCP, realizada no passado dia 12, naquela cidade. No breve documento dirigido aos órgãos de Informação os camaradas congratulam-se pela vitória da APU em Loures e pelas vitórias das listas unitárias nas eleições para os Sindicatos dos Têxteis da Beira Alta e do Comércio e Escritórios da Guarda. A Comissão Distrital do PCP manifesta a solidariedade dos comunistas para com os trabalhadores dos Lanifícios em luta por uma tabela salarial justa, pela manutenção das conquistas anteriormente alcançadas contra o divisionismo e por melhores condições de vida; os trabalhadores da Renault em luta pela actualização das tabelas salariais e pela manutenção dos seus postos de trabalho; e os pequenos e médios agricultores em luta pelo escoamento dos seus produtos, contra os aumentos escandalosos dos factores de produção, por preços compensatórios para as suas colheitas, em suma, pela melhoria de vida nos campos.

● Excursão a Casebres

Por iniciativa da Comissão de Freguesia de Buarcos do PCP, concelho da Figueira da Foz, efectuou-se no passado fim-de-semana uma excursão que levou mais de 50 pessoas à Cooperativa Agrícola de Casebres, em Alcácer do Sal.

A jornada incluiu um dia de trabalho voluntário que se traduziu na apanha de quatro mil quilos de pimentos e ainda uma festa-convívio com baile, canções e os tradicionais petiscos.

Os visitantes puderam constatar as prepotências e roubos executados pelos sucessivos governos de direita contra a Reforma Agrária e particularmente contra esta cooperativa.

No final, a pedido dos cooperantes, ficou a promessa dos figueirenses de voltar na primeira oportunidade.

● Próximas iniciativas

Para **amanhã** estão previstas as seguintes iniciativas: plenário dos militantes comunistas da freguesia de **Vialonga**, às 21 horas, no Centro de Trabalho da localidade; problemas inerentes à autarquia ocupam destaque especial na ordem de trabalhos do plenário; entretanto, o **Sector de Saúde da Organização Regional de Lisboa** efectua, com início à mesma hora, uma sessão sobre administração hospitalar na URSS; local da iniciativa: Centro Vitória, na Avenida da Liberdade.

A DORL do PCP e as direcções das organizações da JCP do distrito de **Lisboa** realizam no próximo sábado, dia 24, no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes, na capital, um Encontro Distrital de Quadros do PCP e da JCP, cujo início está marcado para as 9 e 30. Participam 100 camaradas (50 do Partido e outros 50 da Juventude), que vão abordar os seguintes pontos: a situação da jovem geração no distrito, os seus principais problemas e aspirações, os temas de atracção dos jovens, formas de mobilização e organização e a acção do PCP e da JCP. Estará presente no Encontro o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP.

No CT Vitória, na Avenida da Liberdade, em **Lisboa**, realiza-se no próximo sábado um Encontro Distrital de membros de secretariados de células do PCP na **Banca** e **Seguros**. A sessão começa às 14 hotas e contará com a presença de Blanqui Teixeira, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central. A discussão de problemas de organização mobilizará a maior parte da ordem de trabalhos deste Encontro promovido pelos organismos de direcção da Banca e Seguros.

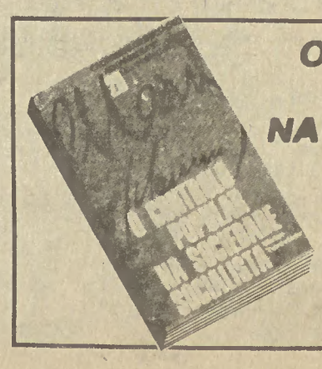
Ainda no sábado, a **célula do PCP na Câmara Municipal de Lisboa (CML)** promove uma Assembleia que decorrerá a partir das 15 horas, nas instalações do CT de Alfama, com a seguinte ordem de trabalhos: eleições sindicais; situação política e social. Participará, além de grande número de trabalhadores comunistas do município lisboeta, o camarada Manuel Pedro, do CC do Partido.

Os camaradas da **Freguesia de Santo André** (Barreiro) levam a efeito a sua 2.ª Assembleia de Organização, no próximo sábado, a partir das 14 e 30, no Grupo Recreativo da Quinta da Lomba. A Assembleia tem como lema «Organizar para Avançar» e da sua ordem de trabalhos constam os seguintes pontos: apresentação e votação do Relatório, eleição da Comissão de Freguesia e apresentação à população da Comissão eleita. No final haverá uma sessão de Canto Livre com artistas da freguesia.

Também no sábado, mas na **Figueira da Foz**, efectua-se a 2.ª reunião de quadros de células de empresa do concelho. O início dos trabalhos está previsto para as 15 horas, no CT do Partido.

No domingo, dia 25, as direcções regionais do PCP e da JCP de **Santarém** promovem um plenário de professores e estudantes comunistas, no qual se vai analisar a situação escolar no distrito, denunciar as precárias condições de ensino agravadas pela política dos Governos «AD» e definir o plano de actividades e formas de trabalho «para melhor podermos corresponder aos problemas e anseios dos professores e estudantes do distrito de Santarém». O encontro decorrerá no Clube da Feira, a partir das 10 horas.

Também no domingo, a Festa da Unidade será espaço aberto de convívio, amizade e alegria no Largo do Chafariz, em **Tires** (Cascais). A iniciativa pertence à respectiva Comissão de Freguesia do PCP e do seu programa destacamos o espectáculo que se inicia às 15 horas prolongando-se até à noite e o comício com um camarada da direcção do Partido, às 17 horas. Barata Moura, J. Jorge Letria, Carlos Gonçalves, Grupo Coral Alentejano de Tires e grupo «Rés-do-Chão Esquerdo» são nomes assegurados para o espectáculo da Festa da Unidade.



O CONTROLO POPULAR NA SOCIEDADE SOCIALISTA

216 páginas 90$00

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrulha – 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul
Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Setembro: 52 413

Conferência do PCP sobre o Poder Local

Memorável jornada

A Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local, realizada domingo passado em Almada, foi um êxito. A Conferência aprovou dois documentos fundamentais: o «Documento-síntese», daqui para o futuro instrumento indispensável à actuação dos comunistas e de todos os democratas nos órgãos autárquicos, e o «Manifesto», destinado a divulgar entre as grandes massas os princípios, objectivos e realizações dos comunistas em defesa do Poder Local.

Delegados e convidados escutaram dois importantes discursos, um de Álvaro Cunhal, enquadrando o Poder Local na situação e nas grandes lutas políticas do momento, outro de Carlos Costa, caracterizando a natureza e definindo a importância do Poder Local no Portugal de Abril e apontando as tarefas dos comunistas nesta frente de trabalho.

Mas além de tudo isto, a Conferência constituiu uma oportunidade inesquecível para um balanço do trabalho feito e uma troca de experiências como nunca se fez nem tão depressa se fará no domínio do Poder Local, permitindo um debate riquíssimo sobre questões muito variadas e em condições muito diversificadas.

De tudo o que se passou e como se passou – resultado visível e indiscutível, não é demais sublinhá-lo, do estilo de trabalho colectivo característico dos comunistas, patente no desenrolar da Conferência tal como já o havia estado na sua preparação – procuramos dar uma imagem nesta edição, imagem essa suficientemente vasta para nos impedir o tratamento esta semana de outros importantes temas nacionais e internacionais, mas nem por isso suficientemente completa para dar o devido realce a todos os aspectos – inclusive os humanos – desta memorável jornada.

A reportagem, a entrevista, o comentário, o documento, a foto – meios de que o jornalista dispõe para cumprir a sua missão de informar, esclarecer e formar – aí ficam ao dispor dos leitores. De qualquer modo, inevitavelmente, nas próximas edições voltaremos a falar da Conferência. Até porque, de agora em diante, se tornará difícil falar do Poder Local, conquista de Abril, sem utilizar como referência o trabalho – ponto de chegada e ponto de partida – do passado domingo, em Almada.

Como decorreram os trabalhos

Almada foi no domingo uma cidade diferente. Logo pela manhã, muito antes das nove, começaram a afluir à Cidade de Abril milhares de pessoas vindas de todos os pontos País. Chegaram de carro, de barco, de autocarro e logo invadiram as ruas trocando abraços, gracejos, piadas de amigos, à procura de um café para a primeira bica do dia — breve interregno na marcha logo retomada.
O ponto de encontro estava marcado há muito para a Escola D. António da Costa — a Conferência do PCP sobre o Poder Local.

Os que chegaram mais cedo espalharam-se pelo átrio da escola ao sol da manhã, sabendo notícias de amigos, acertando os últimos pormenores do trabalho a apresentar, perguntando novas da luta comum nas diversas frentes, visitando a exposição preparada pelos camaradas de Almada, aproveitando a banca da CDL par adquirir um livro, uma revista ou apenas uma lembrança.

Depois, ao aproximar das nove, camaradas e amigos foram enchendo o Pavilhão da Escola vestido de festa com faixas azuis a contrastar com o verde das plantas, como uma saudação delicada a recordar aquela outra do engalanado painel que na rotunda de acesso à cidade dava aos delegados e convidados as boas-vindas à cidade de Almada.

Passavam poucos minutos das nove horas da manhã quando o camarada Raimundo Cabral, membro da Comissão Política do CC do PCP, dava início aos trabalhos da Conferência sobre o Poder Local.

Uma saudação especial

Eleita a mesa de presidência dos plenários, que ficou composta pelos dezoito membros da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP e por mais cinquenta e dois camaradas membros de direcções regionais, eleitos nas autarquias e membros de comissões específicas ligadas ao poder local, os delegados aprovaram o regulamento e os órgãos da Conferência: secretariado, comissão de redacção e comissão de verificação de mandatos.

A primeira intervenção coube ao camarada José Vieira, membro da Comissão Concelhia do PCP e presidente da Câmara Municipal de Almada, que como «anfitrião» saudou os visitantes da Cidade de Abril, salientando o significado da Conferência se realizar num concelho e num distrito onde o PCP/APU detêm a maioria absoluta no conjunto dos órgãos de poder local.

Saudação que seria retomada em seguida pelo camarada Manuel Sobral, membro do CC e da DORS, que através dos partidos e forças democráticas convidados à Conferência saudou os militantes do MDP/CDE; PS; UEDS; ASDI; MSD; Base FUT; CGTP-IN; a União dos Sindicatos de Setúbal; União dos Sindicatos de Lisboa; Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais; Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul; Secretariados das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e Setúbal; Comissão Coordenadora da Aliança Povo Unido; MDM; Federação Nacional das Cooperativas de Consumo; Federação Nacional das Cooperativas de Habitação; cooperativada Reforma Agrária; Secretariado das Empresas em Autogestão e Cooperativas; Secretariado das Cooperativas Eléctricas; Federação Nacional das Cooperativas de Transportes e Ensino da Condução Automóvel; MURPI; CNA; Secretariados distritais das UCPs e Cooperativas Agrícolas; Direcção da Juventude Operária Católica; Associação de Deficientes.

O camarada Manuel Sobral referiu-se depois ao longo caminho percorrido pelo Poder Local após o 25 de Abril e como os comunistas ultrapassaram rapidamente **a barreira da inexperiência lançando-se na batalha da resolução dos problemas locais mais prementes e na construção e consolidação de um poder local forte e democrático.**

O resultado alcançado, como o camarada sublinharia, foi passar da **fome de experiência do trabalho nas autarquias** que se sentia após a Revolução de Abril à **dificuldade de «digerir» em 12 secções e um plenário, o manancial de experiências contidas em centenas de intervenções.**

Cerca de três mil pessoas, entre delegados e convidados, estiveram presentes no amplo pavilhão da Escola D. António da Costa onde se realizaram as sessões plenárias de abertura e encerramento da Conferência

Um manancial de experiências

As palavras do camarada Sobral começaram logo por ser confirmadas por Manuela Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Portel, que usou da palavra depois da intervenção do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que reproduzimos noutro local.

Foram sobretudo os números que chegaram do Alentejo, mostrando como em sete anos se fez de facto mais que em quase meio século de fascismo. E como apesar do salto gigantesco na melhoria das condições de vida da população do concelho se continua a ter como objectivo melhorar o trabalho, reforçar a unidade com os eleitos de outras forças políticas, preparar mais e melhores quadros para o futuro.

Essa continuaria de resto a ser a tónica das intervenções registadas até ao intervalo das 11 horas, apesar das diferentes situações relatadas por Francisco Duarte, vereador da Câmara Municipal da Marinha Grande; Luís Decq Mota, que deu conta das evoluções que se vêm registando nas Regiões Autónomas e Helena Medina, sobre o norte do País, onde os êxitos do trabalho em minoria se somam na luta contra a corrupção, as ilegalidades, os compadrios da direita.

Na segunda parte dos trabalhos em plenário, de manhã, estava já generalizada a convicção de que o tempo era curto para tão vasta matéria.

E a intervenção de Luís Sá, da Comissão de Autarquias junto do CC, só serviu para a confirmar. As posições dos comunistas nos órgãos de poder local, as suas possibilidades de trabalho, os resultados das eleições suplementares, — tudo isto sintetizado em números incontroversos — eram matéria bastante para um debate de fundo.

Tal como o balanço da organização regional de Santarém, apresentado por António Ganhão, presidente da Câmara de Benavente ou a intervenção de Alfredo Graça, o primeiro presidente comunista de uma Câmara do Algarve (Vila Real de St.º António).

Em qualquer delas seria interessante analisar a actuação dos eleitos do PS, ou tão somente o esforço necessário para ter já hoje cumprido 90 por cento do programa apresentado ao eleitorado, como na Câmara algarvia.

Diferente foi a comunicação de Veiga de Oliveira, membro do CC, deputado e vereador da Câmara de Cascais, que deu conta do trabalho realizado pelo Grupo Parlamentar do PCP no âmbito da defesa do Poder Local democrático.

Como diferente foi a experiência que chegou de Belmonte, através do camarada Vítor Teixeira, acerca do importantíssimo trabalho ao nível das freguesias.

Manuel Sobral e José Vieira

O balanço apresentado por Martins Coelho, em nome da DORL, as propostas de Manuela Peixoto em nome da JCP para uma melhor ligação entre as autarquias e a juventude, e ainda o balanço da DORS feito pela camarada Maria Emília, presidente da Junta de Freguesia de Almada, última oradora da manhã, deram bem a dimensão do debate que já foi feito no Partido a propósito do Poder Local e o muito que inevitavelmente iria ficar por dizer num dia que foi longa jornada de trabalho.

Um poder local mais rico

A riqueza das intervenções em plenário, o interesse pelos temas em debate traduziram-se como era de esperar no trabalho das secções, que preencheu toda a tarde de domingo. Como se refere noutro local, o espaço e o tempo foram curtos em cada uma das doze secções, cimentando a convicção de que cada uma delas merecia uma Conferência...

Apesar disso os resultados do trabalho foram francamente positivos, as horas de debate enriqueceram quantos nele participaram, deram ânimo novo para as novas tarefas que se colocam na defesa do poder local democrático.

Os resultados desse intenso trabalho de domingo passado preencheriam de resto o plenário de encerramento da Conferência, aberto à população, a que presidiu o camarada Dinis Miranda, membro da Comissão Política.

Vítor Neto, suplente do CC, foi o primeiro orador da noite, apresentando o relatório da Comissão de verificação de mandatos, com a análise social e etária dos delegados, que referimos à parte.

O camarada Casmarrinha leu em seguida o relatório da Comissão de Redacção, que dá conta das propostas de alteração ao documento síntese (conclusões da Conferência) apresentadas no decorrer dos trabalhos, revelando que das 76 propostas de alteração tinham sido aceites 62 (81%).

O importante documento, material de estudo indispensável para todos os interessados nas questões autárquicas, revela, como foi sublinhado, o bom nível ideológico dos participantes na Conferência, um elevado grau de conhecimento dos problemas do povo e do País. Aprovado por unanimidade e aclamação, o documento síntese será posteriormente divulgado sob a sigla **Poder Local, resolver os problemas do povo, defender a democracia.**

O plenário aprovou ainda um Manifesto, que publicamos à parte, apresentado pelo camarada Rui Pedro.

A Conferência do PCP sobre o Poder Local terminou com um importante discurso do camarada Carlos Costa, do qual a falta de tempo (tanto mais que muitos delegados e convidados tinham vindo de longe, e segunda-feira era dia de trabalho) apenas permitiu a leitura de cerca de metade. Seguiu-se a entoação em coro, em ambiente de apoteose, do «Avante, Camarada» e do Hino Nacional.

Os milhares de pessoas que encheram o pavilhão da Escola D. António da Costa no passado domingo, vivamente impressionadas com o muito que já se fez no âmbito do poder local malgrado as enormes dificuldades com que os eleitos democratas se debatem, os ataques cerrados das forças de direita que desesperadamente tentam voltar à «ordem» centralizadora do antigamente, saíram da Conferência com uma certeza renovada — o Poder Local, conquista de Abril, será defendido, a democracia será reforçada.

Análise social e etária dos delegados

A Comissão de verificação de mandatos analisou o processo de eleição de delegados e as fichas de presença na Conferência, tendo concluído que dos **1097 delegados** presentes **493 (45%)** foram eleitos na sua qualidade de membros de órgãos autárquicos e os restantes segundo outros critérios.

Da análise da composição social dos delegados constatou-se a presença de **345 operários** (31,5%), **412 empregados** (37,5%), **261 técnicos e intelectuais** (23,8%), **12 pequenos agricultores** e 57 delegados provenientes de outros sectores e actividades profissionais.

Dos delegados à Conferência **103 eram mulheres.**

Quanto à composição etária dos delegados verificou-se que **222** (20,4%) tinham **menos de trinta anos, 736** (67%) situavam-se **entre os trinta e os cinquenta anos** e **139** (12,7%) tinham **mais de cinquenta anos.**

Estas dados reflectem, como foi salientado, a natureza de classe do Partido, a sua juventude, a sua ampla ligação aos interesses do povo, confirmando a ampla representatividade da Conferência do PCP sobre o Poder Local.

A Comissão de verificação de mandatos assinalou ainda a contribuição qualificada de técnicos e especialistas dos mais variados sectores, elemento importante para a solução dos muitos e complexos problemas que se apresentam àas autarquias.

Um documento fundamental

Documento de excepcional importância para a actividade futura dos autarcas comunistas, o texto-síntese que reúne as conclusões da Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local seria aprovado por unanimidade e aclamação, já sessão de encerramento, realizada à noite, no amplo pavilhão da Escola D. António da Costa.

O documento, cujo projecto englobava 34 páginas, recebeu dezenas de contribuições (alterações e aditamentos), propostas ao longo da Conferência pelos delegados, e dá uma panorâmica resumida mas bem significativa do intenso debate efectuado em torno da inciativa do Partido, tanto na sua fase preparatória como no decurso da própria realização.

O documento-síntese da Conferência está organizado de acordo com os seguinte capítulos:

1. O Poder Local democrático, conquista de Abril; **2.** A instituição do Poder Local, a ofensiva da direita e a alternativa necessária; **3.** O Poder Local, os problemas das populações e as conquistas de Abril;**4.** Política de unidade, informação às populações e participação popular; **5.** O funcionamento democrático dos órgãos autárquicos; **6.** A administração e gestão eficaz das autarquias; **7.** Uma actividade e uma política ao serviço das populações;**8.** As eleições para os órgãos autárquicos previstas para fins de 1982; **9.** O trabalho do PCP nos órgãos de Poder Local.

Cada um dos referidos capítulos está subdividido em vários pontos.

Dada a sua extensão não nos é possível publicar o importante documento. Recorde-se, entretanto, que o vasto manancial informativo e de análise da Conferência Nacional do Partido (aliás, muitas das intervenções não puderam ser apresentadas por falta de tempo) será brevemente publicado em livro, incluindo, naturalmente, o próprio documento-síntese.

Momento em que os delegados aprovavam por unanimidade o Manifesto da Conferência

Debate nas secções

As 12 secções de que trataremos a seguir ocuparam, mais minuto menos minuto, quatro horas e meia de trabalho a cada participante. Feitas as contas, foram mais de 54 horas multiplicadas por centenas de comunicações que abrangem praticamente todas as experiências concretas dignas de menção no âmbito de uma Conferência deste tipo sobre o poder local. Foi preciso muita concisão, golpe de vista para apanhar o essencial, disciplina e ordenamento democrático do trabalho colectivo para se chegar ao final dos trabalhos nas 12 secções com obra feita. Esta parte da Conferência permitiu sobretudo uma troca de experiências vindas de todo o território nacional e dos sectores e ramos mais variados, exigindo por essas e outras razões, como várias vezes foi repetido, mais ampla divulgação do que aquela que, em termos de espaço, é possível num jornal.

I Secção

Política de unidade, informação ao público e participação popular

Juntamente com a III e sem contar com as regiões (XI secção-Freguesias) a 1.ª secção, que funcionou a partir das 14 e 30 numa sala do 1.º piso, um espaço pequeno que ficou rapidamente a abarrotar, foi a secção que teve mais comunicações escritas e onde o debate foi talvez seguido com mais atenção.

Na lista das «comunicações nas secções da Conferência sobre experiências concretas» previamente distribuída aos jornalistas a 1.ª secção tinha 48 rubricas cobrindo por ordem numérica outros tantos assuntos que iam desde «o trabalho da APU nos órgãos autárquicos em que está em minoria» até à «informação às populações», uma intervenção da Moita.

Mas quando a mesa procedeu à primeira contagem das intervenções ou comunicações preparadas de antemão, isto é, já submetidas a debate anterior, durante os trabalhos preparatórios, o total subiu de 48 para 51. As 48 já eram demasiadas para o tempo de que se dispunha. Havia ainda que contar com o debate, com as intervenções suscitadas pela discussão, pelo próprio conhecimento dos problemas, pela troca de experiências.

E o essencial desse trabalho foi feito pelos intervenientes e pela mesa em menos de 5 horas.

Foi necessário resumir, condensar assuntos, limitar forçosamente as intervenções que apareceram mais tarde e que de algum modo repetiam ou podiam ser incluídas noutras comunicações apresentadas.

A própria nomenclatura da 1.ª secção serviu de ordem de trabalhos. Depois de aprovada a constituição da mesa, decidiu-se por unanimidade dividir em 3 partes as menos de 5 horas de que se dispunha para o debate. Assim se falou primeiro das experiências que têm a ver directamente com o trabalho em minoria nos órgãos autárquicos; em segundo lugar da ligação das autarquias com o movimento popular; e por último (incluindo resumos elaborados pela mesa) da informação às populações das várias autarquias. A escolha funcionou.

De facto, conseguiu-se reunir sob estas três grandes questões concretas o essencial das intervenções anunciadas no título da 1.ª secção. Segundo o respectivo guião, nela foram tratados «os problemas de unidade e aliança e debatidas as experiências e formas de prosseguir a política de unidade em torno dos problemas concretos onde quer que a APU se encontre em minoria; os meios, objectivos e experiências de informação às populações; as relações das autarquias com o movimento popular, em especial com as comissões de moradores, as colectividades, as comissões de trabalhadores, os sindicatos, etc.».

Como sucedeu nas restantes secções, no final não foram aprovadas conclusões ou qualquer resolução. Os documentos desse tipo foram todos remetidos para o plenário da Conferência. Não quer isso dizer que a ordem apontada no guião fosse desrespeitada. Não quer dizer que o debate se prolongasse desnecessariamente num terreno para vir a falhar noutro. Conseguiu-se o equilíbrio possível.

Pelos resumos finais, pela condução dos trabalhos e por algumas intervenções desta 1.ª secção foi responsável uma mesa presidida por Martins lho, da DORL e do Comité Central do PCP, que abriu a sessão com a sala à cunha.

Sem a ambição de extrairmos aqui as conclusões-síntese que só os trabalhos do plenário, em certa medida, viriam permitir, não deixaremos ainda assim de salientar a extensão do papel positivo que as minorias APU podem desempenhar, porque já desempenharam em vários locais, em todos os órgãos do Poder Local onde a APU está representada em minoria.

Um dos exemplos é a acção fiscalizadora, que tem sido exercida nessas condições, designadamente contra o desleixo, a corrupção, o compadrio nas actividades autárquicas, principalmente naquelas que envolvem negócios, por vezes grandes, até mesmo negociatas e fraudes às claras e beneficiários poucos e sempre privados, em prejuízo das populações ou da maioria dos seus componentes em freguesias e concelhos.

Não desmobilizar, honrar os compromissos APU para com os eleitores estejam ou não os eleitos democráticos em minoria; continuar com o trabalho nos pelouros em contacto directo com as populações, resolvendo-lhes os problemas, na medida do possível, mas dando o melhor, porque «resolver os problemas das populações é defender as liberdades»; acção empenhada e esclarecida, afinal, sem deixar de tratar caso por caso; opção pelo positivo.

A variedade das experiências concretas foi grande em número de freguesias, concelhos, distritos e regiões. Não podendo materialmente mencionar todas as intervenções, e porque todas tiveram a sua importância, salientaremos apenas e para terminar o esforço que ressaltou de todas as intervenções desta 1.ª secção, no sentido de procurar apoio e de apoiar sempre as propostas que interessem ao maior número, venham essas propostas de onde vierem, e sobre a execução das quais se possa exercer vigilância, o que nem sempre é fácil quando se está em minoria e quando eleitos de outras forças políticas, mesmo democráticas, tentam trazer para dentro das assembleias municipais e de freguesia problemas de ordem diferente daquela que pode unir o maior número em volta da resolução concreta de problemas concretos e de benefício comum.

II Secção

Descentralização e relações com o poder central

Com 20 comunicações inscritas, segundo a lista que já citámos na 1.ª Secção, mas com o mesmo problema das outras secções, resolvido afinal a contento e com bons resultados no que respeita à distribuição do tempo e dos assuntos, a II Secção teve a presidir à respectiva mesa o camarada Veiga de Oliveira, membro do Comité Central e do grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República.

Uma participação intensa e, como em todas as secções com as portas abertas para quem seguia os debates cá de fora por não caber nas salas, a II Secção deveria debater e debatem, segundo o guião elaborado para as secções, «a Lei das Finanças Locais, a lei de delimitação de responsabilidades em matéria de investimento, a política de crédito às autarquias; os investimentos na administração central e o poder local; a regionalização; as comissões de coordenação regional; os GATs; o sentido e os modos de exercício da tutela administrativa».

Os assuntos em debate nesta secção, aparentemente virada para assuntos áridos como são por vezes os jurídicos quando tratados de maneira a encobrir em vez de esclarecer, não foram atacados por aridez nenhuma e seguidos com interesse visível pelos presentes, quer participassem directamente ou não na discussão.

Como sucedeu nas outras secções havia na mesa presidentes de Câmaras de maioria APU e vereadores com pelouros de especial responsabilidade. Nesta 2.ª Secção, além do presidente da Câmara de Sines, que interveio sobre a «interacção do poder central na área do município», neste caso aquele a que preside, um elemento da APU falou sobre «o projecto de acordo intermunicipal de abastecimento de água à área metropolitana do Porto».

Sabemos que não basta enunciar um assunto para lhe definir a importância. Mas a verdade é que, com todas as limitações de tempo já apontadas e também, por vezes, certamente sentido por muitos, um excesso de desconforto que poderia prejudicar a atenção, assim mesmo esse assunto do abastecimento de água à cidade do Porto mereceu atenção redobrada à medida que ia avançando a exposição. São vários milhões de contos que estão em jogo. É um serviço vital para aquela área metropolitana que uma Câmara de maioria AD tem entre mãos e, segundo tudo leva a crer, da pior maneira para o interesse nacional e para o interesse da própria população da cidade. Os representantes da APU na Assembleia Municipal têm batalhado pelo esclarecimento completo da questão, sobretudo no que respeita ao financiamento e ao juro (38%) que o Banco Mundial se propõe fazer, ou alguém se propõe por ele, na obra de vulto como é o fornecimento de água a uma área metropolitana do tamanho da do Porto.

Do Porto para Sines, dos problemas do abastecimento de água para os portos prometidos há anos para Sines, Peniche e outras localidades e que ainda nem começados foram, no que respeita aos trabalhos em terra, passou-se entretanto, como o tempo o permitia (e escolhemos apenas os assuntos de maior interesse) por «fazer prosseguir Alqueva» (a barragem parada) e as responsabilidades das autarquias naquele empreendimento; pelas Finanças Locais e pela política de crédito às autarquias; pelas consequências da não aplicação da Lei das Finanças Locais em vários concelhos, designadamente os de Loures, Azambuja e Vila Franca de Xira.

Como aconteceu mais especificamente na 1.ª Secção, vieram naturalmente a ser debatidas as questões relacionadas com a fiscalização positiva exercida e a exercer pela minoria APU sobre actividades que envolvem não apenas as autarquias, mas se relacionam estreitamente com o poder central, e mais concretamente com ministérios e secretarias de Estado responsáveis pelo turismo (zona de jogo em Tróia, por exemplo) pela Pesca, pela Saúde e Assistência, pelas Obras Públicas.

III Secção

Funcionamento dos órgãos de Poder Local

O funcionamento dos órgãos de poder local era o tema da III secção, coordenada pela camarada Helena Medina, membro do CC e da DORP. Por ali passaram durante toda a tarde dezenas e dezenas de camaradas e amigos ligados aos diferentes órgãos autárquicos de todo o País, dando uma imagem bem viva do que significa esse mundo do poder local onde 66 000 cidadãos eleitos directamente pelo povo desempenham (ou não) as funções que lhes foram confiadas.

Do trabalho dos comunistas em minoria ou em maioria, dos órgãos que funcionam aos que se limitam ao mínimo e indispensável que lhes é exigido, dos que muito simplesmente não funcionam, da unidade das forças de esquerda ao trabalho demagógico dos eleitos do PS, de tudo se falou na III secção.

De Valpaços, por exemplo, chegou um interessante relato de como é possível, em minoria, conjugar esforços dos partidos de esquerda para aprovar questões de interesse das populações, influenciar os próprios eleitos da AD, nomeadamente presidentes de Juntas de Freguesia. De salientar que estes, muitas vezes, quando colocados perante questões concretas que estão interessados em resolver, reagem contra a orientação reaccionária dos seus dirigentes.

De resto, as dúvidas crescentes que cada vez em maior número de autarquias se colocam às pessoas honestas que só por engano estão em listas AD constituem um bom sinal para o desenvolvimento da política de unidade, firmemente defendida pelo PCP/APU.

Diferente é muitas vezes a actuação dos eleitos do PS, que aparece um pouco ao sabor dos objectivos eleitorais. Onde são francamente minoritários aderem com facilidade à acção unitária; pelo contrário, onde são a segunda força e pensam ter possibilidades de ter ou de voltar a ter a maioria, pouco ou nada contribuem para a solução dos problemas.

É o que se regista em Vila Nova de Gaia onde, como relatou um eleito da APU da respectiva Assembleia Municipal, os socialistas têm optado neste último ano pelo que consideram "críticas saudáveis" ao executivo da AD. Ou seja, não procuram impedir os desastres de gestão da direita, não contribuem para uma melhoria do trabalho e aproveitando para recolher dividendos nas eleições do próximo ano.

Muito diferente é o comportamento dos comunistas e seus aliados na APU nas autarquias locais. Defender sempre em primeiro lugar os interesses da população é a preocupação dominante, independentemente de quem detém o poder. Essa seria de resto uma tónica das intervenções nesta secção, ilustrada com inúmeros testemunhos.

O caso de Matosinhos é um deles. Criticando sempre que necessário a gestão AD, a APU vai mais longe – **trabalha, não boicota.** E foi com esse trabalho que impediu, por exemplo, que as tarifas da água fossem aumentadas até à data, que os últimos dois aumentos da electricidade não entrassem em vigor no concelho, etc. Elucidativo é que só no ano passado a APU tivesse apresentado na Câmara mais de 40 propostas ou questões enquanto a AD, maioritária, não apresentou nem metade!

Debate nas secções

O relato de um eleito na Assembleia Municipal da Horta (ex-independente que aderiu ao Partido) é outro exemplo desse espírito que anima os comunistas nas autarquias. Também lá, onde o PSD domina, a APU luta pela melhoria das condições de vida do povo.

E não deixa de ser curioso assinalar que naquele órgão autárquico as propostas da APU são geralmente aprovadas, desde que não sejam de carácter político. E são apenas dois os eleitos da APU, num órgão de 49 membros.

Como a maior parte das intervenções salientaram, o sucesso da gestão ou da participação na gestão dos eleitos do PCP é inseparável da sua política de unidade na resolução de questões concretas, do seu estreito contacto com as populações, do profundo conhecimento dos problemas e anseios do povo.

Tanto assim é que mesmo nas zonas onde o trabalho de esclarecimento é mais difícil – como na Região Autónoma da Madeira, por exemplo, onde o isolamento da população ajuda a manter o obscurantismo e o caciquismo malgrado as carências enormes de toda a espécie – começam a colher-se os frutos dessa dedicação sem limites à causa do poder local democrático.

Impossível aqui dar conta de toda a riqueza das experiências relatadas. Tão impossível como foi para os próprios participantes contar tudo o que queriam. Na III secção já passava das 17 horas e ainda havia mais de 80 pedidos de intervenção!!!

Um debate vivo e participado caracterizou o trabalho nas 12 secções

IV Secção

Administração e gestão autárquica

Organização de serviços, informática, questões de pessoal, obras por administração directa, foram alguns dos temas centrais debatidos nesta secção.

Numa sala que foi manifestamente pequena para o elevado número de participantes, Severiano Falcão, membro do CC e presidente da Câmara Municipal de Loures, orientou os trabalhos de relógio na mão, pois também ali o tempo foi escasso para a vastidão do assunto.

E no entanto raras vezes se terá abordado com tanto rigor as questões da administração autárquica, cuja eficiência não depende só da vontade política dos eleitos, mas também da adopção de medidas que passam pela valorização e reconhecimento dos direitos dos trabalhadores das autarquias, da reorganização, racionalização e equipamento dos serviços, da planificação da actividade, do uso correcto dos recursos, do controlo da gestão financeira e orçamental.

A importância e o peso que os trabalhadores de uma autarquia podem ter no funcionamento da mesma, os seus problemas e aspirações foram questões levantadas por uma trabalhadora da Câmara Municipal de Lisboa, entre outras. O município da capital é hoje uma autêntica empresa, com mais de oito mil trabalhadores espalhados por trezentos locais de trabalho e abrangendo cerca de duas centenas de categorias profissionais.

A maioria AD na maior Câmara do País não tem contribuído de modo algum para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Muito pelo contrário, a falta de diálogo, as irregularidades que vão até ao despedimento injustificado passando pela desautorização de técnicos competentes, etc., etc., têm sido motor de lutas cada vez maiores dos trabalhadores.

Também neste campo a comparação entre a actuação das autarquias de direita e as de maioria comunista é significativa dos interesses que se defendem. Enquanto para as primeiras o caso de Lisboa é «exemplar», para os municípios APU os resultados da gestão revelam o esforço para o estímulo à participação dos trabalhadores no equacionamento dos problemas e procura de soluções, a formação e reciclagem técnico-profissionais, as melhorias das condições de trabalho e segurança, o reconhecimento e escrupuloso respeito pelos direitos dos trabalhadores e das suas organizações representativas.

Outra das questões que mereceu particular atenção aos participantes da IV secção referia-se à administração directa de obras pelas autarquias, via cada vez mais utilizada quer pela incapacidade de resposta dos empreiteiros quer por se revelar mais favorável em termos de custos, prazos e qualidade de execução.

Muitos exemplos foram dados neste campo. De Sobral de Monte Agraço chegou a informação de que o Plano de Actividades para 82 poderá vir a ser executado na totalidade por administração directa, pois chegou-se já à conclusão que os custos das obras são assim muito menores e a qualidade muito maior.

Os problemas com os empreiteiros cimentaram tal conclusão. Basta dizer que estão ainda por acabar 4 km de estrada que deveria ter ficado pronta em 1979!

Semelhante é a opinião dos comunistas de Almada, autarquia hoje equipada com um bom parque de máquinas e pessoal especializado. E também pensam o mesmo os camaradas de Vendas Novas, onde por administração directa se fizeram mais de oito mil metros de rede de águas e quatro mil metros de rede de esgotos, cujos custos ficaram respectivamente por menos 70 e 50 por cento do que custariam de outra forma.

De salientar que é praticamente geral a crítica das fôrças de direita à política de aquisição de máquinas. Compreende-se. Não lhes interessa nada que os comunistas, as autarquias de maioria APU, apresentem trabalho...

Outro exemplo levado ao debate foi o do concelho de Loures, onde a Câmara tem vindo a realizar todo o trabalho de construção e reparação de estradas, estimando-se que os custos fiquem por 70 por cento do valor global se realizadas por particulares. Loures dispõe hoje de uma central para produção de massas asfálticas e uma pedreira, estando em curso estudos para uma central de britagem. Estes recursos estão já a ser utilizados por outras Câmaras do distrito de Lisboa.

Como foi salientado nesta secção, uma das principais vantagens das obras por administração directa é a participação das populações. O prosseguimento das jornadas de trabalho voluntário em obras de autarquia seria de resto apontado como uma direcção essencial do trabalho dos comunistas nos órgãos de poder local.

V Secção

Habitação, administração urbanística e política de solos

O planeamento urbanístico e a definição da política de solos são preocupações centrais das autarquias. O debate destes temas, bem como o da habitação e construções e loteamentos clandestinos, reuniu na V secção um conjunto de delegados e convidados especialistas do complexo tema em análise.

As intervenções, muitas delas necessariamente técnicas, não deixaram no entanto de referir os problemas políticos de fundo que aqui se colocam com particular acuidade, bem como exemplos do trabalho desenvolvido pelos comunistas para dar resposta às carências das populações.

Como não podia deixar de ser, a política seguida pela AD em tais domínios foi severamente criticada. Porque se é certo, por exemplo, que os democratas eleitos têm procurado defender e melhorar a utilização do solo agrícola, racionalizar a sua transformação em solo urbano, a mesma preocupação não existe a nível central, onde a AD mais se preocupa em servir a sua clientela política, os interesses privados em busca do lucro fácil e rápido.

Outro tanto se passa a nível dos planos de urbanização apresentados pelos municípios que chegam a estar anos nas gavetas da Direcção Geral de Planeamento Urbanístico à espera de aprovação.

Esta realidade, vivida por todas as autarquias, justifica plenamente a luta dos comunistas e outros democratas pela transferência para os municípios de poderes em matéria de política de solos e planeamento urbanístico e pela reformulação da legislação urbanística sobretudo nos aspectos em que lesa directamente a autonomia do poder local.

Também no que se refere à habitação e às graves carências neste domínio as intervenções foram críticas em relação à política defendida pela AD — primazia à iniciativa privada — e esclarecedoras do grande esforço desenvolvido pelas autarquias Cooperativas de Habitação Económica, Associações de Moradores e população em geral, para colmatar a grave situação.

Directamente ligados a estas questões, numa relação quase directa de causa e efeito, está o problema dos loteamentos e construções clandestinas.

A experiência da APU neste campo é extremamente rica, como aliás já se tinha verificado nas primeiras Jornadas de Loteamentos Clandestinos realizadas recentemente no Seixal.

O concelho do Seixal poderá mesmo ser apontado como um dos exemplos na recuperação de clandestinos em estreito trabalho com as populações implicadas.

A necessidade de contenção deste fenómeno seria de resto apontada como urgente, dadas as grandes responsabilidades que acarreta para as administrações locais. No fundo, são elas que suportam, ao nível do terreno, a ineficácia e as contradições da política de habitação e da política de solos.

VI Secção

Infra-estruturas e recursos hídricos

O presidente da Câmara de Almada moderava, na mesa, a sexta secção. Sala cheia, como todas as outras. Atenções voltadas para as questões levantadas por diversos oradores que abordavam o tema "infra-estruturas, recursos hídricos e autarquias". O abastecimento de água, os esgotos e os lixos, os transportes, a electrificação, a rede viária, a participação das autarquias na gestão dos recursos hídricos e o seu papel face à situação de seca e inundações, tais eram as variantes do tema proposto. Como nas outras secções, também aqui o tempo foi pouco para a vastidão e complexidade das questões em debate.

Era de resto a opinião do camarada José Vieira, presidente da Câmara de Almada, com quem trocamos algumas impressões sobre o decorrer dos trabalhos: "O trabalho é tão rico que um dia só é insuficiente. Mereceria pelo menos dois dias. Algumas questões levantadas mereceriam uma discussão mais aprofundada. Por exemplo o problema da articulação entre os serviços prestados pelas empresas nacionalizadas de transportes – CP, RN – e as autarquias".

Uma das intervenções que ouvimos, lida por Vítor Jerónimo, versando os problemas da "electrificação em Sobral de Monte Agraço", dava uma ideia do esforço desenvolvido pela gestão APU para, em colaboração com os trabalhadores do município e com as populações, obviar às carências da electrificação no concelho. Com a gestão APU, que herdara as dificuldades que o PS não resolvera até 1980, altura em que as eleições puseram a APU à frente da Câmara. Desde então, 17 aldeias viram pela primeira vez luz eléctrica no concelho!

Uma intervenção da célula da EDP revelou números significativos: o fascismo deixou milhão e meio de portugueses sem electricidade. Atrás de nós, na Europa, só Malta e a Turquia consomem menos energia *per capita*. Outras das revelações, indicadora de que a 'AD' quer destruir a EDP e entregar o sector a entidades privadas, é o facto de serem as autarquias 'AD' quem mais deve àquela empresa nacionalizada, embora todas as autarquias tenham dificuldades em efectuar pagamentos por virtude da não aplicação da Lei das Finanças Locais.

E o aumento das tarifas às populações? Sobre este problema debruçar-se-ia o camarada Viriato Moura, da DORP, cuja intervenção reproduzia as conclusões do Encontro de Eleitos APU do Porto, em Abril deste ano. "Estamos contra estes aumentos das tarifas – disse – porque eles não são indispensáveis nem inevitáveis. Trata-se antes de o Governo pretender usar o expediente do aumento das tarifas para transferir para as populações os efeitos do agravamento dos desquilíbrios económicos e financeiros da EDP, que nela provoca a política da 'AD' de submissão ao imperialismo, de aumento das taxas de juro, de obrigatoriedade de recurso ao crédito externo, de desvalorização do escudo, de ataque às nacionalizações".

"Como têm defendido os eleitos APU – sublinhou mais adiante a intervenção – as autarquias não podem ter uma posição meramente passiva face aos aumentos das tarifas. As autarquias foram eleitas pelas populações para resolver os seus problemas e defender os seus interesses e não para serem meras correias de transmissão da política antipopular da 'AD'. Lutar contra o aumento das tarifas de electricidade, pressionar o Governo para a sua revisão, unir-se às populações na sua luta contra tais medidas, propor e estudar alternativas e contrapartidas válidas são obrigações estritas de qualquer órgão autárquico".

VII Secção

Ecologia e Poder Local

Tema que tem vindo a merecer crescente atenção por parte do Partido, a ecologia e os seus diversificados problemas também estiveram em foco na Conferência Nacional do PCP, tendo mobilizado o vivo interesse de muitos delegados e convidados, que durante toda a tarde encheram a sala da secção VII.

A **preservação da qualidade da água, do solo, do ar e da paisagem e a participação dos órgãos autárquicos na sua recuperação** foram assuntos particularmente abordados pelos camaradas e amigos presentes. De referir, entretanto, que outras secções da Conferência (caso da "habitação, administração urbanística e política de solos" ou "infra-estruturas recursos hídricos e autarquias") trataram igualmente importantes questões relacionadas com a acção de defesa do ambiente.

Os trabalhos da secção "ecologia e Poder Local" foram orientados por uma mesa dirigida pelo camarada Hélder Madeira, presidente da Câmara Municipal do Barreiro e membro suplente do CC do PCP.

De muitas regiões do País vieram relatos de problemas, de experiências e de ideias que testemunham a profunda preocupação dos eleitos da APU pelas questões de ordem ecológica.

A consciencialização plena dos órgãos de Poder Local, a realização de seminários e outras iniciativas de formação e estudo nas regiões, a importância da legislação adequada e a cooperação entre as Câmaras e outros órgãos foram alguns dos tópicos desenvolvidos por vários intervenientes no debate, que decorreu sempre num quadro de acentuado interesse.

O controlo da localização das indústrias e o eficaz tratamento dos produtos lançados pelas empresas nas águas ("lutar para que seja posta em prática adequada legislação sobre o lançamento de efluentes industriais e domésticos nos cursos de água, albufeiras, lagos e lagoas, incluindo as penalidades a aplicar em caso de infracções"), a defesa e ampliação de espaços verdes, a preservação do património natural e o controlo e racionalização dos explorações florestais (tema que mereceu uma importante intervenção dum camarada de Almada, que alertaria, a dada altura, para as consequências do facto de apenas dois por cento das florestas pertencerem ao Estado), o papel das autarquias nas acções de controlo e fiscalização dos regulamentos antipoluição existentes ou a criar, a participação nas Comissões de Gestão do Ar, "exigindo a sua maior eficácia e generalização a todos os concelhos em que o problema tenha assumido certa gravidade" – foram algumas das necessidades apontadas pelos presentes.

Os problemas ligados à poluição e destruição dos rios do País foram amplamente debatidos tanto ao nível das questões mais específicas de carácter técnico, como ao nível das experiências e lutas nas regiões, tal como sucedeu com as intervenções de camaradas de Torres Novas (rio Almonda), Setúbal (Sado) e Alenquer.

Em relação às conclusões da Conferência (documento-síntese) registem-se, a título de exemplo, as seguintes direcções aí definidas e que foram apontadas no decurso do debate na secção VII:

"Lutar pela descentralização de funções de defesa do ambiente, de modo a que estas preocupações não sejam um pretexto para aumentar a burocracia e usurpar poderes municipais (caso dos parques e reservas naturais e dos parques de campismo);

"Lutar para que no Convénio Luso-Espanhol sobre utilização de águas de rios internacionais sejam introduzidos dispositivos de salvaguarda da qualidade das águas que entram em Portugal, designadamente contra efeitos de poluição radioactiva".

De **Barcelos, Setúbal** (Parque Natural da Serra da Arrábida), **Sintra/Cascais, Porto** (o escândalo da extracção de areia no rio Douro, em Avintes), **Sines** e **Seixal** vieram interessantes relatos em que se descrevem problemas vividos pelas populações e se apontam propostas objectivas para a sua resolução.

VIII Secção

Educação, Cultura, Desporto Tempos Livres e Juventude

A secção VIII tinha como objectivo abordar o papel das autarquias no domínio da educação, da cultura, do desporto e cultura física; na ocupação de tempos livres das crianças em idade escolar; e, com especial incidência a acção dos órgãos de Poder Local quanto à vida da juventude e aos seus problemas específicos; e ainda a participação dos jovens na actividade das próprias autarquias.

Enfim, um tema vasto que mobilizou num amplo recinto um grande número de participantes, delegados e convidados da Conferência Nacional do Partido.

Dirigiu os trabalhos da secção o camarada Osvaldo de Castro, membro suplente do Comité Central do PCP e presidente da Assembleia Municipal da Marinha Grande. Presentes na mesa mais nove elementos, ligados na sua actividade quotidiana àqueles problemas.

No capítulo da **educação e ensino**, foi sublinhada a necessidade de incentivar acções de alfabetização, lutar pela clarificação de responsabilidades do Poder Central e Local no sector do equipamento escolar, acompanhando as medidas de transferência de responsabilidades dos correspondentes recursos financeiros; prosseguir, entretanto, as acções de construção, conservação ou aquisição de equipamentos, no quadro das prioridades localmente definidas, reforçando a denúncia da incúria do Governo; promover a ligação da escola à vida e ao meio local; e intervir sempre que possível no sentido de melhorar a acção social escolar.

No âmbito da **actividade cultural** os participantes salientaram, entre outros aspectos, a necessidade de dinamizar e apoiar os agentes culturais existentes, nomeadamente colectividades, associações, grupos de teatro, corais e folclóricos, etc. Cabe também ao Poder Local, referiram alguns oradores, baseando-se alguns em experiências concretas vividas nas regiões, divulgar as criações culturais, as experiências e ideias novas e incentivar a criatividade, promovendo o acesso ao teatro, cinema, música, bailado, artesanato, fotografia, pintura, etc.

Foi também apontada, como direcção de trabalho fundamental, a promoção de iniciativas próprias das autarquias, designadamente através de centros de formação técnico-artística, centros de ocupação de tempos livres infantis e juvenis, tendo presente, nalguns casos, a ideia de preencher espaços vazios deixados por outros agentes culturais. Um papel extremamente positivo, tal como realçaram vários delegados e convidados, tem sido desempenhado pelos serviços culturais de alguns municípios.

No quadro do **desporto e da cultura física**, tema que mereceu também interessantes comunicações, foi constatado, por um lado, o baixo nível de praticantes em Portugal, e, por outro, o inegável direito que representa para todo o Povo e para a Juventude a prática do desporto e da cultura física, como factor de valorização humana e social.

Uma valorização em que o Poder Local tem também responsibilidades e tarefas para desempenhar. Neste sentido, os participantes na Conferência definiram, entre outras, as seguintes orientações, com o objectivo de dinamizar a actividade das autarquias no sector do desporto e da cultura física: incentivar a criação de infra-estruturas para a prática desportiva, de forma planeada e tendo em conta as necessidades mais urgentes e as possibilidades reais dos órgãos autárquicos; apoiar as colectividades e Comissões de Moradores, nomeadamente através de subsídios, equipamentos e transportes; tentar criar, onde ainda não exista, o pelouro do desporto e da cultura física, recrutando quadros com aptidão, que podem actuar directamente e também no apoio às escolas, clubes, associações e colectividades; incentivar e apoiar a realização de jogos desportivos populares locais, distritais e regionais.

A diversificação das modalidades e a consequente divulgação de jogos menos conhecidos e praticados suscitou alguns apontamentos no decorrer dos trabalhos da secção.

Uma vida sã, alegre, feliz, construída no convívio e na profunda ligação às realidades — esta é a vida que a **juventude** justamente reclama. É a vida que a juventude do Portugal de Abril merece. Também neste aspecto cabe ao Poder Local uma participação directa, viva e actuante. Como foi sublinhado nos debates da secção VIII, as autarquias devem promover actividades culturais, desportivas e outras para a ocupação dos tempos livres dos jovens; assegurar a participação da juventude e das suas organizações no trabalho autárquico, tanto nas decisões e projectos que mais directamente lhe digam respeito, como, de forma directa, na tentativa de resolução dos problemas gerais da população; prosseguir esforços em áreas como a habitação e emprego, nos quais, apesar de estarem bastante dependentes das acções do Poder Central, as autarquias têm dado uma considerável contribuição; e apoiar as reivindicações dos jovens relativamente ao direito ao trabalho, à luta contra os contratos a prazo, contra a repressão patronal, pela formação profissional e contra a degradação das condições de estudo e ensino.

IX Secção

Saúde e Segurança Social

O papel das autarquias no domínio da saúde e a sua contribuição para a resolução dos problemas da infância, da terceira idade e dos deficientes, eram os temas em debate nesta secção, que reuniu muitos interessados num pequeno anfiteatro da escola. Algumas cadeiras de rodas conseguiram algum espaço, e foi saliente a participação no debate de camaradas deficientes, que de resto não se cingiram à discussão das questões inerentes à problemática que os afecta mais directamente.

Moderada pela camarada Zita Seabra, esta secção referiu-se ao esforço conseguido no domínio da saúde nas autarquias de maioria APU.

Numa das intervenções a que tivemos oportunidade de assistir, foi sublinhado que o orçamento da segurança social dá prioridade a instituições religiosas em detrimento das autarquias, criando e mantendo o "espírito de caridade" em lugar de desenvolver a ideia de que a segurança social é um serviço a que o povo português tem direito.

Uma ideia contrariada durante o debate foi a de que se deve sempre proceder a um levantamento minucioso das carências antes de se avançar para qualquer tipo de reivindicações ou de acções tendentes a melhorar as condições existentes no campo da saúde e da segurança social onde as autarquias podem desenvolver uma actividade positiva.

A actividade positiva dos eleitos da APU e das autarquias geridas pelo Povo Unido, foi de resto ilustrada com muitos exemplos de bom trabalho apesar das dificuldades. Desde a construção e apoio a centros de infância, à construção de equipamentos e criação de estruturas que promovem a integração social dos idosos e dos reformados, os exemplos ao longo da tarde deram um balanço positivo do trabalho feito, mas também foram apontados não só os caminhos a seguir como as dificuldades que se deparam à gestão democrática neste domínio.

O trabalho de apoio aos deficientes é muito mais difícil quando a autarquia não é APU. Esta foi uma das conclusões apontadas por um membro, da Associação dos Deficientes (Amadora). Acácio Santos Cruz, depois de salientar o trabalho positivo feito na Amadora – uma Câmara que nasceu do 25 de Abril –, apelou aos responsáveis autárquicos para que, nos seus planeamentos de construção, se não esqueçam das "barreiras arquitectónicas", um dos grandes problemas dos deficientes.

Zita Seabra, por seu lado, salientou a importância da divulgação dos direitos dos reformados e deficientes, muitos dos quais, não os conhecendo, prescindem a favor do Estado, de pensões e outros subsídios que, embora reduzidíssimos, lhes são atribuídos por lei. As autarquias têm um papel a desempenhar na divulgação desses direitos.

X Secção

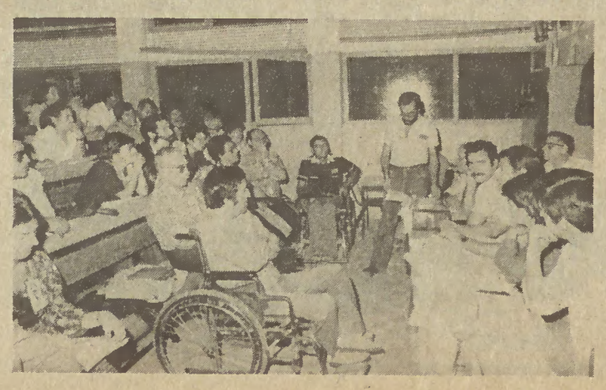
Autarquias e desenvolvimento económico

Temas desde o poder local e a indústria até à pesca em Peniche, desde o sector primário (agricultura e Reforma Agrária) até ao terciário (serviços, designadamente o turismo no Algarve) ocuparam os trabalhos da 10.ª Secção que como o seu nome indica se alargava por um vastíssimo campo e entrava forçosamente pelo geral sem esquecer o particular bem assinalado de resto nas 44 comunicações que vêm descritas por temas na lista que já citámos sobre «experiências concretas».

De facto, essas experiências, bem presentes aliás em toda a Conferência, tiveram nesta Secção especial significado, pois foi aí que se tratou com mais pormenor dos assaltos da direita à Reforma Agrária.

Pela 10.ª Secção passaram ainda problemas gerais dos pequenos e médios agricultores, que constituem a grande massa dos camponeses, a maioria da população de muitas freguesias e municípios dos mais carenciados do País. Passaram também os problemas que afligem mais o pequeno comércio, as contradições que, exploradas pela direita, ainda agravam esses problemas, comuns muitas vezes a todos os pequenos e médios produtores e comerciantes, designadamente nas povoações que vivem da e para a agricultura.

Presidida pelo camarada Dinis Miranda, membro da Comissão Política e do Comité Central do PCP, a mesa enfrentou os mesmos problemas de tempo que se verificaram nas outras secções. Menos de 5 horas tiveram que chegar para expor e discutir assuntos tão vastos como a Reforma Agrária (só sobre este tema, além das intervenções momentâneas, havia sete comunicações escritas, e portanto resultantes de debates anteriores, relativas a Évora, Serpa, Arraiolos, Vendas Novas e Moura), construção civil, empreiteiros e empresas municipais; trabalhos específicos sobre Sines, turismo e Serra da Estrela e outras ainda sobre este tema do turismo em Grândola, Cascais e Algarve; baldios; emigração; desemprego e muitas outras ainda, que tiveram de ser resumidas, por escassez de tempo, como o porto de pesca de Peniche há anos por começar.



Democraticamente, como de resto aconteceu com toda a Conferência, optou-se pela síntese, pelo resumo, pela concisão. Os resultados foram bons e houve oportunidade de expor experiências que aqui naturalmente nos é impossível por falta de espaço tratar em pormenor, mas que serão como já foi várias vezes repetido publicadas mais tarde em livro. E bem o exigem algumas que não foram, nem podiam ser mais sintéticas e simbólicas ao mesmo tempo, como entre outras a do Mercado de Matosinhos onde o vereador APU encarregado do respectivo pelouro tem feito um trabalho digno de ser divulgado.

XI Secção

As Freguesias na administração local portuguesa

Secção muito concorrida esta, onde se debateram os problemas e as experiências de funcionamento das freguesias em vários domínios – participação das populações e das organizações populares na realização de obras; participação de Comissões de Moradores nas reuniões das Assembleias de Freguesia; situação específica de freguesias em concelhos onde a APU não tem representação na Câmara ou é minoritária; relações com as Câmaras; apoio técnico.

Assim, as experiências mais diversificadas chegavam àquela sala, vindas de todo o País. Desde a denúncia dos escândalos das administrações 'AD', já levantadas nos respectivos órgãos de poder local, às experiências muito positivas, realizadas em condições favoráveis ou extremamente difíceis.

Vinte e três intervenções moderadas pelo camarada Raimundo Cabral, da Comissão Política do CC do PCP, que no final apontou o facto de ter apenas havido uma mulher a intervir, como uma debilidade naquela frente de trabalho, ocuparam a tarde.

O camarada José Valbom, presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Isenta, única freguesia APU do concelho de Santarém (e onde a 'AD' não concorreu), referiu-se à gestão PS do concelho, que não entregou qualquer verba àquela freguesia, o que obrigou mesmo os eleitos a despenderem do seu bolso o pagamento aos trabalhadores. Este boicote político da parte de alguns eleitos PS, que apoiam apenas as juntas da sua cor política, seria aliás referido em mais intervenções.

Vítor Silva, de São Domingos de Rana, por seu lado, denunciaria uma táctica semelhante da parte da AD. A honestidade, a competência, a ligação às populações e a informação destas sobre as questões respeitantes à freguesia, uma forte organização do Partido, foram condições que o camarada considerou como necessárias a uma boa gestão da freguesia.

A realização de obras que resolvam as carências das populações, foram os exemplos trazidos ali, por, entre outros camaradas, o presidente da Junta de São Simão, Concelho de Nisa, única freguesia APU em todo o concelho, que "continua a ser olhada de lado pela gestão PS da Câmara" que cria dificuldades e não dá apoio à freguesia de São Simão.

Mas não foram só dificuldades. Do Samouco vieram outros exemplos: "A maioria das pessoas vê na Junta a 'Câmara' da Freguesia", disse o camarada Antônio Joaquim Gomes, presidente da Junta daquela freguesia semi-rural. Referiu não só a resolução dos problemas – as pessoas vão ter com a Junta por causa da lâmpada de iluminação pública, por causa da pedra da calçada, mas também o modo aberto como os problemas se debatem antes de se passar à fase de resolução: por exemplo, para restaurar um coreto houve um plenário com 300 pessoas, que decidiram – com duas abstenções – aprovar a resolução.

O camarada referiu-se a várias actividades promovidas e apoiadas pela Junta: alfabetização, jardim de infância, curso de Inglês, sala de aulas a funcionar numa instalação da Junta, biblioteca infantil, aquisição de material didáctico, organização de actividades culturais, desportivas, de tempos livres.

Por fim o camarada avançou a sugestão de encontros regionais de juntas de freguesia, que permitissem alargar o intercâmbio de experiências.

XII Secção

Património Cultural

"É uma moda que vai passar...".

A afirmação foi de um dos intervenientes no debate realizado na secção XII ("Património Cultural").

Falar hoje em dia de património cultural é, sem dúvida, para muita gente, uma moda, que brevemente deixará de o ser. E depois? Bem, depois ficará tudo na mesma. A moda será outra. E pela mão desses senhores nada será feito em prol da defesa dos valores culturais. Nem em palavras (agora ainda as há), nem muito menos em actos.

A responsabilidade do Poder Local democrático na defesa, estudo e valorização do património cultural é, pois, tema de primeiro plano no âmbito do trabalho que desenvolvem em todo o País os autarcas eleitos pela APU, no quadro da sua acção em defesa dos interesses das populações.

Foi em torno desta ideia que delegados e convidados da Conferência realizaram um debate muito interessante, em que muita coisa ficou por dizer devido à falta de tempo. Os trabalhos foram abertos com uma comunicação do professor Jorge Alarcão, da Universidade de Coimbra, e dirigidos pelo camarada Francisco Lobo, presidente da Câmara Municipal de Setúbal e membro suplente do Comité Central do PCP.

A tentativa de definição e enquadramento do património cultural; a consciência colectiva das populações; a análise da legislação existente; a acção do Poder central; os esforços das Câmaras e as questões de ordem financeira e técnica; a colaboração científica das Universidades com as autarquias (caso dos alunos e professores dos cursos de História e Arquitectura); o papel das Associações de Defesa do Património; os restauros de obras de arte; os museus e a iniciativa municipal; a política de divulgação do património – foram, entre outros, temas que mereceram numerosas intervenções de delegados e convidados, entre os quais camaradas de **Trás-os-Montes** e **Alto Douro, Porto, Alpiarça, Beja, Seixal,** etc..

De **Mértola**, por exemplo, veio o relato de uma experiência significativa: a colaboração e o apoio da Câmara Municipal na actividade arqueológica e de defesa do património, que decorre desde há algum tempo com a participação de professores e estudantes do Curso de História da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa: vão já em 5 mil horas de trabalho, com cerca de 10 toneladas de terra removida e milhares de peças recolhidas.

A defesa do património cultural do Povo português, ou seja a preservação da nossa memória popular colectiva, não abrange, como se salientou no debate da secção, apenas a actividade arqueológica ou a arte monumental. Vários camaradas e amigos apontaram, a propósito, a necessidade de realizar o pré-inventário do património – monumental, etnográfico, arqueológico, imobiliário urbano, arquivista, artesanal e de arte popular – e de lutar por um correcto inventário, que sirva de base a um estudo de fundo e que permita um estabelecimento de prioridades de intervenção, além de proporcionar elementos de avaliação para planos directores e de urbanização, etc..

O Poder Central, salientaram vários oradores, não pode fugir às suas responsabilidades no tocante à defesa do património cultural. Para isso, entre outros aspectos, tem que apoiar quer directamente, quer técnica e financeiramente as estruturas do Poder Local.

Álvaro Cunhal: Defender o Poder Local é defender o regime democrático

Camaradas:

Esta Conferência do PCP sobre o Poder Local tem lugar na hora própria.

Na hora própria, porque o poder local democrático, tal como o próprio regime democrático, está seriamente ameaçado pela acção das forças reaccionárias no governo e na Assembleia da República e pelo plano da revisão inconstitucional da Constituição; na hora própria, porque acabámos no domingo passado de viver, num importante concelho, eleições que mostraram que a "AD" continua a cair, que a aliança do PS com a direita é a aliança da derrota, e que o PCP e a APU, estão fortes, activos, prestigiados, servindo incansavelmente o povo português, com uma crescente influência de massas, e mostrando capacidade para defender Portugal de Abril.

O poder local parte integrante do regime democrático

O poder local é um dos elementos estruturais fundamentais do regime democrático português.

O poder local é parte integrante do poder político e da orgânica do aparelho do Estado.

O poder local, tal como o estatui a Constituição, não é um prolongamento ou instrumento do poder central (como era no tempo do fascismo e a reacção pretende que volte a ser) mas uma emanação e uma expressão directa da vontade popular.

O poder local, tal como o estatui a Constituição, é uma afirmação do carácter progressista, avançado, eminentemente popular do regime democrático instaurado com a Revolução portuguesa.

Como afirma justamente esta nossa Conferência, **"o poder local é uma verdadeira conquista de Abril"**.

Por isso aqui estamos para examinar em profundidade a situação nas autarquias, os problemas que defrontam, o balanço geral da actividade dos órgãos autárquicos, as suas experiências, as suas lições e as suas perspectivas na situação política actual.

Por isso aqui estamos para determinar as melhores formas de defender o poder local democrático, de assegurar que os seus órgãos funcionem em benefício das populações, dos interesses locais e da democracia portuguesa.

Por isso aqui estamos para definir também as nossas tarefas.

A ofensiva contra o poder local

Como grande conquista de Abril, como elemento estrutural da democracia portuguesa e parte integrante do poder político, o poder local está sujeito à ofensiva reaccionária, que a "AD" desencadeia contra todas as conquistas da revolução e contra o regime democrático.

A ofensiva reaccionária contra o poder local desenvolve-se de fora, de cima, a partir principalmente do governo; e de dentro, a partir das maiorias "AD", que se conseguiram instalar nos órgãos autárquicos.

O que tem feito o governo "AD" em relação às autarquias?

Tal como sucede com os direitos dos trabalhadores, as liberdades, as nacionalizações, a reforma agrária, o governo "AD", em relação às autarquias, para destruir o poder local democrático, viola a Constituição, pratica toda a espécie de ilegalidades, abusa do poder, desrespeita a autonomia, intromete-se e ingere-se na gestão, transfere para as autarquias responsabilidades e encargos, ao mesmo tempo que lhes sonega os recursos correspondentes, – de tal forma que, só em 1980/81, pela recusa a cumprir a Lei das Finanças Locais, o governo sonegou às autarquias a soma de 61 milhões de contos.

E o que tem feito a "AD" nas autarquias onde conseguiu ficar em maioria?

A gestão "AD" nas autarquias tem sido caracterizada fundamentalmente pela ilegalidade, pelo abuso do poder, pela utilização das Câmaras e Juntas para negociatas e operações em proveito próprio, pela corrupção, pela incapacidade, pelos métodos despóticos e repressivos, pela instauração de verdadeiras ditaduras na administração das autarquias.

Seguindo na esfera local as mesmas linhas de actuação do governo "AD", a "AD" nos órgãos autárquicos aprova regulamentos e posturas que cerceiam as liberdades de expressão e propaganda, impõe ilicitamente licenças, taxas e multas, impede a utilização de instalações públicas, pratica irregularidades nos processos eleitorais. E revela a sua mentalidade fascista e a sua esperança de regresso ao passado, substituindo nomes de ruas baptizadas depois do 25 de Abril, por nomes de personalidades fascistas ou de acontecimentos apenas festejados por reaccionários.

E que futuro reservaria a "AD" às autarquias se conseguisse continuar no poder e rever a Constituição?

O plano da "AD" para a destruição do poder local democrático inclui (em violação aberta da Constituição) o termo da eleição directa e da representação proporcional nas Câmaras Municipais; a liquidação da autonomia; a eliminação dos Conselhos Municipais e das organizações populares de base; a diminuição do número dos eleitos dos órgãos autárquicos; a submissão das autarquias ao poder central.

Alguns arautos da "AD" proclamam que a "AD" não advoga decisões centralizadoras.

Mas a verdade é que, desde o 25 de Abril, a reacção só defendeu a descentralização, quando, em luta contra um poder central democrático, procurou a partir das autarquias organizar a luta contra a democracia.

A única real descentralização praticada pela "AD" é a descentralização dos encargos simultânea com a centralização dos recursos.

Contra o verdadeiro poder local democrático, a "AD" procura e procurará todos os meios de atingir e destruir a descentralização, a autonomia, a democraticidade, a base popular.

Obra valiosa do PCP e da APU

Inversas são a orientação e a actuação do PCP e da APU.

A APU tem maioria em 50 Câmaras Municipais num total de 305 e em 315 freguesias num total de 4050. Tem 322 mandatos em 132 Câmaras, 1785 eleitos em 264 Assembleias Municipais, mais de 1000 eleitos nas Juntas de Freguesia e 5079 eleitos para as Assembleias de Freguesia.

Trata-se de posições que estão muito longe de traduzir a real influência do PCP e da APU em todo o País. Mas que representam entretanto uma **enormíssima força do movimento popular, do progresso social, do regime democrático.**

Mesmo **nas autarquias onde estão em minoria, os eleitos do PCP e da APU** lutam com firmeza, coragem e persistência contra as irregularidades, abusos e injustiças, por uma gestão honesta e competente, pela solução dos problemas das populações, pelo funcionamento democrático dos órgãos autárquicos.

Nas autarquias **onde o PCP e a APU têm maioria, tem de considerar-se notável a obra realizada**, apesar das imensas dificuldades resultantes da política do poder central.

Sem dúvida, que há deficiências, se revelam incapacidades ou inexperiência em tal ou tal sector de actividade, se manifestam por vezes tendências negativas, se praticam erros.

Mas o balanço é indiscutivelmente muito positivo.

O empenhamento em servir o povo, o trabalho esforçado na solução dos problemas locais, a honestidade, a luta contra a corrupção e o burocratismo, a competência, a estreita ligação ao povo, os métodos democráticos de gestão, asseguram a solução de muitos e graves problemas das populações e a luta firme e consequente para resolver muitos outros para os quais se torna indispensável o apoio e a contribuição do próprio Governo.

A gestão do PCP e da APU nas autarquias incentiva a urbanização e a construção de habitações de renda acessível, ao mesmo tempo que encara de forma realista e humana o problema das urbanizações e construções clandestinas procurando enquadrar urbanisticamente a iniciativa popular. Defende o ambiente. Empreende a solução dos problemas do abastecimento de água, da rede de esgotos, da remoção dos lixos, da electrificação, da rede de estradas, caminhos e ruas, dos transportes, do trânsito. Apoia e promove actividades culturais. Defende o património. Contribui, no domínio das actividades e possibilidades próprias, para a solução dos problemas da educação e do ensino, da saúde, do apoio aos desempregados, da protecção à infância, à terceira idade, aos deficientes, promovendo os equipamentos sociais adequados. Dinamiza a cultura física e as actividades desportivas.

Numa actuação complementar de grande relevância, o PCP e a APU nas autarquias, contribuem também para o desenvolvimento económico, na indústria, na construção civil, na agricultura, nos transportes, no comércio e abastecimento, no turismo. Tomam consequentemente a defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações, das liberdades, da reforma agrária, das nacionalizações e das outras grandes conquistas da revolução.

E não menos relevante do que **a actuação nos domínios económico e social, é a actuação política do PCP e da APU nos órgãos autárquicos, assegurando o carácter democrático do poder local.**

Onde o PCP e a APU têm maioria é garantido o funcionamento democrático dos órgãos, designadamente a colegialidade nas Câmaras Municipais e nas Juntas de Freguesia, são dinamizadas as actividades das Assembleias Municipais e de Freguesia, são activados Conselhos Municipais, são adoptadas directrizes descentralizadoras, são valorizados o papel e os direitos dos trabalhadores das autarquias, são informadas e ouvidas as populações, é estabelecida uma estreita ligação com elas, procurando com elas resolver os problemas, estimulando e apoiando a iniciativa popular.

Os eleitos do PCP e da APU nas autarquias são emanação do próprio povo português. Pela vontade do povo asseguram a gestão. É com o povo e para o povo que trabalham. É para servir o povo e não para se servirem do povo.

As autarquias onde o PCP e a APU têm maioria são cidadelas do povo português, da liberdade, da democracia.

Daqui, da tribuna da Conferência do PCP sobre o Poder Local, aos membros do Partido, aos companheiros do MDP, aos democratas independentes, assim como aos socialistas e democratas de outras formações políticas que nas autarquias trabalham connosco lado a lado, transmito as saudações calorosas do CC do Partido, felicitando-os pelo seu trabalho abnegado e eficiente ao serviço do povo, do País, da democracia. (*aplausos*).

As eleições de Loures

As eleições de Loures realizadas no passado dia 11 constituiram uma grandiosa vitória do PCP e da APU, uma nova e poderosa afirmação da influência e prestígio de massas do Partido.

Vitória em todas as freguesias do concelho. Mais de 7 mil votos que nas eleições autárquicas de 1979, com percentagem que subiu de 36,7 para 45,3 por cento. Severiano Falcão foi reeleito Presidente da Câmara. (*aplausos*). A APU reforçou consideravelmente a sua base de apoio. Só por pequena margem de votos não alcançou a maioria absoluta de vereadores.

Vitória para o PCP e a APU. Derrota para todas as outras forças políticas.

Tanto a "AD" como o PS/M. Soares/Riço Calado gritavam "abaixo o PCP!", "abaixo a APU!", e afinal nós não fomos abaixo, fomos até para cima, e eles é que foram abaixo e aos trambolhões. (*risos, aplausos*).

Derrota para a "AD" que perdeu 4517 votos em relação às eleições para as autarquias de 1979 e 23 137 votos em relação às eleições legislativas de 1980 e que passou de 32,4% de votos em 5 de Outubro para 23,5% de votos.

Derrota do PS, conduzido por Mário Soares, que perdeu 11 500 votos em relação a 1979 e mais de 16 000 em relação a 1980, ou seja, um terço do seu eleitorado.

Derrota da estratégia de Mário Soares, da aliança do PS com a direita, que procurou em Loures um "teste" ou um "balão de ensaio", que afinal saiu furado.

Derrota do anticomunismo, da mentira, da diversão ideológica, da provocação.

Derrota para a coligação UEDS/ASDI que no total de 125 248 votos não obteve mais de 1029 votos.

Descalabro completo dos grupúsculos esquerdistas com a UDP reduzida a 812 votos, a FUP reduzida a 665, o POUS reduzido a 409, descalabro que não evita entretanto que estes grupos divisionistas pseudo-revolucionários continuem manifestando uma arrogância tanto maior quanto mais pequenos são.

O POUS, que por vezes tem na RTP mais tempo que o PCP, vem impugnar as eleições porque (afirma) o seu resultado (409 votos) se deve a "irregularidades" e "discriminações" de que foi vítima.

Quanto à FUP de Otelo Saraiva de Carvalho, desta vez não fez propaganda eleitoral com a efígie do seu chefe, como é costume. E é pena, porque em vez dos 0,5 por cento poderia talvez ter obtido 0,6 ou mesmo um pouco mais.

A vitória do PCP e da APU é a vitória dos partidos democráticos consequentes contra os partidos reaccionários e contra um partido democrático lançado no colaboracionismo com a reacção.

A vitória do PCP e da APU é uma vitória duma gestão honesta e dedicada sobre uma gestão viciada pelo compadrio e os favores aos especuladores do imobiliário. É uma vitória da verdade contra a mentira. Da competência contra a incompetência. Dos resultados concretos contra as promessas demagógicas.

A vitória do PCP e da APU é uma vitória da democracia do poder local contra os métodos golpistas, contra a intolerância, contra o despotismo.

Não é apenas uma vitória do nosso Partido, dos nossos companheiros do MDP, da APU, dos democratas independentes e dos socialistas que estiveram ao nosso lado na campanha e na vitória. É também uma vitória da população do concelho, uma vitória da democracia portuguesa. (*aplausos*).

Todos nos lembramos do alarido e manipulação que os jornais fascistas e reaccionários, a RTP e a RDP, fizeram das eleições de Loures.

Tomando os desejos por realidades e tendo por certa a derrota da APU, prepararam-se para tirar conclusões da validade nacional.

Derrotados, reconhecem a derrota?

É claro que não.

A Comissão Permanente do PSD veio procurar diminuir o alcance dos resultados afirmando que houve "exagerado empolamento do significado das eleições". O "Expresso" considera que o aumento de 7000 votos da APU não é "uma subida significativa". Todos à uma vieram proclamar que a culpa foi da abstenção. Numerosos comentaristas conseguiram escrever páginas inteiras acerca dos resultados sem refeirir a vitória do PCP e da APU. A Comissão Permanente do PS, numa decisão que mais parece anedota, resolveu **"encomendar um estudo de sociologia eleitoral interpretativo"** dos resultados das eleições. "O Dia" dá notícia do reforço da maioria relativa da APU pondo em grande título: "Os comunistas continuam **minoritários** em Loures". E os provocadores do MRPP, que obteve 0,7% dos votos, vão ainda mais longe: segundo eles as eleições de Loures mostraram "o repúdio pela política do PCP/APU"!

Pobres de espírito são aqueles que julgam modificar a realidade fingindo ignorá-la.

A vitória do PCP e da APU em Loures é suficientemente grandiosa e significativa para poder ser escamoteada com artifícios.

Em síntese significa que **a democracia tem mais força que a reacção, que as alianças de democratas com a reacção estão condenadas ao insucesso e que o PCP é cada vez com maior evidência a grande força política da defesa do povo, da pátria, da democracia.**

Novas eleições nas autarquias

As eleições de Loures não foram as últimas eleições suplementares. Outras eleições terão lugar. E depois, no próximo ano, em 1982, teremos as eleições gerais para as autarquias.

Em cada caso, é necessário dar combate firme à "AD" e garantir a continuação de um progresso nítido do nosso Partido e da APU.

É evidente que, na perigosa situação em que nos encontramos com o Governo reaccionário, com a maioria reaccionária na Assembleia da República, com alterações antidemocráticas nas leis eleitorais e com a perspectiva de revisão inconstitucional da Constituição, o quadro das futuras eleições das autarquias, designadamente em 1982, pode mudar consideravelmente.

Entretanto, a não haver até lá grandes transformações qualitativas na situação nacional, essas eleições revestir-se-ão de grande importância e terão repercurssões profundas na vida do nosso país.

Em primeiro lugar, pelo que são e representam as próprias autarquias e pelo carácter determinante da vitória democrática para defesa dos interesses das populações e das localidades.

Em segundo lugar, porque a vitória ou derrota das forças democráticas nessas eleições significará ou o reforço ou a ameaça sobre o carácter democrático do poder local.

Em terceiro lugar, porque as autarquias representam uma força poderosa que, gerida pelos reaccionários, servirá para acentuar o processo de liquidação da democracia e, gerida pelos democratas, reforçará consideravelmente o regime consagrado na Constituição.

Em quarto lugar, porque, as eleições autárquicas de 1982 serão como que o ensaio geral das eleições legislativas de 1984.

Finalmente, porque revelarão, por um lado, a correlação eleitoral e a arrumação e agrupação das forças políticas então existentes e, por outro lado, influenciarão seriamente o desenvolvimento, a arrumação e as alianças ulteriores dessas mesmas forças.

Nenhumas eleições suplementares podem ser subestimadas.

Cada derrota da reacção e cada vitória do PCP e da APU em eleições das autarquias desempenham um papel de primeiro plano no enfraquecimento da reacção e no reforço, no ânimo, na dinamização, na confiança, no alargamento unitário, da acção popular.

Por isso **em todas as eleições parciais a realizar**, são objectivos fundamentais derrotar a "AD", atrair o PS ou os socialistas à acção comum, reforçar as posições do PCP e da APU, conseguir um quadro democrático tão amplo quanto possível de forma a ter um sólido e maioritário apoio social, político e eleitoral.

São tarefas essenciais garantir o carácter democrátrico das eleições, não permitindo alterações antidemocráticas às leis eleitorais e assegurando a seriedade do processo e do acto eleitoral; propor a mais larga aliança das forças democráticas com vistas a derrotar a "AD" e a reduzi-la a uma minoria nas autarquias onde actualmente dispõe da Presidência e da maioria; levar às Câmaras Municipais, às Juntas de Freguesia, às Assembleias Municipais e de Freguesia, uma maioria democrática capaz de defender os interesses das populações, garantir a honestidade, competência e democraticidade do poder local e defender, na esfera das suas competências e actividades, os interesses das populações, o poder local democrático, o regime democrático consagrado na Constituição.

A experiência mostra que estão criadas condições essenciais para que estas tarefas sejam cumpridas.

Perigos graves para a democracia

A nossa actividade nas autarquias e a nossa luta em defesa do poder local democrático inserem-se na grande batalha da hora presente contra a reacção, em defesa do regime democrático ameaçado.

Há pessoas que julgam que exageramos ao afirmarmos que a revisão da Constituição que a "AD" prepara representa um perigo iminente para a democracia.

Mas assim é de facto.

Mesmo que a "AD" não consiga eliminar da Constituição os princípios relativos às grandes transformações democráticas nas estruturas económicas – bastará que obtenha (como pretende) a transferência para o Governo das competências militares actualmente pertencentes ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução (designadamente a de nomear os Chefes de Estado Maior) para que possa nomear uma nova hierarquia militar fascizante e alcançar assim o controlo, a governamentalização e a partidarização das Forças Armadas, que se tornariam um instrumento do seu golpe político contra-revolucionário.

A demissão do Governo "AD", a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas, já se impunham por

Intervenções no Plenário

Autarquias do Alentejo

(...)

Apesar dos roubos e boicotes dos governos da direita, realizaram-se mais obras nos sete anos após o 25 de Abril que em todos os anos antes da queda do fascismo. Oa números falam por si:

– Antes do 25 de Abril havia 75 localidades com rede de abastecimento de água. Agora há 169.

– 62 localidades tinham rede de esgotos. Agora há 162.

– Apenas existiam 7 estações de tratamento de esgotos. Agora há 40.

– Apenas em 36 localidades se fazia recolha de lixo. Agora faz-se em 236.

– 195 localidades estavam electrificadas. Agora estão 262.

– Existiam 101 lavadouros públicos. Agora há 197.

– De 6 balneários públicos, passou-se para 30.

– Dos 33 sanitários públicos passou-se para 80.

Em 7 anos, as Câmaras APU construiram e estão a construir 1416 fogos, quase tantos como o Fundo de Fomento da Habitação (1567 fogos). As cooperativas de habitação e associações de moradores construiram 1094, a autoconstrução 2975 e as empresas privadas 2195.

As Câmaras recuperaram ainda através do PRID 2605 fogos.

Noutros sectores, também as autarquias APU se empenharam.

Na infância, dos 13 infantários existentes antes do 25 de Abril, passou-se para 36.

Das 11 creches passou-se para 33 e de 9 parques infantis para 100.

Na terceira idade, existiam 10 lares e centros de dia: agora 29.

Na cultura e desporto, de 3 centros de cultura, passou-se para 49.

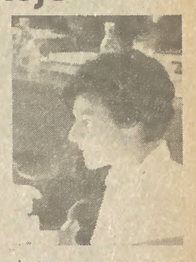
De 37 ranchos, grupos de teatro, grupos corais e bandas, passou-se para 112.

De 62 campos de futebol passou-se para 206, e de 7 pavilhões desportivos para 23.

Hoje existem 136 grupos desportivos, o dobro dos existentes antes do 25 de Abril.

A saúde mereceu também a atenção das autarquias APU, quer no equipamento, onde de 65 postos médicos se passou para 127, quer no apoio em alojamento e outros, aos médicos do Serviço à Periferia.

De muitas outras actividades poderíamos falar, como na defesa da Reforma Agrária, reorganização de serviços que permitiu a passagem de 1484 trabalhadores para 4502 e o alargamento do parque de máquinas, que só no sector de obras passou de 103 para 576, ou ainda as iniciativas na Educação, no apoio aos agricultores, comerciantes e industriais, iniciativas culturais e desportivas, resolução dos problemas



de transportes e trânsito, etc.

Camaradas:

A experiência mostra-nos que a estabilidade dos Órgãos Autárquicos e a realização de obras por administração directa, aliadas à estreita ligação dos eleitos comunistas e seus aliados com as populações e suas organizações, são factores determinantes para resolver muitos problemas e ultrapassar os roubos, boicotes e ingerências dos governos reaccionários da AD que, em três anos, já roubaram às Câmaras APU mais de 7 800 000 contos, 55% do total da verba que lhe cabia.

A ligação com as populações, através de plenários e reuniões, boletins municipais, comunicados, exposições fotográficas, etc., tem permitido a sua mobilização para o trabalho voluntário e o apoio de máquinas das UCPs/Cooperativas, resolver muitos dos principais problemas.

(Manuela Oliveira, Presidente da Câmara de Portel)

Marinha Grande e distrito de Leiria

(...)

Há 6 concelhos em que as nossas posições são relativamente mais importantes e onde temos vereadores eleitos nas Câmaras. É certo que tem sido frequente a tentativa de subalternizar ou atribuir pelouros de reduzida importância aos nossos vereadores. Mas isso não tem impedido que os nossos vereadores lutem afincadamente pela resolução dos problemas das populações. Não se pode falar de cultura na Nazaré, do novo cemitério do Paúl ou da construção de parques infantis no Bombarral, de melhoria dos serviços de limpeza nas Caldas, sem ter em conta que muitas das melhorias conseguidas só o foram mercê da acção decisiva dos vereadores da APU nessas Câmaras.

Situação bem diversa é a do concelho da Marinha Grande. Aí temos a maioria absoluta nos órgãos do Município. É uma situação que vem apenas desde 1979. Podemos falar só de 21 meses de mandato. Mas não é raro ouvir dizer que já se cumpriu mais neste tempo que nos 3 anos do mandato anterior em que o PS tinha a maioria absoluta. Herdámos ainda muitos problemas. Tivémos de meter ombros a alguns empreendimentos de vulto e embora o nosso programa ainda não esteja totalmente cumprido, podemos desde já adiantar, que nalguns problemas cruciais, a nossa gestão vai levar ao concelho da Marinha Grande um salto decisivo.

Em primeiro lugar a água. Em Janeiro de 1980 apenas cerca de 35% da população era abastecida ao domicílio; pensamos que até ao fim deste ano, tal percentagem será alargada a cerca de 75%. Pensamos ainda, durante o nosso mandato e se tudo correr normalmente, reforçar e alargar a rede de abastecimento a todo o concelho e assim completar esta tarefa. No saneamento, diremos que, no momento da tomada de posse do actual Executivo, apenas 10% do concelho estava contemplado. Actualmente, além dessa percentagem já ter sido largamente ultrapassada, encontram-se em execução diversos projectos de saneamento, envolvendo largas dezenas de milhares de contos. Julgamos que no final do nosso mandato todo o concelho estará coberto com rede de saneamento. Nas vias municipais, também o actual Executivo, em colaboração com as Juntas de Freguesia, já construiu centenas de quilómetros de estradas, ruas e caminhos, enquanto procede, por outro lado, ao alargamento, manutenção e conservação de outras de-

zenas de arruamentos e vias municipais.

Quanto à habitação, temos neste momento em construção cerca de 180 fogos que deverão estar concluídos no próximo ano. Se mais não fizémos, deve-se ao boicote de que a nossa autarquia está a ser alvo por parte do FFH e do Governo que não têm cumprido os compromissos anteriormente assumidos connosco.

Também em sectores como a Educação, Cultura e Desporto, o nosso apoio tem sido decisivo, nomeadamente o equipamento de 23 salas de aula, a implantação de 5 pavilhões, a construção a curto prazo de 3 escolas, 2 parques infantis já concluídos e outros 2 em construção, um polidesportivo e um circuito de manutenção. A admissão de um animador cultural veio incrementar o nosso trabalho junto das colectividades e especialmente dos jovens.

(Francisco Duarte, vereador da C.M da M. Grande)

Regiões Autónomas

(...)

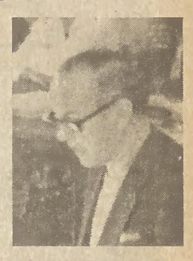
Os governos regionais, que exigem dos governos da República a descentralização de poderes para as Regiões, nomeadamente em matérias que lhes são vedadas por lei e que põem em causa a unidade nacional, praticam, quer nos Açores, quer na Madeira, a maior centralização, limitando os direitos e competências dos órgãos das autarquias locais e mesmo das próprias Assembleias Regionais, procurando concentrar todos os poderes nos Executivos Regionais e particularmente nos respectivos presidentes.

A Lei das Finanças Locais não é aplicada nas Regiões Autónomas: são os Executivos Regionais que estabelecem os seus critérios de atribuição de verbas, favorecendo esta ilha ou este concelho em desfavor de outros, numa prática de abuso do poder e de compadrio descarado, mesmo entre órgãos de maioria PPD.

As autarquias Locais, com raras excepções, não dispõem de verdadeiros planos e orçamentos, que estão condicionados e ultrapassados pelo plano regional. As obras e actividades municipais, quando existem, são na grande maioria da iniciativa das Secretarias Regionais.

Esta situação criada desde que o PPD, em 1976, tomou conta dos órgãos do Poder Regional, tem levado a que as Assembleias Municipais ou de Freguesias, e os respectivos executivos, tenham perdido as suas atribuições, se esvaziem de conteúdo e de objectivos, se desinteressem do estudo e da resolução dos problemas das populações e funcionem muito irregularmente ou nem mesmo funcionem.

Contra esta situação se têm batido os comunistas e os seus aliados da APU. A partir das eleições autárquicas de 1979, deram-se modificações com a eleição de 30 membros da APU nos Açores e de 5 membros na Madeira. Posteriormente, foi eleito um deputado comunista para a Assembleia Regional da Madeira; em eleições suplementares nos Açores ganhámos uma Junta de Freguesia e obtivemos mais 5 mandatos; na Madeira, onde não tem havido eleições intercalares, conseguimos inscrever



no nosso Partido 2 membros que em 1979 foram eleitos por outros partidos e trabalhar com outros 4 eleitos.

Esta força, ainda insuficiente para criar alterações de fundo, tem levado a que os órgãos em que estamos eleitos começassem a funcionar regularmente e que as prepotências e arbitrariedades venham a ser denunciadas. Após as eleições, logo no início do mandato, as nossas propostas nem sequer eram aceites para discussão. Mas depois, com a nossa presença e a nossa persistência, pouco a pouco começaram a ser discutidas e algumas delas acabaram por ser aprovadas.

Luís Decq Mota, membro da Assembleia Municipal da Horta)

Autarquias do Norte com minoria APU

(...)

2. A intensa e constante actividade dos eleitos da Aliança Povo Unido e o desenvolvimento e alargamento crescente da luta das populações são, e cada vez mais, importantes componentes desta mesma realidade. A APU, com um número de eleitos inferior à «AD» e ao PS, acaba por ser o «coração» de muitas autarquias. **É a contribuição e a luta para que os órgãos do Poder Local assumam e exerçam as suas competências e respeitam a Lei** – É o combate ao Presidencialismo, como no Porto, Gaia e Maia; é a contribuição para o funcionamento das Assembleias Municipais, de Freguesia e dos Conselhos Municipais; é a acção permanente da APU para que seja respeitada a competência das Assembleias Municipais em matéria de taxas, derramas, empréstimos, expropriações, vendas e compras de terrenos, como na Póvoa, Amarante, Gondomar, Porto, Viana, Braga, Guimarães, Famalicão; é a contribuição para a realização do inquérito ao SMAS e a entrada no Tribunal de um processo da APU contra o Presidente da Câmara do Porto por ter aplicado aumentos de água, contra decisão da Assembleia Municipal, bem como idêntica atitude tomada contra a Câmara de Viana, inserem-se nesta firme linha de actuação.

É o intenso trabalho dos vereadores da APU não se recusando a assumir responsabilidades e dando exemplos únicos de capacidade e de iniciativa na realização de profundas aspirações das populações. Por exemplo: em Gondomar, onde, actualmente há um vereador comunista a tempo inteiro com o pelouro da habitação, em 4 meses foram resolvidos 70 processos PRID (mais do dobro do que nos anteriores 16 meses), deram-se passos decisivos quanto aos Bairros de S. Pedro da Cova, às construções do FFH e à autoconstrução. Em Matosinhos, pela primeira vez em 30 anos, estabeleceu-se o diálogo com os vendedores do mercado, colocaram-se semáforos em locais há longo tempo reclamados pelas populações, caso recente do Freixieiro, melho-

Intervenções no Plenário

raram-se várias carreiras, protegeram-se zonas escolares. Em Gaia, os vereadores da APU tiveram um papel decisivo no fornecimento de energia eléctrica e água a casas clandestinas, na aprovação de um plano de habitação e em vários melhoramentos do pelouro de Trânsito e Transportes. Em Guimarães, o vereador da APU tem assumido um papel decisivo no planeamento e gestão urbanística, no desenvolvimento do concelho, na contribuição para a resolução de problemas importantes das populações em ligação com as suas lutas (bairro de Gondar, transportes, abastecimento de água, etc.) e nas posições assumidas pela Câmara de contestação da política centralizadora da CCRN. É a apresentação e defesa de propostas, muitas vezes aprovadas por unanimidade, dando resposta a alguns dos problemas mais prementes, como os lixos, a higiene e saúde públicas, a água, no Porto, Maia e Valongo, e ainda a sua contribuição para a elaboração dos planos.

É a intervenção decisiva da APU nas Assembleias Municipais em íntima ligação com os moradores, na concretização de grandes reclamações populares; na inviabilização de manobras e tentativas de aumentos injustos de taxas e licenças, como em Felgueiras e Penafiel, de aumentos de rendas de casas dos bairros do FFH em Gondomar, em Matosinhos e Fafe, e dos Bairros Camarários do Porto, de imposição de derramas injustificadas e à margem da lei, como na Póvoa, Gaia e Valongo; na resolução dos problemas dos transportes urbanos em Braga; na defesa dos baldios em Valença; contra o contrabando de gado em Melgaço; no apoio a importantes lutas dos trabalhadores, como ainda recentemente na Póvoa e em Matosinhos, e ainda à luta dos campistas em Gaia; é a vitória da luta contra os brutais aumentos de água inquinada em Gondomar e a importante vitória contra a Câmara do Porto que impediu o aumento brutal da energia eléctrica.

São os êxitos nas juntas de maioria APU apesar dos grandes entraves e do boicote das câmaras «AD». Em Sebolido, no ano de 1980, os dinheiros do povo tiveram uma valorização de 47% traduzida em 2398 horas de trabalho voluntário. Em Sta. Marinha do Zêzere construiu-se, num curto período de 5 meses, um lavadouro, um fontanário, calcetaram-se os pavimentos em 3 lugares, reabriu-se o jardim de infância, e estão em curso obras no cemitério e de abastecimento de água a 4 lugares. Em S. Paio de Merelim são as horas de trabalho voluntário no arranjo e abertura de caminhos, é a criação de um jardim de infância, é a dinamização do desporto e da cultura. Em Miragaia, na Sé, em Troporiz, existe o mesmo dinamismo e a mesma determinação para a resolução dos problemas.

(Helena Medina, membro do CC e da DORP)

Posições nos órgãos de Poder Local e eleições autárquicas

Nas eleições locais de Dezembro de 1979 a APU obteve 1 041 000 votos (mais 286 000 e mais 38% do que nas eleições de 1976) e atingiu 20,9% de votos na eleição das Assembleias Municipais.

A área dos 50 municípios em que a APU tem a maioria (em 44 tem a maioria absoluta) corresponde a 28% do território nacional. Vivem aí 1 670 000 pessoas. Esses municípios são responsáveis, em 1981, pela administração de 7,8 milhões de contos (seriam 11 milhões com a aplicação integral da Lei de Finanças Locais). 15 000 dos 46 000 trabalhadores da administração local trabalham para municípios de maioria APU.

Do total das 315 freguesias em que, após as eleições suplementares, temos a maioria, 95 são freguesias em que a APU não é maioritária no respectivo concelho.

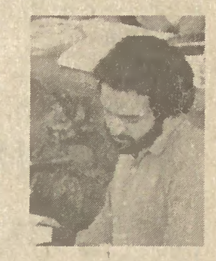
Há freguesias com maioria APU em todos os distritos do continente e Açores. À já extensa lista, é necessário acrescentar a freguesia de Miragaia, na cidade do Porto, Ameal em Coimbra, Trevões no distrito de Viseu, e Cedros nos Açores em que conquistámos pela primeira vez a maioria nas eleições suplementares realizadas depois de 1979.

Têm também grande importância para o PCP as posições que o Partido e a APU obtiveram em municípios e freguesias com maioria de outras forças políticas. Temos representantes, por exemplo, em todas as Assembleias Municipais do distrito de Bragança e nas Assembleias dos municípios em que estão situadas todas as principais cidades das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

No seu conjunto, o número total de eleitos da APU ultrapassa os 9000. Neste número não se incluem aqueles comunistas, simpatizantes do Partido ou activistas da APU que, como representantes de Comissões de Moradores, têm assento nas Assembleias de Freguesia ou que, como representantes dessas e doutras estruturas populares, participam nos Conselhos Municipais.

Mas não são estas as únicas posições da APU. Temos uma maioria muito folgada nas Assembleias Distritais de Beja, Évora e Setúbal e representantes nas Assembleias Distritais de Lisboa, Leiria, Santarém, Faro, Portalegre e Castelo Branco.

Os eleitos comunistas são ainda membros, em representação de autarquias, do Conselho Nacional do Plano, da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos, dos Conselhos Gerais da EDP e RN, dos Conselhos Consultivos de Coordenação Regional do Alentejo e de Lisboa e do Vale do Tejo; das Comissões Regionais de Segurança Social; das Comissões de Integração dos Serviços de Saúde Locais; das Comissões Regionais de Turismo; das Comissões de Gestão do Ar do Barreiro, de Sines, do Seixal, etc..



A intervenção dos eleitos comunistas nestas estruturas demonstra que, a partir do Poder Local democrático, é possível intervir de forma positiva no exercício de funções de Estado ao nível central.

(...)

Se considerarmos os dados das eleições verificadas em 1981, portanto após a última consulta eleitoral geral, verificamos que, no que toca às Câmaras, os resultados das 4 eleições realizadas – Loures, Murça, Nazaré e Valpaços – se traduzem numa subida de 24,5% para a APU, enquanto o PS desceu 32,5% e a AD, o PPD e CDS, no conjunto, perderam 7,8% de votos. Este balanço tem um valor relativamente limitado devido ao enorme peso de Loures, 3.º município do País em número de eleitores, mais populoso do que 8 dos 18 distritos do continente e do que as 2 Regiões Autónomas.

Quanto às eleições para as Assembleias de Freguesia os resultados, globalmente, são muito mais representativos. A tendência é a de todos os partidos e coligações perderem votos. Entretanto, nas 22 eleições realizadas em 1981 cujos resultados são comparáveis, por ter concorrido mais de uma força política e por as forças políticas consideradas terem concorrido às eleições de 1979 e de 1981, verifica-se que o PS desceu 30,4%, a AD, o PPD e o CDS, desceram 32,9% e a APU desceu 21,8%, isto é, manifestamente menos.

Destes resultados, decorre que a variação relativa da percentagem de cada partido é de mais 10,8% para a APU, menos 0,4% para o PS e menos 6,44% para a AD.

Nestas freguesias comparáveis, a APU sobe em 7, o PS em 2 e a AD, o PPD e o CDS, em 4; incluindo as freguesias não comparáveis, a APU sobe em 9, enquanto o PS e a AD sobem em 4 freguesias cada um.

(...)

Há três lições essenciais.

Em primeiro lugar, já em 1979 o PS realizou alianças com a reacção em numerosos concelhos e freguesias.

Assim, em Avis, Borba, Cuba e Golegã, por exemplo, a AD não concorreu às eleições, preferindo concentrar votos no PS; em Ourique e Sousel, o PS votou na direita; em contrapartida, em Reguengos de Monsaraz e Campo Maior, a direita votou no PS. O resultado destas e sobretudo de alianças mais gerais à direita, foi o afundamento do PS, que desceu de 33,3% para 27,3% de votos, perdeu 55 Câmaras e não conseguiu obter sequer um vereador em Sousel e Ourique.

Em segundo lugar, a vida revela que trabalhar sempre mais, assumir e corrigir os erros, aprender com as massas e trabalhar com elas é a melhor forma de conquistar e manter a sua confiança.

Em 1979, a APU não perdeu votos nos municípios em que já era maioritária; nas eleições suplementares realizadas em Câmaras e Juntas em que a APU tinha a maioria relativa, nunca as alianças formadas conseguiram o seu objectivo de derrotar o Povo Unido.

Em terceiro lugar, é de enorme importância a apresentação de muito mais listas para as freguesias. Em 1976, o Povo Unido concorreu em 1117 freguesias; em 1979, concorreu a 2299, isto é, a mais do dobro. Os resultados eleitorais foram concludentes: tivemos mais 11 545 votos nessas 2299 freguesias do que nas 4005 em que as nossas listas para as Câmaras foram votadas.

(Luís Sá, membro da Comissão, junto do CC, para o trabalho nas autarquias, e director da revista "Poder Local").

Distrito de Santarém

(...)

No balanço que realizamos e relativo aos 4 concelhos onde somos a força maioritária, importa referir alguns dados bem demonstrativos da dinâmica introduzida na transformação das condições de vida das populações.

Em 1974, nestes concelhos, apenas 12 localidades beneficiavam de rede de abastecimento de água, 5 de rede de esgotos e 17 de rede electrica. Hoje, a rede de água chegou a mais 16 localidades, a rede de esgotos a mais 11 localidades e a energia eléctrica a mais 24 núcleos populacionais.

No domínio da acção sociocultural, em 1974, existiam nestes concelhos 2 postos médicos, hoje existem 11, existiam 2 parques infantis, hoje existem 17, não existia qualquer escola pré-primária, hoje existem 6.

Quanto à higiene e limpeza, quando o 25 de Abril chegou, apenas 10 localidades beneficiavam de recolha do lixo; hoje este serviço estende-se a 24 localidades; existiam 4 sanitários públicos, hoje existem 11.

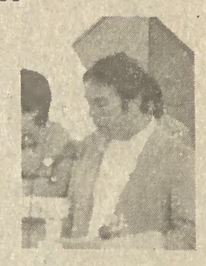
Quanto ao número de máquinas e viaturas, o investimento realizado ultrapassa largamente os 150 000 contos.

As populações destes concelhos habituaram-se a ver nas novas máquinas, a força e a determinação dos nossos eleitos na batalha que travamos contra a herança pesada dum passado que se vence por cada dia que passa.

Refira-se ainda que o número de postos de trabalho criados, corresponde a um aumento de 260%, isto é: mais 517 homens e mulheres que passaram a estar ao serviço das populações.

Isto, apesar de no decorrer dos últimos 3 anos, estes 4 concelhos terem sido lesados em 892 683 contos, pela não aplicação integral da Lei das Finanças Locais. Se estas verbas não tivessem sido desviadas, naturalmente que o panorama atrás apresentado seria sem dúvida multiplicado por 2 ou 3.

Nas freguesias em que estamos em maioria, mas onde a Câmara não nos pertence é de salientar o trabalho realizado pelas Juntas de Freguesia de Salvaterra de Magos, onde no domínio da rede viária, foram reparadas ou construídas cerca de 50 estradas; pela Junta de Freguesia de Montalvo, com intervenções no domínio do saneamento, pavimentação de ruas, reparação de ruas e do cemitério e construção do Parque Infantil, oferecido pelos trabalhadores da Lisnave; da Junta de Freguesia de Ribeira Branca, com especial destaque para obra de construção da Colectividade local e a acção desenvolvida na rede viária; da Junta de Freguesia da Póvoa da Isenta, na reparação de arruamentos, estradas e caminhos da freguesia.



Mesmo aonde a nossa acção se vem exercendo em minoria, muitas propostas para a resolução de problemas concretos das populações apresentadas pelos eleitos APU, têm merecido a aprovação das outras forças políticas.

(António José Ganhão, Presidente da Câmara de Benavente)

motivo da sua actuação inconstitucional e ilegal, da sua política antipopular, antidemocrática e antinacional.

Agora com mais razão ainda se impõem na medida em que a "AD" pretende, através da revisão da Constituição, liquidar o regime democrático.

Temos afirmado (e mantemos) que o Governo "AD" **perdeu legitimidade para governar.** Porque viola diariamente a Constituição e a legalidade democrática. Porque desenvolve uma ofensiva de destruição das nacionalizações, da reforma agrária e das outras conquistas da revolução consagradas na Constituição da República. Porque ofende diariamente direitos e liberdades essenciais. Porque condena o povo à miséria e o País à dependência. Porque conduz a economia nacional a uma situação catastrófica, em que se prevê para 1981 um défice da balança comercial de 300 milhões de contos, um défice do OGE de 200 milhões, uma dívida externa subindo a mais de 600 milhões com 60 milhões de juros anuais, o encarecimento do crédito, o aumento de 25% dos preços, a diminuição para 77% da capacidade de produção utilizada, a diminuição das encomendas, o aumento dos *stocks*, a completa estagnação do produto.

E agora (para completar a sua obra destruidora e o seu plano subversivo e golpista que falhou em 7 de Dezembro passado com a derrota do candidato da "AD", general Soares Carneiro) procura obter os mesmos resultados através da revisão da Constituição.

Por todas essas razões se justifica plenamente que **a "AD" seja afastada do Governo, que a Assembleia da República seja dissolvida e que o povo seja chamado a decidir através de eleições antecipadas.**

Parece-nos que muitos democratas não têm ainda plena consciência do perigo, da necessidade de actuação, da urgência de uma solução democrática e da validade e do carácter imperioso e quase imprescindível dos objectivos apontados pelo PCP.

Não se trata de frases propagandísticas. Trata-se de um perigo real que se aproxima rapidamente e trata-se de objectivos que é necessário alcançar para salvar a democracia portuguesa.

É possível alcançá-los? Sim é possível. Porque a democracia tem mais força que a reacção. Porque os democratas, se unidos, têm força bastante para derrotar os planos sinistros do PSD e do CDS.

A aliança do PS com a reacção

É lamentável que, em tais circunstâncias, Mário Soares, no seguimento da proposta feita ao PS pelo secretário-geral do PSD Capucho e das conversações com Pinto Balsemão, insista em arrastar o PS para uma aliança com o PSD ou mesmo com a "AD" no seu conjunto.

E não apenas nas autarquias, mas na revisão da Constituição e na formação daquilo a que chamam "uma nova maioria", – a maioria do chamado "Bloco Central".

Parece que M. Soares não quer aprender a lição da aliança com o CDS em 1977, nem toda a história das suas alianças com a direita, nem, no que se refere às autarquias e a exemplos mais recentes, nem a lição de Évora, nem a lição de Miragaia, nem agora a lição de Loures, – todas confirmando que a aliança com a reacção só à reacção pode servir e que para o próprio PS a aliança com a reacção é o caminho do afundamento, da derrota e da desagregação.

Falando das autarquias qual a aliança que serve o povo e a democracia?

A aliança que serve o povo e a democracia não é a aliança do PS com a "AD", ou só com o PSD, para tentarem (como fizeram em Loures) atirar abaixo (como anunciam) o PCP e a APU das 50 Câmaras Municipais onde existe uma maioria do PCP e da APU, mas seria sim a aliança de todos os democratas, incluindo comunistas e socialistas, para atirar abaixo a "AD" das Câmaras Municipais onde está em maioria.

Se tomarmos os exemplos de Coimbra, Portalegre, Faro, Guimarães, Gondomar, Valongo, V. N. de Gaia, Espinho, Belmonte, Manteigas, Peniche, Sintra, Mafra, Oeiras, Alcanena, Torres Novas, Mourão, – onde a "AD" tem maioria relativa de mandatos – se se repetissem os resultados eleitorais de 1979, a aliança do PS com o PCP bastaria para em todos esses concelhos tirar à "AD" a presidência da Câmara e a maioria relativa e pôr em seu lugar uma maioria democrática absoluta.

Mesmo na capital, em Lisboa (como em muitos e muitos outros concelhos) a aliança de todos os democratas, seria bastante para correr com o Abecasis e seus comparsas da "AD" e para pôr na Câmara Municipal de Lisboa um Presidente e uma maioria capazes de defender os complexos e gravíssimos problemas da nossa capital.

Nós contratulamo-nos pelo facto de, em numerosas autarquias, haver amistosos contactos e formas diversas de cooperação entre comunistas, socialistas e outros democratas. E daqui saudamos todos esses nossos aliados, insistindo em que, pela nossa parte, tudo faremos para reforçar mais e mais os laços do nosso entendimento, da nossa acção comum, da nossa unidade (*aplausos*).

O PS e a "AD", querendo atirar abaixo em Loures a Câmara APU quiseram um "teste" e "um balão de ensaio" para o "Bloco Central", para a Santa Aliança anticomunista.

Teste e balão de ensaio com vistas a outras eleições para as autarquias. Teste e balão de ensaio para futuros acordos políticos para a formação, ao nível da Assembleia da República e do Governo, de "uma nova maioria", e também para avaliar do apoio que poderia receber o conluio para a revisão da Constituição.

O resultado do teste e do balão de ensaio está à vista.

O PS sozinho não é alternativa seja do que for. E a aliança do PS com a direita é a aliança da derrota e do desastre.

O mais grave é, porém, que se não trata apenas de uma política de derrota e desastre para o PS, mas de uma política que, a ir por diante, seria de derrota e desastre para a democracia portuguesa.

Novas manobras de desestabilização

É característico do andamento do plano subversivo e golpista da "AD", centrado actualmente na revisão da Constituição, o lançamento de nova vaga de manobras desestabilizadoras, a fim de desviar as atenções dos problemas fundamentais e de tentar diminuir a resistência do povo, dos democratas, das instituições, dos outros órgãos de soberania.

Manobra de desestabilização é a divulgação do "relatório de Timor" com a propaganda que o acompanha (assunto de que esperamos ainda falar esta semana, noutra ocasião).

Manobra de desestabilização é o abstruso "inquérito público" ao acidente de aviação que vitimou Sá Carneiro e Amaro da Costa.

Manobra de destabilização são as novas campanhas contra o Presidente da República, o Conselho da Revolução e as Forças Armadas.

Facto inquietante relativo à aliança do PS com a "AD" é o facto de que o PS/M. Soares, não só entra em acordos com a "AD" nas autarquias, na vida sindical, na revisão da Constituição, nos projectos de "uma nova maioria", mas entra também em alianças nas manobras desestabilizadoras.

É inquietante a coordenação ou pelo menos a convergência das posições e actuações da "AD" e do PS assim como da imprensa reaccionária e de certa imprensa do PS afecta ao seu secretário-geral.

Comparem-se os títulos dos jornais acerca da operação "relatório de Timor".

Título de "O Dia", jornal fascista de 16.10.81: "**Militares** provocam a **tragédia** de Timor". Título de o "Portugal Hoje" do mesmo dia 16.10.81: "Indisciplina **militar** na base da **tragédia**". Nos dois a palavra "tragédia". Nos dois a responsabilização dos "**militares**".

Todos atacam simultaneamente o Presidente da República, recusando-lhe o direito de expressar qualquer opinião que não seja estritamente concordante com as suas e procurando contrariar qualquer intervenção em defesa da democracia.

Todos atacam, nuns ou noutros termos, o Conselho da Revolução, talvez por ser garante do regular funcionamento das instituições democráticas e do cumprimento da Constituição e de lhe caber pronunciar-se sobre a constitucionalidade das leis – e atacam-no de tal forma que mais se reforça a posição (ainda que isolada) do PCP, de que nada teria a opor à continuação desse órgão de soberania até que o regime democrático estivesse suficientemente consolidado.

Todos contestam que as Forças Armadas e o CEMGFA tenham uma palavra a dizer acerca da revisão da Constituição no que se refere às Forças Armadas, nomeadamente acerca dos órgãos de soberania a quem deve caber a designação das chefias militares.

Todos participam numa súbita campanha para tentar denegrir as Forças Armadas e em particular os militares que tiveram papel decisivo no derrubamento da ditadura fascista, restituiram a dignidade às Forças Armadas aviltadas por 50 anos de sujeição à ditadura fascista e contribuiram para restituir a dignidade à nação portuguesa conspurcada pelo fascismo, pelo colonialismo, pelo terror interno e por guerras coloniais (*aplausos*).

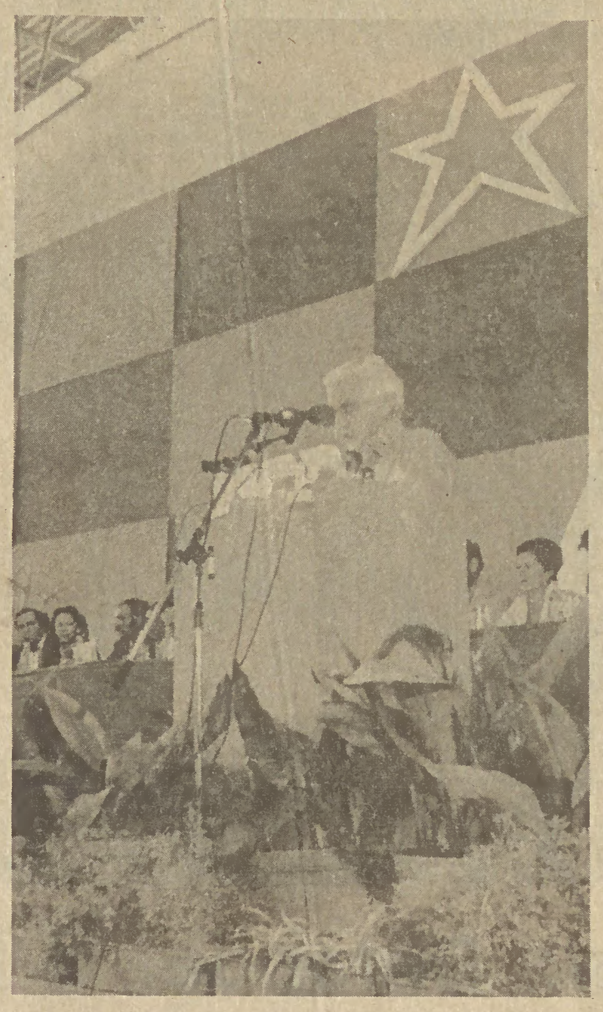
Seria ingenuidade pensar que se trata apenas de acontecimentos ocasionais, coincidentes por mero acaso. Não. Trata-se de manobras desestabilizadoras premeditadamente insertas no plano subversivo e golpista.

Como sempre, a acompanhar as operações desestabilizadoras da contra-revolução, reaparecem, como acção complementar, os grupos terroristas (chamem-se "Comandos 28 de Maio" ou "Forças 25 de Abril") assaltando bancos, matando gente, criando a inquietação e a insegurança e dando base à propaganda reaccionária que procura responsabilizar as forças de esquerda.

Parece ensaiado. Há tempos, ainda andava no ar o cheiro de pólvora dos tiros que abateram dois guardas da GNR e já o ministro do Interior (do MAI), Ângelo Correia, anunciava a necessidade de ultrapassar o "complexo da PIDE" e de criar um "serviço de informações"...

É oportuno uma vez mais aqui lembrar que o PCP condena firmemente as actividades terroristas e as considera do domínio não da política mas da criminalidade. Recusamos firmemente a solidariedade política a quem inspira, promove ou executa tais actividades, e repudiamos a invocação do "antifascismo" dos seus inspiradores ou autores, para justificar tal solidariedade.

O desmascaramento das manobras desestabilizadoras permite melhor compreender o plano subversivo e golpista da "AD", os alvos fundamentais da sua actual ofensiva.



A situação torna imperiosa e urgente a unidade de todos quantos querem que continue Portugal de Abril.

O PCP pela unidade para a vitória

O PCP é o único Partido que insiste incansavelmente na unidade de todos os democratas e que, na sua actividade política, de todos os dias, mostra estar sempre pronto a essa unidade.

Os que, como M. Soares, recusam a unidade com o PCP e procuram a unidade com a reacção, esses é que se vão progressivamente isolando das massas e até isolando nos seus próprios partidos.

Os democratas, incluindo milhares de socialistas, expressam a sua indignação e a sua preocupação pelo facto de verem, na perigosa conjuntura actual, a aliança do PS com a "AD" no que respeita à revisão da Constituição, no que respeita à transferência para o Governo da competência para nomear os Chefes de Estado Maior no que respeita à reabertura da ofensiva desestabilizadora contra o Presidente da República e o Conselho da Revolução, que não pode desligar-se do sinistro projecto de revisão constitucional.

O povo português, os democratas, numerosos socialistas, tomam cada vez mais clara consciência de que a aliança do PS com a direita só à reacção pode aproveitar e é um jogo cada vez mais perigoso para a democracia. Tomam cada vez mais clara consciência de que as alianças que interessam ao povo, ao País, à democracia, não são as alianças do PS com a reacção, mas as alianças entre todos os democratas e patriotas.

Tomam cada vez mais clara consciência de que **a saída democrática para a crise, a solução dos problemas nacionais, uma nova maioria democrática, qualquer alternativa democrática, a defesa da Constituição e do regime não são possíveis sem a unidade dos democratas, sem o movimento operário e popular, sem o Partido Comunista Português** (*aplausos*).

Apesar da campanha anti-PCP orquestrada, sectores populares e democráticos cada vez mais largos aproximam-se do PCP e acabam por lutar lado a lado com os comunistas nas batalhas contra a reacção, em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores e do povo em geral, em defesa da liberdade e das outras grandes conquistas da revolução, em defesa do poder local, em defesa da Constituição e do regime democrático.

Aqui, nesta Conferência sobre o poder local é de reafirmar, que nas autarquias, os comunistas, mesmo quando em minoria, estão sempre prontos a juntar os seus esforços aos daqueles que querem resolver efectivamente os problemas das populações e defender o carácter democrático do poder local.

Quando maioritários, os comunistas prosseguem uma política de unidade de todos os que queiram contribuir para a solução dos problemas das populações, dos problemas locais e regionais, e asseguram o respeito pela vontade do eleitorado, procuram de todos os eleitos o consenso, a cooperação, a participação no trabalho e na gestão.

Assim é nas autarquias, assim é em toda a nossa actividade.

Sempre lutámos e continuamos lutando nas fábricas, nas empresas, nos portos, nos campos, nos sindicatos e noutras organizações de massas, pela unidade dos trabalhadores, pela unidade de todas as classes e camadas antimonopolistas para defesa dos seus interesses vitais.

Sempre estivemos e continuamos estando inteiramente dispostos a considerar com todas as outras forças democráticas, com todos os democratas e patriotas, as alianças, os acordos, as convergências necessárias para fazer frente à reacção, para suster o seu avanço, para travar a sua obra de destruição das conquistas democráticas do nosso povo, para defender Portugal de Abril.

Sempre estivemos e continuamos estando inteiramente dispostos à unidade com todos os democratas e patriotas para conseguir a demissão do Governo "AD" e a formação de um governo democrático.

Sempre estivemos e continuamos inteiramente dispostos à unidade com todos os partidos democráticos, com todos os democratas e patriotas para impedir a revisão inconstitucional da Constituição, para salvar o regime democrático do golpe traiçoeiro que através da revisão os partidos reaccionários (com conivência do PS) lhe pretendem assestar.

Ainda falando de Loures, há quem diga que a nossa luta contra o PS/M. Soares/Riço Calado e a grandiosa vitória do PCP e da APU dificultaram a unidade entre comunistas e socialistas. Temos opinião contrária.

A vitória do PCP e da APU e a derrota estrondosa da aliança do PS com a direita, foi uma valiosa contribuição para a unidade das forças democráticas, e designadamente de comunistas e socialistas (*aplausos*).

Continuamos firmemente a insistir na unidade dos trabalhadores, na unidade dos democratas, para defender os interesses vitais do povo português, para defender as liberdades, as nacionalizações, a reforma agrária, o poder local, para derrotar a reacção, para correr com a "AD" do poder, para impedir a realização do seu sinistro plano de liquidação do regime democrático, para defender a Constituição, para alcançar uma alternativa democrática com um governo democrático, para assegurar a consolidação e o prosseguimento do Portugal de Abril, e assegurar ao povo português o caminho da liberdade, da democracia, do progresso social, da independência e da paz aberto pela acção heróica dos capitães do MFA e pela luta não menos heróica dos trabalhadores e do povo de Portugal (*aplausos*).

Os inimigos da democracia gostariam de ver no PCP os conflitos, as cisões, os pedidos de demissão, as tendências em confronto, que se observam noutros partidos.

Bem podem (de vez em quando) inventar crises internas no PCP. Bem podem explorar sem verdade nem dignidade qualquer raro caso individual que o Partido arrume conformemente com as suas regras internas.

Mas a verdade, a verdade de que a reacção não gosta, mas que é uma das bases da nossa força, da nossa ligação estreita com as massas e da nossa influência de massas, da nossa capacidade de intervenção na vida social e política, é que a democracia interna no PCP não tem paralelo em qualquer outro partido, é que o PCP continua inquebrantavelmente unido na sua política, nas suas decisões, na actuação do seu grandioso e militante colectivo partidário (*aplausos*).

Ao nosso glorioso Partido deve-se uma contribuição ímpar na luta contra o fascismo, na luta para a instauração da democracia, na luta pelas transformações democráticas, na luta em sua defesa contra todos os seus inimigos.

Indissoluvelmente ligado à classe operária e às massas trabalhadoras, abrindo-se à unidade com todos os democratas, o PCP não deixará que murchem os cravos de Abril.

Portugal de Abril vive e viverá!

Viva a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas!

Viva o Partido Comunista Português!

(*Aplausos prolongados, gritos de "PCP"*).

Carlos Costa: Poder Local, uma de Abril

I — A Conferência foi um êxito do PCP

Chegámos ao fim da Conferência do PCP sobre o Poder Local, desta primeira Conferência do PCP sobre o Poder Local.

O grande e fraternal colectivo que é o PCP funcionou, mais uma vez, ligado às massas, aberto a contribuições alheias, aberto à vida, à avaliação dos êxitos e dos insucessos, à aprendizagem de uns com os outros. Já foi aqui referida a extensão e democraticidade dos trabalhos preparatórios em que, lado a lado, colaboraram eleitos e não eleitos, comunistas e outros democratas. Essas mesmas características expressaram-se na própria Conferência, através do elevado número e diversa proveniência das intervenções e comunicações, muitas das quais, fruto de trabalhos colectivos.

O estilo de trabalho colectivo utilizado na preparação da Conferência foi o factor fundamental para que ela atingisse os seus objectivos. E, assim, creio podermos afirmar que esta Conferência cumpriu com pleno êxito aquilo que dela se poderia esperar: caracterizou com profundidade a natureza do actual Poder Local e avaliou correctamente a sua enorme importância no actual contexto político; analisou a ofensiva da reacção contra o Poder Local e como fazer-lhe frente; deu um balanço à nossa actividade e elaborou, condensou e sistematizou a rica e variada experiência do exercício democrático do Poder Local depois do 25 de Abril, experiência da qual decorrem as nossas orientações fundamentais.

O «Documento-Síntese da Conferência do PCP sobre o Poder Local», que acabamos de aprovar, será, no futuro, um instrumento indispensável onde comunistas e todos os democratas poderão encontrar inspiração para a sua actuação nos órgãos de Poder Local, a fim de melhor contribuírem para a resolução dos problemas do povo e a defesa da democracia.

O «Manifesto» que aprovámos, será o meio pelo qual a Conferência dará a conhecer a mais largas massas, as realizações, os êxitos e os objectivos dos comunistas nas autarquias, e o seu firme compromisso de tudo continuar a fazer para resolver cada vez mais e melhor os problemas das populações e defender o actual Poder Local.

II — Poder Local — importante conquista de Abril

Esta Conferência caracterizou com uma profundidade e uma clareza nunca antes alcançadas a natureza do actual **Poder Local como uma específica conquista da Revolução de Abril,** o que, desde logo, lhe confere a importância que realmente tem, e o diferencia, não apenas das Câmaras e Juntas fascistas (que nem sequer eram órgãos de Poder Local), mas também do Poder Local existente nos países de democracia burguesa onde não emergiu de um processo revolucionário como o nosso.

O actual Poder Local português não é um poder popular local, só concebível no âmbito de um Estado de Democracia Popular, ou de um Estado Socialista, **mas é uma conquista revolucionária e democrática,** realizada (embora por formas e em condições específicas) no quadro da revolução democrática e nacional, tal como as outras grandes conquistas: Reforma Agrária, Nacionalizações, Controlo Operário.

O Poder Local é uma conquista de Abril, em primeiro lugar, como expressão da participação popular, na vida democrática; em segundo lugar, como instrumento de transformação das condições de vida das populações.

O que melhor caracteriza e distingue o actual Poder Local, como conquista de Abril, é a imensa participação popular na variedade dos seus órgãos e a articulação destes com as organizações populares de base e com as mais variadas organizações sociais; é o sistema de eleição directa e proporcional dos seus principais órgãos; são as importantes funções que já desempenham e os já notáveis recursos a que têm acesso, isto é, a descentralização administrativa e a autonomia financeira que, apesar de tudo, foi possível alcançar.

a) **Poder Local — Conquista de Abril como expressão da vasta participação popular**

Como expressão da amplitude da participação popular no Poder Local, cerca de 66 mil portugueses (1 em cada 103 eleitores, em 1979) são membros eleitos dos diversos órgãos de Poder Local (Assembleias e Juntas em 4050 freguesias; Assembleias e Câmaras em 305 municípios). Mas são ainda órgãos do Poder Local as Assembleias Distritais (no futuro as Assembleias Regionais e os seus executivos) e os Conselhos Municipais onde devem ter assento sindicatos, organizações camponesas, associações de comerciantes e industriais, organizações desportivas, culturais, etc., tendo assim potencialidades para serem um adequado espaço da necessária aliança social das classes e camadas antimonopolistas.

Também as Comissões de Moradores que têm todas as condições para serem um grande movimento de massas, têm o direito constitucional de representação nas Assembleias de Freguesia e estas podem delegar-lhes importantes poderes.

A eleição pelo sistema de representação proporcional destes órgãos e a obrigatoriedade de realizarem sessões públicas em que qualquer cidadão pode intervir, permitem que não só a APU detenha as importantíssimas posições já aqui referidas (mais de 9 mil eleitos) como possibilita, cada vez mais, fazer com que muitos eleitos de diferentes opções partidárias, discutam os problemas concretos das populações e, assim, assumam gradualmente consciência dos seus próprios interesses, que colidem necessariamente com os dos caciques e dos seus ricos patrões, dirigentes dos partidos reaccionários, representantes do grande capital nacional e estrangeiro.

É certo que muitas Assembleias ainda não funcionam regularmente; é certo que em muitas Câmaras e Juntas predomina a incompetência e a corrupção, o compadrio e o nepotismo, mas é certo também que o próprio sistema facilita a luta contra tais práticas. (O caso do cacique de Valpaços já aqui referido é exemplo típico como muitos outros, do que acabo de dizer).

Não foi certamente por acaso que, nesta Conferência, tão referida foi a importância do nosso trabalho a partir de posições minoritárias, quer pelo que de construtivo permite que seja feito, quer pelas possibilidades que abre de combate ao que é negativo.

Na verdade, pelas características concretas que assumiu em Portugal, o Poder Local tende a corresponder, cada vez mais, a uma gigantesca escola cívico-política, espalhada por cidades, vilas e aldeias, atingindo mesmo os mais recônditos lugares.

Nessa escola, cada vez mais homens e mulheres, num processo lento, por vezes quase imperceptível e tantas vezes contraditório, vão **compreendendo, assumindo e exercendo o direito e o poder democrático de decidir sobre aspectos importantes da sua vida.** Vão adquirindo, assim, uma progressiva consciência de que para decidir **bem é preciso saber e estar com o povo.**

E, estar com o povo, tem necessariamente um conteúdo de classe, antigrande capital que vive da exploração do povo. É elucidativo a este respeito o que foi dito por um camarada de Valença: «Esta coisa do Poder Local vai tirando fascismo da cabeça das pessoas».

b) **Poder Local — Conquista de Abril como instrumento da transformação das condições de vida das populações**

Mas Poder Local não é uma conquista de Abril apenas como expressão do exercício e alargamento da democracia e factor do seu reforço.

É, também, uma conquista de Abril como **instrumento da melhoria das condições de vida das populações.**

O fascismo não foi só a eliminação das liberdades, a super-exploração dos trabalhadores, a opressão e a guerra. A situação de verdadeira miséria e de marginalidade em que viveu e ainda vive grande parte do povo em milhares de povoações é inseparável da dominação fascista. Não é demais lembrar, por exemplo, que em 25 de Abril de 1974 faltavam 700 mil casas; 57% das habitações não tinham água corrente, 68% não tinham casa de banho, 50% não possuíam rede de esgotos, 36% não tinham energia eléctrica, 87% das sedes de concelho não realizavam o tratamento de águas poluídas e de esgotos; muitos concelhos estavam privados de assistência médica; 1500 povoações com mais de 100 habitantes estavam privadas de acessos rodoviários; a população que praticava desporto não atingia 5%, incluindo crianças e jovens; em 1975, segundo cálculos oficiais, eram necessários infantários para mais 420 mil crianças; só cerca de 12 mil idosos usufruíam dos precários equipamentos existentes.

Uma boa parte da resolução destes problemas não depende das autarquias; na própria parte em que depende, as suas possibilidades de actuação são prejudicadas pela política centralista de sucessivos governos.

Apesar disso, demonstram eloquentemente, em relação aos municípios e freguesias em que a APU é maioritária, que a gestão democrática de muitas autarquias já transformou importantes aspectos da vida de muitas cidades, vilas e aldeias do País.

Mas deve acrescentar-se, e isso é talvez o mais importante, que devido à participação popular nos órgãos autárquicos e à (embora insuficiente) descentralização administrativa e autonomia financeira (apesar dos roubos dos governos a todas as autarquias), o **Poder Local no seu conjunto,** incluindo, portanto, numerosas autarquias em que predominam outras forças políticas que não a APU, realizou bem mais, do ponto de vista relativo, do que o fascismo em 48 anos, contribuindo, assim, significativamente, para a transformação e melhoria das condições de vida do povo.

c) **Poder Local — Instrumento de defesa das outras conquistas de Abril**

a conquista

Camaradas,

O Poder Local democrático não é só uma conquista de Abril. **É, também, uma trincheira de luta pela defesa das outras conquistas de Abril.**

É uma trincheira de luta na defesa das **liberdades, das nacionalizações,** do **controlo operário e de todos os direitos dos trabalhadores.**

É uma trincheira de luta na defesa da Reforma Agrária.

Em relação à Reforma Agrária, os eleitos comunistas, maioritários na larga maioria das autarquias da região, continuarão a dedicar à sua defesa o melhor da sua atenção e energias. A Reforma Agrária não só transformou as relações de produção numa boa parte da zona do Latifúndio, como construiu creches para as crianças e lares para os idosos. As UCP's e cooperativas cederam às autarquias milhares de horas de trabalho voluntário e máquinas. Goste o governo ou não, os comunistas eleitos, em cumprimento dos programas na base dos quais foram eleitos, continuarão a estar com os trabalhadores da Reforma Agrária contra a ilegal entrega de reservas, nas delegações de protesto pelo de órgãos de soberania, na luta pela aplicação dos acórdãos dos tribunais, na reivindicação da cessação da ofensiva, da rectificação de ilegalidades, e da devolução de terras, gados e máquinas, sempre que lhes for solicitado; continuarão a apoiar, por todas as formas, a mais a conquista de Abril, elaborando estudos, cedendo instalações, contribuindo para o escoamento de produtos, contribuindo para a melhoria da vida nos campos.

— Ofensiva da AD contra o Poder Local

Camaradas,

Desde que, em 25 de Abril de 1974, foi derrubado o regime fascista, dirigentes dos partidos reaccionários, ora num lado ora noutro, ora a propósito, ora a despropósito, fazem constantemente declarações altissonantes exaltando a descentralização administrativa, a autonomia local, o importante papel das autarquias, etc., etc. Agora, é com a palavra mágica «regionalização» que enchem a boca e os ouvidos dos que escutam a rádio e a TV.

É certo que nunca usaram muito a expressão constitucional «Poder Local» que, certamente, lhes não soa bem). Porém, ficou amplamente demonstrado nesta Conferência que, uma vez guindados ao Poder Central, os reaccionários, embora tivessem continuado demagógicos e hipocritamente a fazer declarações, cada vez mais sobre a sua adoção à descentralização administrativa e à autonomia local (nas últimas semanas deixaram mesmo de exaltar tais valores e passaram a reprovar quem os defende), mas, como dizia, logo que guindados ao Poder Central, os partidos reaccionários desencadearam de facto, imediatamente, uma ofensiva sistemática contra a grande conquista de Abril que é o novo Poder Local, tal como desencadearam ou prosseguiram e intensificaram as ofensivas contra as outras conquistas da Revolução, no quadro geral da estratégia de destruição do regime democrático português.

Das intervenções feitas nesta Conferência, ressaltam claras e nítidas as sete principais linhas de ataque dos governos PPD/CDS ao Poder Local que são, neste momento: **revisão inconstitucional da Constituição,** com vista à liquidação do conteúdo do actual Poder Local; **não aplicação e já anunciada revisão (revogação) da Lei das Finanças Locais; revisão da Lei das atribuições das autarquias e competência dos seus órgãos** (também há dias já anunciada pelo Ministro da Administração Interna, Ângelo Correia); **liquidação pura e simples da Lei de delimitação de responsabilidades do Poder Central e Local** em matéria de investimentos, e aprovação de uma lei-farsa com o mesmo nome; interferências do governo em domínios da competência legal das autarquias, através de órgãos periféricos do MAI, como as Comissões Coordenadoras Regionais, sob pretexto de uma futura regionalização; boicotes pelo governo à aprovação de planos e projectos indispensáveis a uma boa gestão autárquica; boicotes pela maioria parlamentar da AD a dezenas de projectos de lei sobre o Poder Local que jazem na Assembleia da República.

1) Naturalmente, neste momento, **assume particular importância a que vai travar-se em torno da revisão da Constituição.** Em matéria do Poder Local, a AD propõe, como noutros aspectos, a violação pura e simples, dos limites materiais de revisão constitucional estabelecidos no Artigo 290.º da própria Constituição. Na verdade, a eleição directa e pelo sistema de representação proporcional das Câmaras Municipais e das Assembleias Municipais e de Freguesia, bem como a participação das organizações populares de base no exercício do Poder Local, são princípios inalteráveis nesta revisão constitucional à força do citado Artigo 290.º.

O projecto da AD, porém, pretende remeter para lei ordinária o sistema de eleição das Câmaras e Juntas de modo a, posteriormente, defender o sistema de eleição destes órgãos que, conjunturalmente, mais interesse às forças reaccionárias. Mas a AD pretende também alterar o princípio da participação das organizações populares de base no exercício do Poder Local, quer através da eliminação do seu direito de participar nas Assembleias de Freguesia e de exercer, por delegação, tarefas que não envolvam poderes de autoridade, quer através da eliminação dos Conselhos Municipais.

Contra os projectos da reacção, o PCP denunciará e combaterá, com firmeza, as tentativas de impor uma revisão inconstitucional que desfigure a natureza e os princípios essenciais da Constituição de Abril. A defesa da ampla participação popular, da democraticidade, da autonomia e da estabilidade institucional do Poder Local é parte integrante desse combate.

2) Outra das mais claras linhas da ofensiva das forças reaccionárias contra o Poder Local tem sido a **não aplicação da Lei das Finanças Locais** que o PPD e o CDS, por razões tácticas e oportunistas apoiaram na AR quando não detinham o Poder Central, mas que, agora, querem liquidar, por saberem que tal Lei é, de facto, uma base fundamental de qualquer autonomia local.

Na verdade, os governos do PPD e CDS, roubaram às autarquias milhões de contos em 1979, governo Mota Pinto/PPD, 25 milhões em 1980, governo Sá Carneiro e 36 milhões em 1981, Governo Balsemão, retirando assim, ao Poder Local, o poder real de solucionar muitos gravíssimos problemas das populações. Pode dizer-se, sem qualquer exagero que, com estas verbas, o Poder Local teria nestes 3 anos, solucionado, pelo menos, o dobro dos problemas que solucionou ou está a solucionar.

Contra esta política dos governos PPD/CDS levantaram-se, não apenas os comunistas e eleitos por outras forças democráticas, mas, em muitíssimos casos, os próprios eleitos autárquicos pela AD, pelo PSD e pelo CDS...

Bem pode o governo tentar falsas explicações, confundir números, baralhar interpretações, mentir. Neste domínio já não o acreditam os próprios eleitos do partido mais reaccionário.

Mas o objectivo actual do Governo Balsemão/Freitas do Amaral, já não é apenas o da ofensiva contra o Poder Local pela não aplicação da Lei. **O que o governo agora pretende é a revogação da própria Lei das Finanças Locais,** é a sua substituição integral por uma lei reaccionária, para assim tentar pôr termo à denúncia pública e ao verdadeiro escândalo nacional que é a não aplicação da Lei de Finanças Locais em vários anos sucessivos. O novo projecto de proposta de Lei, enviado para debate às autarquias, significaria um gravíssimo atentado à autonomia financeira do Poder Local. Entre outras medidas, todas orientadas para o regresso ao passado, basta dizer que seria totalmente eliminada a verba prevista na alínea c) do Art.º 5.º da Lei de Finanças Locais, que correspondeu, em 1981, a 72% das receitas das autarquias. O que o Governo pretende é regressar ao sistema salazarista dos subsídios e comparticipações, esvaziando assim de verdadeiro poder o Poder Local.

A luta pela defesa e total aplicação da Lei das Finanças Locais, mobilizando mais e mais as populações e assumindo um carácter de massas, continuará a ser uma direcção de luta essencial para o PCP e para os comunistas eleitos para os órgãos autárquicos, e estamos certos que somos e seremos, nesta luta, acompanhados por eleitos honestos de todas as forças políticas.

3) Articulada com a ofensiva da revisão inconstitucional da Constituição no que respeita ao Poder Local, está o propósito já anunciado de **revisão da Lei das atribuições das autarquias e da competência dos seus órgãos.**

Um dos objectivos de tal «revisão» é o de diminuir radicalmente o número de eleitos para os órgãos autárquicos e, assim, restringir a participação directa das populações, a representação e intervenção construtiva e fiscalizadora de forças localmente significativas, embora minoritárias.

Pensamos, contudo, que não lhes será fácil tal operação, sobretudo, se não tiverem para ela a colaboração do PS, pois, tal propósito, não apenas contará com a mais firme oposição dos comunistas e outros democratas, como divide os próprios eleitos do PPD e CDS que, em estas zonas do País, serão praticamente eliminados da área do Poder Local.

4) Característico da política hipócrita e dúplice dos dirigentes do PPD e do CDS relativamente ao Poder Local, conforme detêm ou não o Poder Central, é a sua posição relativamente à **Lei de delimitação das responsabilidades do Poder Central e Local em matéria de investimentos.**

O primeiro projecto de Lei, proposto pelo PCP, foi aprovado por unanimidade em 27 de Julho de 1979. Tal lei, que por razões técnicas não chegou a ser promulgada, seria, na verdade, uma lei essencial para as autarquias e para uma verdadeira reforma administrativa democrática.

A direita, na altura, saudou este diploma com público entusiasmo (na altura da formação do Governo Pintasilgo) e protestou até contra a sua não promulgação. Mas, uma vez regressada ao governo e dispondo de maioria na AR, passou de imediato à posição de feroz (embora sempre hipócrita) inimiga de tal lei, propondo, em sua substituição, e fazendo há alguns meses aprovar na generalidade, um projecto de lei que se caracteriza por eliminar a transferência de poderes em matéria de política de solos; não proceder a qualquer transferência imediata de novas responsabilidades para o Poder Local, remetendo essa transferência para futuras leis a aprovar até 1986! Enfim, trata-se de facto de um projecto lei-farsa de delimitação.

O PCP, ao mesmo tempo que não desistirá de uma verdadeira Lei de delimitação, procurará, através do debate na especialidade, alterar este projecto para que ele contenha algo de positivo e não seja uma mera farsa com o nome de Lei de delimitação, como a AD pretende.

5) O actual governo anunciou no seu programa, como uma das prioridades, a regionalização do país. Depois disso, foi uma enorme onda de propaganda equívoca, em que Ângelo Correia com a sua habitual verborreia ora fala de regionalização (desconcentração) de serviços dos Ministérios, ora fala da criação das Regiões Administrativas, ora diz que a criação destas é para breve, ora diz que será para daqui a vários anos.

Que ninguém se iluda. A «regionalização» de que o governo agora tanto fala, não passa de um engodo, de um rebuçado envenenado para intoxicar os ingénuos, dado no preciso momento em que a reacção se prepara para apunhalar pelas costas o actual Poder Local, isto é, a natureza e os reais poderes de que os municípios e as freguesias hoje disfrutam.

A «regionalização» que o governo diz pretender, não corresponde, de certeza, à necessidade, constitucionalmente consagrada, de criar órgãos de administração regional democraticamente eleitos, descentralizar (e não apenas desconcentrar) funções, uniformizar áreas de serviços periféricos, instituir a orgânica do planeamento regional.

Esses são propósitos que o PCP defende desde há muito e que o levaram, designadamente, a apresentar, em Julho de 1977, como contribuição para um debate público, um projecto de lei sobre a instituição das Regiões Administrativas previstas na Constituição.

Pelo contrário, o que numerosas declarações e práticas revelam é que a reacção pretende manipular uma futura divisão do país em regiões, de acordo com os seus interesses eleitoralistas; implementar essas regiões apenas onde tem o seu domínio assegurado; atribuir-lhes funções que actualmente cabem aos municípios e não funções que cabem ao Poder Central; substituir os círculos eleitorais para a Assembleia da República, actualmente coincidentes com o distrito, não pelas futuras regiões, mas sim por pequenos «agrupamentos de concelhos» de modo a tentar eternizar o seu domínio, mesmo contra os resultados eleitorais.

Sintomaticamente, a actuação prática de algumas Comissões de Coordenação Regional tornam clara a intenção do governo de utilizar os serviços das actuais Comissões de Coordenação Regional, como instrumentos de expropriação de competências, controlo e ingerência na actividade dos municípios.

Em relação às CCR's, entretanto, o PCP manterá a participação de eleitos do Partido nos respectivos Conselhos Consultivos, com o objectivo de colaborar em todas as acções úteis para o Poder Local e as populações, e de combater todas as tentativas de ingerência e usurpação de poderes das autarquias.

Queiram os quadros técnicos e responsáveis das CCR's não exorbitar das funções úteis que podem ter e colaborar lealmente com o Poder Local, e poderão contar com a colaboração dos comunistas; mas, se instigadas pelo governo, ou por iniciativa própria, algumas CCR's preferirem prosseguir na tentativa de intromissão, ingerência, e, em alguns casos, de conspiração contra o actual Poder Local, então encontrarão pela frente, a mais firme oposição do partido e dos seus eleitos locais.

6) **Quanto aos boicotes dos governos reaccionários** ao Poder Local eles exprimem-se das mais variadíssimas formas, como vivamente aqui o revelaram várias das intervenções, principalmente na 2.ª sessão. Mas é, sobretudo, na aprovação de planos, projectos e expropriações que mais se fazem sentir. Em muitos casos trata-se de discriminação política, mas em muitos outros trata-se, sem dúvida, de incompetência, incapacidade e completa inadequação do burocrático aparelho de Estado herdado do fascismo para apreciar as propostas municipais.

7) Quanto aos boicotes (da maioria parlamentar da AD na Assembleia da República) à discussão de projectos de lei de interesse directo para o Poder Local, seria impossível enunciá-los aqui, tão extensa é a sua lista. Basta lembrar que arrastando-se há anos, escandalosamente, 119 processos de criação de novas autarquias, vilas e cidades, ainda no dia 14 deste mês, a AD boicotou, pela segunda vez, a subida a plenário de um projecto de lei-quadro, proposto pelo PCP (que aliás mereceu já a aprovação da comissão parlamentar competente), lei-quadro, de cuja aprovação em plenário a AD faz depender a criação concreta de novas autarquias, vilas e cidades.

O PCP e o seu grupo parlamentar continuarão a lutar, infatigavelmente, pela aprovação da legislação necessária ao reforço e eficácia do actual Poder Local.

Camaradas,

Creio que são estes alguns dos aspectos da ofensiva contra o Poder Local, enquanto conquista da Revolução, que resultaram mais nítidos das intervenções proferidas nesta Conferência.

Mas, se a reacção tem tido dificuldades para levar a cabo, com êxito, a sua ofensiva contra as outras conquistas da Revolução, não terá menores dificuldades na sua ofensiva contra o Poder Local.

Nós opor-nos-emos a tal ofensiva, não apenas denunciando-a e obstaculizando-a, e preconizando orientações para melhorar o que a reacção quer piorar, **mas, e acima de tudo, reforçando o Poder Local com a nossa participação construtiva na resolução directa dos problemas que ao Poder Local cabe solucionar.**

IV — Princípios e orientações gerais da actuação dos comunistas nas autarquias

Camaradas delegados,

A política do PCP para o trabalho nas autarquias tem em conta, e contribuiu, para a natureza particular que o Poder Local assumiu como conquista do Portugal de Abril.

É uma política que se fundamenta na profunda confiança nas virtualidades da participação popular; na compatibilidade dos interesses concretos e imediatos das massas populares com os seus interesses a médio e a longo prazo; na compatibilidade dos interesses locais e regionais com os interesses nacionais.

Destes fundamentos da nossa política e dos debates desta Conferência poderá concluir-se que há cinco questões de orientação geral (para além das questões sectoriais) que devem merecer a nossa especial e constante atenção:

a) **é a política de unidade em torno dos problemas concretos;** b) **é a política de permanente participação popular;** c) **é a política de informação às populações;** d) **é a política de justas relações entre os eleitos e os trabalhadores das autarquias;** e) **é a política de isenção partidária e de inteira dedicação ao trabalho em defesa dos interesses das populações.**

a) A vida demonstrou quanto é adequada ao Poder Local e, por isso, fecunda nas suas consequências, a nossa política de procura de **unidade — unidade dos eleitos e unidade das populações — em torno da resolução dos problemas concretos.** Parece uma evidência que há inúmeras situações em que todos os eleitos honestos poderão estar de acordo em se é ou não necessário construir um parque infantil, consertar uma escola, levar água a uma povoação, melhorar ou construir uma rede de esgotos, etc. Naturalmente que há questões destas controversas, mas, na maioria dos casos, se tratadas correctamente, não o serão. Porém, há partidos que pretendem introduzir nas autarquias o sistema parlamentarista burguês, levado ao ridículo de reduzir os eleitos à condição de governo (maioria) ou oposição (minoria). Diga-se que, infelizmente, os dirigentes do PS não são os que menos teimam em inculcar tais princípios. Contudo, podemos afirmar que a nossa política foi ganhando terreno, foi ganhando para ela, na prática, um número cada vez maior de eleitos por outras forças políticas.

Quando em minoria, os eleitos comunistas, se, por um lado, denunciam e combatem tudo o que lhes parece negativo, por outro lado, apoiam todas as propostas que lhes parecem justas, venham de onde vierem, e cooperam com todos os que prossigam os mesmos objectivos de levar à prática tais propostas.

E de modo algum ficam os comunistas à espera das propostas de outros, antes procuram ter a maior iniciativa e ganhar para as suas justas propostas o consenso dos outros eleitos. E assim é que, de facto, em muitas autarquias, embora em minoria, os comunistas e outros membros da APU desempenham muitas vezes um papel construtivo fundamental em defesa dos interesses das populações.

Quando em maioria, os comunistas procuram sempre, e quase sempre conseguem, o consenso da generalidade dos eleitos.

Foi aqui afirmado pelos camaradas de Setúbal que nos 13 municípios do distrito que, como se sabe, são todos de maioria APU, mas em todos há representação de outras forças políticas, 97% das deliberações das respectivas Câmaras foram aprovadas por unanimidade. E o mesmo se poderia dizer das Câmaras alentejanas e da imensa maioria dos outros órgãos autárquicos em que a APU está em maioria.

Sem desvios da nossa política de princípios e de classe, estamos seguros da justeza da nossa política autárquica de unidade em torno dos problemas concretos, e que ela se imporá progressivamente.

b) Quanto à política de **permanente participação popular,** não apenas nas decisões mas na sua própria execução, ela é e deve continuar a ser um dos traços essenciais da nossa orientação para a administração local.

O valor do trabalho voluntário realizado, por exemplo, em Odemira, foi avaliado, no último mandato, em 40 mil contos.

Em situação regional completamente diferente, na freguesia de Sebolido (concelho de Penafiel), o valor do trabalho voluntário representou, no ano passado, mais de 30% de todo o investimento (900 contos) realizado em 1980.

Na verdade, a participação popular não é apenas uma garantia insubstituível de correcção das decisões e um modo de multiplicar a capacidade de actuação das autarquias, é também, e talvez acima de tudo, a mais elevada forma de consciencialização e o mais poderoso cimento da unidade e fraternidade populares.

c) Inseparável do estímulo à participação popular das mais diversas formas, é a **política de informação às populações.** Com a completa manipulação dos órgãos de comunicação social estatizados pelo governo, com as confusões que este lança sobre as competências e meios das autarquias do Poder Central, com a ofensiva que o Governo Balsemão/Freitas do Amaral vai intensificar contra o Poder Local, mais importante ainda se torna o trabalho de informação, quer das autarquias democráticas, quer do Partido, quer da APU.

O «Correio do Povo Unido» pode ser um dos meios mais baratos de chegar ao maior número de pessoas com importantes informações sobre a sua localidade.

d) Muitos especial atenção nos devem merecer as **relações dos eleitos com os trabalhadores das autarquias.**

Como é evidente, não é possível fazer uma boa gestão das autarquias sem uma colaboração consciente e empenhada dos trabalhadores das autarquias. E para que os trabalhadores dêem essa colaboração consciente e empenhada precisam de ser informados e ouvidos sobre a política a seguir pela autarquia.

Mas é preciso também que não restem dúvidas de que, quem decide da política a seguir nas autarquias, são os eleitos.

Depois do 25 de Abril aumentou grandemente, como era indispensável, o número de trabalhadores das autarquias e foram e são necessárias muitas reorganizações de serviços. Não só o recrutamento de todos os trabalhadores deve ser feito com absoluta isenção, como os trabalhadores devem participar activamente nas reorganizações necessárias.

As organizações dos trabalhadores, em especial o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) e as Comissões de Trabalhadores, continuarão a encontrar nos comunistas eleitos o mais escrupuloso respeito pelos seus direitos e insubstituível papel. As suas justas reivindicações continuarão a contar com todo o nosso apoio.

Creio que interpreto os sentimentos de todos os delegados ao transmitir, desta tribuna, as mais calorosas saudações às organizações dos trabalhadores da administração local, em especial ao STAL, aqui representado, a nosso convite, nesta Conferência.

e) A **Isenção partidária** no exercício da gestão autárquica é, e deve continuar a ser, uma característica marcante dos eleitos comunistas. Isenção partidária no trato das Câmaras Municipais onde estamos em maioria com as Juntas de Freguesia, independentemente de, nestas, estarmos em maioria ou minoria, nunca as prejudicando ou beneficiando, antes tratando todas com imparcialidade e critérios objectivos. Isenção partidária, que não é isenção de classe, nas realizações que mais beneficiem as populações.

Isenção partidária na admissão e promoção dos trabalhadores, na aquisição de bens e serviços, etc., etc.

A inteira dedicação ao trabalho autárquico é uma conhecida característica dos comunistas, com frequência reconhecida publicamente pelos nossos próprios adversários. Tal é a força desta verdade que há pessoas que dizem, abertamente, que não votando em nós em eleições «políticas» (para a AR) votam em nós para eleições autárquicas porque «trabalhar é com os comunistas». A diferença reside, apenas, em que nas autarquias podem ver os comunistas a trabalhar e nos outros órgãos do Estado, onde trabalham com igual dedicação e eficácia, não os poder ver directamente a trabalhar.

Uma alta expressão da dedicação dos comunistas e do não aproveitamento pessoal dos cargos públicos que exercem, é o facto de seguirmos o princípio de que nenhum eleito comunista deve ser financeiramente beneficiado ou prejudicado pelo facto de ter sido eleito. Assim, a diferença (o excedente) de remunerações, senhas de presença, subsídios etc., a que os eleitos comunistas têm legalmente direito, e o que aufeririam se não fossem eleitos, reverte, não para si próprios, nem sequer para o Partido, mas sim, de forma adequada, para resolver problemas das populações, quer através das próprias autarquias, quer através de Comissões de Moradores, de Colectividades, Associações de Bombeiros ou outras instituições locais. É evidente que este dinheiro não permite resolver grandes problemas, mas sempre são umas dezenas de milhares de contos, de que se privam os eleitos e o próprio Partido, e que, em muitos casos, resolvem mesmo, problemas aparentemente pequenos, mas que são realmente importantes. Mais importante do que o dinheiro é, contudo, esta expressão da alta moralidade dos comunistas no exercício de cargos públicos.

Isenção partidária, dedicação ao trabalho, moralidade, são princípios fundamentais da nossa actuação nas autarquias.

V — Algumas orientações e realizações sectoriais típicas

Camaradas,

A Conferência constituiu uma contribuição rica e diversificada para o melhor conhecimento das realidades, para melhorar o nosso trabalho nas autarquias, para verificar a correcção e aprofundar, não apenas as nossa orientações gerais, mas também as nossas orientações sectoriais.

Não é possível referir nesta intervenção as orientações sectoriais que decorrem da experiência do Partido, dos trabalhos preparatórios desta Conferência e dos debates realizados nas 12 secções sectoriais. Nem sequer, por razões de tempo, será possível detalhar algumas das principais orientações em sectores de actividade fundamentais.

Apesar disso, é indispensável chamar a atenção para que dos trabalhos da Conferência, e designadamente do debate nas Secções, resultam importantes passos em frente no apuramento de conclusões e aprofundamento de orientações sectoriais em relação a candentes problemas que se colocam ao trabalho nas autarquias, orientações em muitos casos necessariamente flexíveis, face à diversidade das situações existentes e dada a circunstância conhecida de em muitos desses domínios não estarem suficientemente definidas as responsabilidades do Poder Central e Local.

Permitimo-nos destacar deste vasto conjunto de orientações sectoriais, designadamente as que dizem respeito ao planeamento territorial e urbano, e dentro deste, ao problema dos loteamentos, urbanizações e construções clandestinas e, de forma mais ampla, aos dramáticos problemas da habitação; ao saneamento básico, electrificação, rede vária, transportes e trânsito; à defesa e preservação do meio ambiente e à salvaguarda do património cultural; à socio-cultural e ao desenvolvimento da cultura física e desporto; à saúde; à participação da juventude; à protecção à infância; e ao apoio aos deficientes e à terceira idade; à contribuição das autarquias para o desenvolvimento econó-

Intervenções no Plenário

Vila Real e Algarve

(...)

Após 21 meses de luta diária podemos afirmar que o programa com que nos apresentámos ao povo do concelho está cumprido em 90% e muito mais estaria realizado nesta data se não existissem, por um lado a ofensiva e o boicote dos governos «AD», caracterizados pelo roubo de 75 000 contos, pela não aplicação da Lei das Finanças Locais, bem como pela dívida de mais de 90 000 contos de obras comparticipadas e, por outro lado, a aliança do PS com o PPD, que desde a primeira hora se formou para boicotar a administração APU.

Desde o início do nosso mandato, a Câmara intervem em todos os domínios da vida do Concelho, executa realizações em todas as povoações, respeitando sempre a vontade e respondendo sempre às necessidades das populações.

Desencadeámos a Operação-Sertão em Monte Gordo, substituindo as barracas em que viviam pescadores e conserveiros por habitações condignas, com caminhos e esgotos. Fizemos arrancar uma obra de 112 fogos, construímos 30 km em caminhos beneficiando 7 lugares; 10 km de arruamentos, 1 parque infantil com a participação da Comissão de Moradores do Bairro do Matadouro; procedemos ao arranjo e apetrechamento de 12 escolas primárias; melhorámos a limpeza em todo o Concelho e colocámos mais 100 contentores para recolha de lixo; melhorámos toda a iluminação pública e está em execução uma obra que tornará o Concelho totalmente electrificado.

Foram realizados esgotos, instaladas condutas e postos de bombagem em 4 pontos do Concelho; prossegue em bom ritmo a obra de saneamento básico em Vila Nova de Cacela, freguesia de maioria PSD, para a qual foi destinado metade do orçamento da Câmara APU. Isto demonstra, camaradas, que ao contrário de outras forças políticas, o que é importante e fundamental na actividade dos comunistas e dos seus aliados nas autarquias locais é diminuir as carências e resolver os problemas das populações, independentemente da composição política dos órgãos autárquicos. Construímos 6 lavadouros públicos, atribuíram-se 24 casas de habitação social, tendo sido ainda desenvolvido por esta Câmara um sério esforço para que o projecto SAAL de Monte Gordo, que envolve 133 fogos, saia da paralisia em que se encontra devido à política dos governos «AD».

Temos obrigado os especuladores de terrenos a construir, sob pena dos mesmos reverterem para o Município.

A Câmara de maioria APU evitou ainda o encerramento do hospital concelhio avalizando todas as suas despesas; luta por uma justa localização da ponte internacional sobre o Guadiana; apresentou projectos concretos ao Governo e encetou obras para resolver a carência de abastecimento de água às populações.

No que respeita a actividade cultural, não queremos deixar de salientar, para além do apoio às colectividades, a edição de um disco de homenagem ao poeta António Aleixo, o apoio à Volta a Portugal bem como à realização em Vila Real de Santo António de uma série do Campeonato Mundial de Andebol.

(Alfredo Graça, presidente da Câmara de V. R. de St.º António)

O Grupo Parlamentar do PCP e o Poder Local

(...)

Os deputados comunistas contribuíram determinantemente para garantir a aprovação de uma lei sobre competências, estruturação e funcionamento dos órgãos de poder local que correspondesse às opções constitucionais e às aspirações das populações e dos seus representantes nas autarquias. Batemo-nos e continuaremos a bater-nos por uma participação ampla, pelo alargamento das competências, pelo reforço do poder de decisão dos órgãos das autarquias.

O Grupo Parlamentar do PCP desempenhou um papel determinante na elaboração e aprovação da actual Lei das Finanças Locais que, se cumprida integralmente, garantiria amplamente a autonomia financeira do poder local e tem-se batido todos os anos, aquando da votação das leis do Plano e do OGE, pela aplicação integral da lei e contra as manobras centralistas (que têm defraudado em milhões de contos os municípios de todo o país) e contra as tentativas caciqueiras e as manobras de corrupção da AD tendentes à restauração do anterior sistema fascista e liquidacionista das autonomias locais.

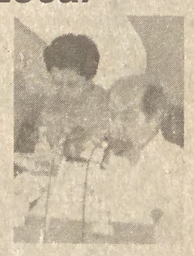
Os deputados comunistas lutaram e lutam pela promulgação de uma lei de delimitação de responsabilidades em matéria de investimentos que consolide e alargue as competências e possibilidades de intervenção e restrinja as intervenções indébitas, antidemocráticas e centralistas do Governo na vida das populações.

Do mesmo modo, o Grupo Parlamentar do PCP foi o primeiro a propor a instituição legal das regiões administrativas como se encontram previstas na Constituição, isto é, como verdadeiras autarquias, realizando a descentralização não à custa dos municípios mas por transferência dos poderes excessiva e antidemocraticamente detidos pelo Governo.

Por outro lado, em dezenas de intervenções no período de antes da ordem do dia, em centenas de requerimentos ao Governo, em todos os debates das leis do OGE e do Plano e dos Programas de Governo, nos trabalhos da Comissão Parlamentar de Poder Local, em múltiplos contactos com autarquias locais de todo o país, o Grupo Parlamentar do PCP defende de forma determinada e sistemática o cumprimento das disposições constitucionais, o respeito da legalidade democrática, a promoção da descentralização administrativa e financeira, a racionalização da administração pública, o apoio técnico às autarquias e a participação e iniciativa popular na resolução dos problemas locais.

(...)

A campanha governamental sob pretexto de uma falsa regionalização visa de facto diminuir a autonomia municipal, transferindo poderes dos municípios para as regiões que em vez de representarem uma parte do poder local (afirmando-se pela sua autonomia) seriam (pretende o Governo) parcelas desconcentradas do poder central...



A defesa do poder local exige no plano imediato a luta pelo cumprimento integral da lei das finanças locais, com o aumento das verbas destinadas aos municípios; exige que seja aprovada uma lei de delimitação de responsabilidades entre a administração central e local, em matéria de investimentos que garanta às autarquias locais o poder de dispor eficientemente dos solos e as emancipe de tutelas que não se revistam de carácter geral e directamente decorrentes da lei. Impõe-se definir uma adequada política de crédito, privilegiando os domínios em que as carências das populações são mais acentuadas (habitação, saneamento básico, instrução, etc., etc.).

***(Veiga de Oliveira,** membro do CC, deputado, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP)*

Freguesias de maioria APU

Quando os comunistas e APU têm a maioria nas Câmaras, a sua política é delegar cada vez mais poderes e as correspondentes verbas nas freguesia. Existe uma boa colaboração e todas as freguesias são tratadas por igual, tenham maioria da APU ou de outras forças políticas.

Mas temos a maioria também em 95 freguesias, 16 das quais nas Beiras, sem termos a maioria na Câmara e Assembleia Municipal. O trabalho nestas freguesias tem particulares dificuldades, sobretudo quando estão à frente das Câmaras verdadeiros caciques que fazem tudo para discriminá-las.

Mas o que tem acontecido é que, com o apoio e a mobilização popular, em particular nas Comissões de Moradores, estas freguesias podem transformar-se, e já se têm transformado, em praças fortes da democracia, em verdadeiras sementes de futuro nos respectivos concelhos e regiões.

O reforço da solidariedade e do apoio do Partido e dos democratas a estas freguesias é uma contribuição importante para o seu êxito.

Nós sabemos que é com as nossas mãos e o nosso trabalho que podemos merecer a confiança das populações. Mas é de grande importância a solidariedade dos comunistas e dos democratas, dos trabalhadores de outras regiões do País.

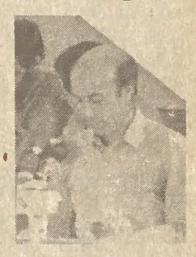
Queremos aqui referir a solidariedade das Comissões de Trabalhadores da Lisnave, da Sorefame e dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, que fabricaram e ofereceram a várias juntas de freguesia das Beiras, e sabemos que também do Norte, equipamentos completos para parques infantis.

Queremos referir também que os eleitos comunistas do distrito de Setúbal decidiram oferecer 150 contos à Junta de Freguesia de Trevões, situada em S. João da Pesqueira, no distrito de Viseu, que permitirá resolver o problema do abastecimento de água a esta freguesia, em que, como sabem, a APU ganhou pela primeira vez as eleições há 15 dias...

(...).

É o caso do Tortozendo, onde a Junta reivindicou e conseguiu que ficasse completada a rede de abastecimento de água e luz, que fosse alargada a rede de saneamento a mais de 80% da população, além de muitas outras obras e do apoio às colectividades; reivindicou e conseguiu um subsídio de 1 500 contos para a construção da sede da Junta de Freguesia. Possui vário equipamento indispensável à realização de imensas obras. Fazem parte do quadro do pessoal da Junta mais de 20 trabalhadores.

Mas Tortozendo não é um caso único. Assim, a Junta de Unhais da Serra reivindica a estação de tratamento de esgotos e subsídio para a construção da sede da Junta de Freguesia. Entretanto, a Junta de Freguesia com o apoio de toda a população, resolveu já, pelos seus próprios meios, o problema do abastecimento de água; recuperou parcialmente e administra as Termas de Unhais da Serra, construiu sanitários públicos e muitas outras obras.



A Junta de Oledo, no concelho de Idanha-a-Nova, mobiliza a população para a construção da Casa do Povo.

Em Belmonte, Sarzedo e Castelejro, as Juntas APU realizam pequenas grandes obras e trabalham em estreita ligação com as populações na melhoria das condições de vida do povo.

Na freguesia de Castelo Viegas, no concelho de Coimbra, os eleitos APU fizeram mais no ano de 1980 do que haviam feito outros eleitos nos 4 anos anteriores. Construiram três parques infantis onde nunca houve nada para as crianças; prestaram particular atenção às aldeias antes mais desfavorecidas, construindo, reparando e pavimentando vários caminhos e arruamentos, promovendo o abastecimento de água a uma localidade, edificando um fontanário noutra, fazendo um jardim público, etc., e contando em vários casos com mão-de-obra voluntária. Também no campo das actividades socioculturais a acção da freguesia foi altamente dinâmica e inovadora.

(Vitor Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal de Belmonte)

Distrito de Lisboa

(...)

Em Vila Franca de Xira os resultados falam por si. Em Abril de 1974 mais de 60% do concelho não estava abrangido com abastecimento de água, apenas os núcleos urbanos possuiam rede de esgotos. Hoje mais de 90% do concelho possui água ao domicílio, podendo-se afirmar que até ao fim do presente mandato todos os núcleos habitacionais, com mais de 50 pessoas, estarão cobertos com redes de esgotos. O número de salas de aula passou de 85 para 154. Os sanitários e balneários de 13 para 30. O concelho possui 12 infantários e creches, mais 6 do que em 1974. O número de parques infantis passou de 3 para 36. O concelho viu construído pela primeira

Intervenções no Plenário

vez 3 escolas pré-primárias, 6 lares e centros de dia para a terceira idade.

Os resultados alcançados conduziram a uma profunda transformação no concelho, e estão estreitamente ligados à forte participação da população e das suas organizações, à crescente descentralização de verbas e responsabilidades para as Juntas de Freguesia. Um balanço efectuado em fins de 1979 revelou que os cerca de 300 melhoramentos realizados pelas Comissões de Moradores, em colaboração com a Câmara Municipal, estavam avaliados em mais de 30 000 contos.

No que se refere à descentralização, a orientação seguida a partir de 1975 permitiu alterar a situação herdada do fascismo, dando assim às freguesias uma maior capacidade de realização. Interessa referir, como exemplo, que a última Câmara fascista de Vila Franca tinha orçado atribuir às 9 freguesias apenas 645 contos; hoje, as verbas descentralizadas ultrapassam os 40 mil contos.

Nos 4 concelhos onde pela primeira vez a APU alcançou a maioria, apenas decorridos 30 meses de gestão, pese embora o boicote que certas forças políticas têm procurado levar a cabo, com total desprezo pela qualidade de vida das populações, o balanço é positivo, estando os programas eleitorais em adiantado estado de concretização.

Assim, no Sobral de Monte Agraço, a colaboração da Câmara Municipal com as populações, traduzida em mais de 600 horas de cedência de máquinas, permitiu que em 1 ano de gestão se fizesse mais em vários sectores de actividade do que nos 3 anos do anterior mandato PS. Durante 1980 foram beneficiadas 15 localidades com esgotos, quando anteriormente só 3 dispunham desta infraestrutura; 6 localidades com distribuição de água, mais 1 que no triénio PS. A recolha do lixo foi estendida às 30 localidades ainda não servidas, cobrindo-se assim totalmente o concelho.

Em 1980 receberam pela primeira vez luz eléctrica 12 localidades e mais 22 outras foram beneficiadas.

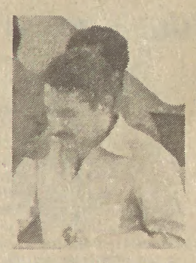
O hospital concelhio foi reaberto pelos esforços e acção da Câmara em Março de 1981.

Na Azambuja foi contraído um empréstimo, forçado pelo roubo "AD" às autarquias, o qual permitirá que até ao fim do mandato todas as localidades com mais de 100 moradores sejam abranjidas com rede de água. Foram abertos mais de 120 km de caminhos vicinais e construídos 14 pontões, beneficiando assim largas centenas de pequenos e médios agricultores do concelho, e reparadas e construídas dezenas de escolas e parques infantis.

Na Amadora, para além de uma intensa actividade cultural, do trabalho de instalação e estruturação dos serviços do novo município, estão em curso importantes melhoramentos.

Assim, à data da criação do concelho, existiam 25 escolas com 188 salas de aulas, sendo 110 delas resultantes de construções não escolares e as restantes, na sua maioria, de pré-fabricado ligeiro. Actualmente, dentro de um programa de criação de 109 salas de aula em 3 anos, foram já concluídas 53 e estão 32 em construção. A anterior Câmara, de presidência PS, só conseguiu construir 38 salas em pré-fabricados em 3 anos.

Depois do 25 de Abril a cobertura da recolha do lixo foi melhorada, nomeadamente nos bairros degradados. De



200 contentores existentes no final de 1979 passou-se agora para 1200. Foram adquiridas mais 8 viaturas de recolha, 1 lava-contentores e 1 lava-ruas.

(...)

Não sendo possível alongar nesta intervenção a análise, em todos os aspectos, das eleições em Loures, é justo fazer um breve balanço do trabalho realizado pela Câmara APU.

Investiu 310 mil contos em 1980 contra 157 mil investidos pela Câmara PS, de 1977 a 1979. Investiu 108 mil contos em estradas e caminhos em 1980, mais do que o dobro de 77 a 79. Foram beneficiados com rede eléctrica 40 bairros e povoações, com abastecimento de água, 16 povoações pela primeira vez e outras 12 viram reforçado esse abastecimento.

As freguesias receberam mais 24 mil contos que em 1979 e as colectividades e bombeiros mais 5 mil. A cedência de máquinas e materiais às populações, em 1980, é da ordem dos 20 mil contos e a contribuição do trabalho voluntário está avaliada em mais de 30 mil contos.

Todas as freguesias receberam abrigos para as paragens de autocarros, em número de 210 e os pequenos e médios construtores civis concluíram, em 1980, 3400 fogos, mais mil do que a média anual da gestão PS.

(Martins Coelho, do executivo da DORL e Suplente do CC)

A juventude e as autarquias

(...)

As autarquias cabe desempenhar um importante papel na resolução de uma parte importante dos problemas da juventude, quer directamente, quer exigindo ao Poder Central a resolução de problemas dos jovens em matéria da exclusiva competência deste.

Nesta luta, o balanço pende claramente a favor das autarquias democráticas.

As comemorações do Dia Mundial da Juventude em 28 de Março constituíram um significativo exemplo. Assim, em Vila Franca de Xira realizou-se um encontro das estruturas juvenis, promovido pela Câmara, em que foi constituída uma Comissão Municipal da Juventude e traçado um plano de actividades a curto e a médio prazo. Na Amadora, realizou-se uma semana de comemorações constituída por um ciclo de cinema, um colóquio sobre ecologia e outras iniciativas. Em Loures, realizou-se igualmente uma "semana da Juventude" com filmes, colóquios, convívios, atletismo e um concerto musical.

Da mesma forma, os jovens de Odemira não esquecem que a direita local considerou demasiado luxuoso para filhos de trabalhadores o centro de alojamento para estudantes, simples e funcional, que a Câmara de maioria APU, fez construir neste concelho, o maior do País em área e com transportes especialmente difíceis.

(...)

Entretanto, se se pode dizer que o trabalho das autarquias de maioria APU em relação à juventude é positivo, põe-se a necessidade de melhoria, designadamente através do melhor acompanhamento dos seus problemas e aspirações. A criação mais generalizada de um pelouro da juventude, a maior dinamização das actividades culturais, desportivas e de ocupação dos tempos livres, a maior participação da juventude nas decisões e a melhoria do trabalho da JCP nesta frente, são algumas medidas que julgamos necessárias.

No plano da actividade cultural e desportiva, muitos encontram na actividade do Poder Local democrático resposta às suas aspirações à prática desportiva e à criação e fruição cultural.

No plano da contribuição para a ocupação de tempos livres, é importante a actividade de autarquias de maioria APU, promovendo bailes, concertos *rock*, torneios desportivos, apoio a grupos de teatro, subsídio a actividades de carácter cultural e desportivo, bem como o apoio dado por algumas

autarquias à realização de pequenos filmes, concursos de fotografia, cursos de teatro, compra de mesas de ping-pong e outros materiais desportivos.

Em algumas regiões, é importante a criação de casas ou clubes da juventude.

Nas casas ou clubes da juventude, os jovens podem formar grupos de teatro, núcleos de cinema, de fotografia, de xadrez, bibliotecas, salas de estudo, e ainda publicar jornais ou boletins para a juventude; podem igualmente organizar provas desportivas, ciclos de cinema, colóquios, festivais de teatro.

Através das actividades atrás mencionadas, daríamos uma boa contribuição ao melhor e mais são aproveitamento dos tempos livres das camadas mais jovens.

(Maria Manuela Peixoto, membro da Assembleia de Freguesia de Camarate, militante da JCP)

Distrito de Setúbal

(...)

No sector da captação e distribuição de água, a população beneficiada passou de 58 % em 1974 para 87 % em 1980.

A percentagem da população servida com redes de esgotos passou de 51 % em 1974 para 76 % em 1980.

O número de contentores para o lixo passou de algumas escassas dezenas que existiam em Almada em 1974 para 11 000.

No domínio da rede viária foram construídos ou reparados 1107 Km de pavimentos.

A percentagem da população servida por energia eléctrica passou de 54 % para 89 %.

Com a participação do Poder Local foram construídas cerca de 9000 casas.

Muito se tem especulado com a obstrução dos eleitos APU à iniciativa privada, nomeadamente no sector da construção civil. Na verdade a realidade aponta-nos no distrito 47 mil casas construídas pela iniciativa privada.

Com as populações, as autarquias do distrito construíram 150 parques infantis quando até 1974 existiam apenas 25. Hoje há 121 campos de jogos quando até 1974 existiam apenas 55. Foi cedido em propriedade plena às colectividades populares 134 600 metros quadrados de terrenos.

Porque a ecologia não se defende com ministérios da qualidade de vida a poluirem o país com resmas de papel e palavras coloridas, foram as populações, com as autarquias, a plantarem, de 1974 até 1981, 22 964 árvores.

Num distrito que a especulação imobiliária maltratou, uma das grandes preocupações do Poder Local no distrito foi o de executar planos de ordenamento dos respectivos territórios para uma correcta definição de estratégias de desenvolvimento. Apesar da asfixia a que o Poder Central sujeita as autarquias, elaboraram-se, até 1981, 105 planos de ordenamento, muitos dos quais a aguardarem a aprovação da DGPU.

Como se não bastasse a não aplicação integral da Lei de Finanças e outras formas de boicote do Governo, em vários domínios, as autarquias, no distrito, têm assumido responsabilidades que não lhes pertencem, só para que as populações não sejam privadas de infra-estruturas fundamentais. O exemplo da rede escolar é flagrante. O Aparelho Central não constrói escolas suficientes, não cumpre os seus próprios planos de actividades, não atribui meios às autarquias. As autarquias são obrigadas a construir salas de aula e, porque o aparelho central só equipa as escolas que constrói, são de novo as autarquias que dispendem muitos milhares de contos. No distrito, desde 1974, construíram-se 386 salas de aulas após pressão dos eleitos. Destas, 117 foram integralmente construídas pelas populações e pelas autarquias, além de 829 que foram reparadas pelo Poder Local.

(...)

Os nossos êxitos nas autarquias são também inseparáveis do trabalho do movimento popular, designadamente das comissões de moradores.

No distrito de Setúbal há 251 Comissões de Moradores que englobam cerca de 3000 pessoas, isto é, mais de 4

Comissões de Moradores por freguesia. Muitas e muitas obras não seriam possíveis sem as Comissões de Moradores. Os planos de actividade, os orçamentos e toda a gestão autárquica estariam mais sujeitos a erros sem a participação do movimento popular.

Seria difícil nas condições e limitações impostas fazermos melhor. Mas não seria talvez, apesar de tudo, totalmente impossível se tivéssemos sabido evitar alguns erros e corrigir deficiências. Há muitos aspectos do nosso trabalho que têm que ser melhorados. Desses, destacamos três que nos parecem essenciais:

— a necessidade de melhorar a colegialidade do funcionamento de algumas Câmaras e Juntas;

— a necessidade de um melhor e mais assíduo funcionamento de algumas Assembleias Municipais e de Freguesia;

— a necessidade de maior acompanhamento e apoio ao trabalho dos eleitos e aos problemas de gestão autárquica por parte das organizações do Partido.

Esta Conferência e as suas conclusões serão um estímulo para superar estas dificuldades.

(Maria Emília de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Almada)

mico, designadamente na sua ligação com a defesa da Reforma Agrária, com a defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores e rendeiros, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, ao correcto desenvolvimento do turismo.

Camaradas,

Em todos estes domínios, e noutros, quer estando em maioria, quer estando em minoria, fizemos ou contribuímos para que se fizessem muitas coisas, que, em muitos casos, melhoraram já, substancialmente, as condições de vida do povo.

Não é possível fazer aqui o balanço das realizações referidas nesta Conferência e muito menos o balanço das realizações das autarquias com maioria APU. Mas, permitam-me que refira apenas alguns exemplos:

- Em 28 municípios de maioria APU no Alentejo e Ribatejo o número de centros culturais passou, de 1974 a 1980, de 9 para **82!** (9 vezes mais).
- Em 28 municípios do Alentejo e Ribatejo, havia, em 1974, 82 povoações com abastecimento de água, agora há 186 (mais do dobro); havia 65 povoações com esgotos, agora há 161 (muito mais do dobro); havia 43 povoações com recolha de lixo, agora há 392 (9 vezes mais).
- Em 45 municípios de maioria APU, o número de contentores de lixo passou, de 500 em 1974, para 10 075, actualmente (20 vezes mais).
- Em 41 municípios de maioria APU no Alentejo, Ribatejo e Setúbal passou-se no que toca a campos de futebol e parques desportivos, de 1974 a 1980, de 140 para 366 (bastante mais do dobro).
- Ainda de 1974 a 1980, em 28 municípios de maioria APU no Alentejo e Ribatejo, o número de postos médicos passou de **67** para **183** (quase triplicou).

Fizemos, portanto, muitas coisas. Mas é igualmente verdade que em todos estes domínios cometemos muitos erros de aprendizagem, erros e insuficiências na definição de orientações e erros na aplicação de orientações correctas. Erros resultantes de incapacidades pessoais ou colectivas, erros e insuficiências resultantes de outras causas.

Sabemos que, no futuro, também continuaremos a cometer erros e a ter insuficiências. Mas, estamos absolutamente certos, que a realização desta Conferência, com as suas 12 Secções, representam um enorme salto em frente no apuramento e generalização de riquíssimas experiências aqui trazidas, que se traduzirá numa maior correcção das nossas orientações sectoriais, e numa melhor aplicação prática de tais orientações. Não se fabricam nem se podem fabricar receitas. Cada problema local concreto, requer soluções adequadas à situação e possibilidades locais, regionais e nacionais. Mas, sem dúvida, que daqui saímos mais aptos a superar os nossos erros e insuficiências, mais aptos a trabalhar melhor, porque cada um aprendeu com todos! Não se pretendeu aqui fazer um impossível exaustivo balanço da nossa actividade nas autarquias.

Mas, dos balanços aqui trazidos fica claro que as autarquias com maioria APU realizaram, em 7 anos, mais do que a administração fascista em 48 anos, e realizaram bem mais do que as autarquias com maioria de outras forças políticas nos mesmos 7 anos.

VI — Eleições para as autarquias em 1982

Camaradas,

Segundo a legislação em vigor vão realizar-se eleições para os órgãos autárquicos em 1982. Esta Conferência não poderia deixar de ter em conta tal facto, e algumas intervenções já se lhe referiram.

Porém, apesar desta Conferência não se destinar a discutir a preparação dessas eleições, acabou por constituir, objectivamente, como certamente todos estamos de acordo, a melhor contribuição que neste momento poderíamos dar para a preparação dessas eleições.

As eleições autárquicas de 1982 transformaram-se já numa verdadeira obcessão para as forças conservadoras e reaccionárias. Frequentemente, dirigentes destes partidos fazem declarações a tal respeito bem reveladoras do medo que têm de tais eleições. Compreende-se que assim seja. A reacção teme os resultados da política desastrosa do governo; teme as consequências da divulgação dos casos de corrupção, incompetência, compadrio e nepotismo que caracterizaram, em muitíssimos órgãos, a gestão autárquica pelos partidos reaccionários. Teme os efeitos da divulgação dos êxitos alcançados pelos eleitos da APU.

A situação antidemocrática existente em várias zonas do País onde os caciques reaccionários mantêm o domínio opressor e obscurantista, a escandalosa manipulação da comunicação estatizada, o uso e abuso partidário do aparelho de Estado, já não são suficientes para tranquilizar os reaccionários, aliás muito assustados com os resultados do conjunto das eleições autárquicas realizadas em 1981, susto aumentado com os resultados de Miragaia e Loures. Mas também lhes convém falar das eleições autárquicas de Dezembro de 1982, para fugirem da questão candente, colocada na ordem do dia da vida política nacional, da urgente necessidade de realização de eleições para a Assembleia da República, visto estar mais do que provado que a AD não tem legitimidade para governar, como uma vez mais aqui foi demonstrado pelo camarada Álvaro Cunhal.

Quanto ao PS de Mário Soares, também, a partir do princípio do Outono, deixou de falar na «ofensiva de Outono», cortina de fumo que no Verão lhe serviu para justificar o seu real apoio à continuação da AD no governo, e passou, desde então, a falar constantemente nas eleições autárquicas de 1982, quer como sendo essas eleições o seu mais importante objectivo até Dezembro de 1982, quer como sendo essas eleições o grande teste eleitoral nacional. Já depois da derrota de Loures esta mudança propagandística se acentuou, ao anunciar para 1982 a realização do chamado Congresso dos Autarcas Socialistas e a criação, desde já, de uma comissão eleitoral permanente com vista a tais eleições.

Os objectivos desta mudança propagandística são claros: 1º, fugir também à questão essencial da realização urgente de eleições para a AR; 2.º, lançar nova cortina de fumo que esconda a questão mais importante para o futuro do País e da democracia que neste momento está em causa, a revisão inconstitucional da Constituição que a AD pretende levar a cabo, e a que Mário Soares deseja dar cobertura nas questões decisivas; 3.º, ganhar tempo para levar para a frente o chamado «bloco central», quer a nível local, quer nacional, verdadeiro suicídio para o PS e, portanto, perigo enorme para a democracia portuguesa.

Tão obcecado está Mário Soares pela sua política de alianças à direita que, para ficar com as mãos mais livres, já liquidou a FRS, alijando, sem a mínima consideração, os seus aliados de ontem.

Mas bom será que os dirigentes do PS recordem que a política de direita e de alianças à direita que o PS seguiu, aquando das eleições autárquicas de 1979, provocaram uma verdadeira catástrofe para o PS, que nessas eleições perdeu 55 presidências de Câmaras e posições correspondentes nos outros órgãos autárquicos. Bom será que os dirigentes do PS estudem em profundidade os resultados das eleições que provocaram, em aliança com a direita, para as Câmaras de Évora e de Loures. Se os estudarem, certamente concluirão que o «pior dos negócios» para o PS será o tal «bloco central».

Em resumo, neste momento, todos (AD e PS) e por razões não muito diferentes, falam muito nas eleições autárquicas de 1982 e todos dizem que já estão a trabalhar para elas.

Aliás, **o que também uns e outros temem** — (Mário Soares e a AD») — lembrando-se da enorme vitória da APU nas eleições autárquicas de 1979, **é que a APU alcance novas e importantes vitórias nas eleições autárquicas de 1982,** vitórias para que, desde já, apontam o conjunto de resultados das eleições autárquicas realizadas em 1981.

Por razões diferentes das de outros partidos, também nós temos de começar a falar e a trabalhar para as eleições autárquicas de 1982. Para o nosso Partido e para a APU **essas eleições são de grande importância** porque determinarão, significativamente, a maior ou menor possibilidade de os comunistas e os seus aliados mais próximos, a partir do reforço das suas posições no Poder Local, **poderem intervir mais extensa e eficazmente na resolução de mais e mais problemas das populações,** na defesa da própria democracia e das outras grandes conquistas de Abril.

No plano eleitoral, três objectivos essenciais, aliás inter-relacionados, se nos põem desde já quanto às eleições autárquicas de 1982:

a) A tarefa prioritária, aquela que deve merecer a nossa maior atenção (salvo talvez nos distritos de Setúbal, Évora e Beja) e que deveria ficar no essencial realizada até meados do próximo ano, **é o trabalho eleitoral com vista a concorrer ao maior número possível de Assembleias de Freguesia,** o que implica a formação ou dinamização de milhares de comissões com esse objectivo. Na verdade, o concurso ao maior número possível de AF, quer pelas dificuldades que envolve em várias regiões (só o distrito de Braga tem mais freguesias que os cinco distritos ao sul do Tejo, onde somos incomparavelmente mais fortes); quer pelas possibilidades que abre à extensão e profundidade do nosso trabalho de ligação às massas, antes e depois das eleições; quer pela mais ampla dinâmica unitária que facilita (é sabido que, ao nível de freguesia, é muito menor a estratificação partidária; quer pelo efeito eleitoral que as eleições para as AF têm no conjunto dos resultados para os outros órgãos autárquicos; o concurso ao maior número possível de AF, dizia, deve estar, de agora em diante, permanentemente, na ordem do dia da actividade de todas as comissões concelhias e de freguesia do nosso Partido.

Estamos certos que a apresentação de listas num maior número de AF é um desafio que as organizações do Partido, no vasto quadro unitário local da APU, estão em condições de enfrentar e vencer. Também estamos certos que os companheiros do MDP, que daqui fraternalmente saudamos, em leal colaboração com os comunistas, darão o melhor dos seus esforços para conseguirmos este objectivo.

b) A segunda tarefa que se nos põe é a de preparar o concurso a absolutamente todas as Câmaras e Assembleias Municipais do País.

c) Intimamente ligado a estes dois objectivos, isto é, a condição essencial para que estes dois objectivos resultem no plano eleitoral, é a política e o estilo de trabalho que seguirmos para alcançar os dois objectivos antes fixados. É essencial **alargar ao máximo a dinâmica unitária da APU,** incluindo nas listas, como o fizemos no passado, e ainda em maior escala, democratas independentes e homens honestos de outros partidos (como ainda recentemente sucedeu com três socialistas em Miragaia).

Tal alargamento não só não implica minimamente a dissolução do papel do Partido, como, exactamente ao contrário, é o nosso Partido quem está em melhores condições de ser o motor fundamental desta dinâmica unitária.

Entretanto, as eleições suplementares que se vão realizar até Dezembro de 1982 têm de merecer da nossa parte uma atenção reforçada, quer pelas novas posições que, a partir delas, se podem alcançar para a defesa dos interesses das populações a que respeitam, quer pelo crescente significado nacional que assumem, quer pela influência que os seus resultados virão a ter nas eleições de 1982.

Tudo isto significa que as eleições autárquicas têm, a partir de agora, de estar permanentemente na ordem de trabalhos do nosso Partido para que alcancemos **vitórias** capazes de aumentar significativamente as nossas posições no Poder Local.

VII — O papel dirigente do Partido

Camaradas,

Esta Conferência demonstrou que os comunistas e os seus mais próximos aliados na APU realizaram um trabalho gigantesco nas autarquias.

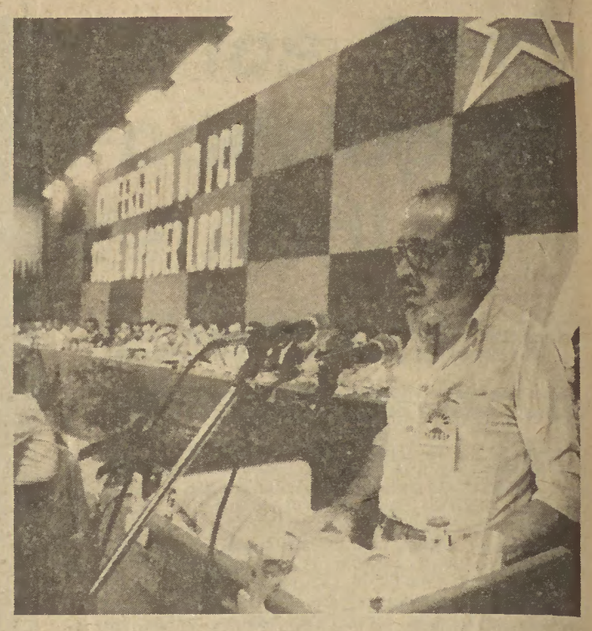
Mas a Conferência tornou também claro que mais e melhor se poderia ter feito, que muitas insuficiências e erros poderiam ter sido evitados se o Partido tivesse trabalhado melhor.

E, para melhorar e reforçar o trabalho dos comunistas nas autarquias, a questão essencial é melhorar o trabalho de direcção do Partido nesta frente. Na verdade, a experiência demonstra que qualquer afrouxamento do papel dinamizador do Partido, a partir dos seus órgãos dirigentes, tem reflexos negativos, não apenas na actuação dos eleitos do Partido e na correcta actuação das Comissões Coordenadoras da APU, mas também e sobretudo no próprio funcionamento, eficácia e democraticidade dos órgãos de Poder Local no seu conjunto.

A participação nesta Conferência de um elevado número de militantes do Partido não eleitos para os órgãos autárquicos, exprime um aspecto essencial da nossa orientação: as questões das autarquias não são questões que o Partido relegue apenas para os camaradas eleitos. São questões que dizem respeito a todo o Partido.

Ora, na verdade, o Partido só pode assumir correctamente o seu papel dirigente em relação a esta frente de trabalho, se as estruturas dirigentes do Partido aos vários níveis (Comité Central e seus órgãos executivos, Direcções Regionais, Comissões Distritais, Concelhias e de Freguesia) discutirem e definirem as orientações que são da sua competência. As cerca de 250 comissões de apoio aos órgãos dirigentes do Partido para o trabalho autárquico, desde a Comissão junto do Comité Central para o Trabalho nas Autarquias, têm realizado um inestimável trabalho e contribuído, notoriamente, para o acerto da actuação dos nossos eleitos.

Mas seria o mais perigoso dos erros, os órgãos dirigentes do Partido (Comité Central, Direcções Regionais, Comissões Distritais, Comissões Concelhias, Comissões de Freguesia) relegarem para estas comissões de apoio as funções de direcção que só aos órgãos dirigentes do Partido compete. O papel dessas comissões de apoio, ao contrário, é o de facilitarem, é o de contribuirem para habilitar os órgãos dirigentes do Partido a exercerem as suas funções.



Duas questões existem às quais há que responder, cada vez mais correctamente:

a) **A inserção dos comunistas eleitos,** a sua integração no trabalho partidário como a melhor garantia, por um lado, de que beneficiarão da rica experiência colectiva que o Partido acumula, condensa e generaliza, e, por outro lado, como a melhor forma de contribuirem para essa experiência com o seu saber, conhecimentos, imaginação e ligação às massas;

b) **O reforço do papel de direcção dos órgãos dirigentes do Partido** relativamente a esta frente de trabalho. Neste momento, a **questão principal** é a de que as **Comissões Concelhias e de Freguesia** (nos casos aplicáveis), sem se emiscuírem em pormenores de actuação diária dos eleitos, **exerçam as suas funções de direcção,** dentro da orientação geral do Partido, essencialmente nos seguintes nove domínios:

1 — Acompanhar, nas diferentes situações concretas, a execução da **política de unidade** dos eleitos e das populações e o **correcto funcionamento das Comissões Coordenadoras da Aliança Povo Unido.**

2 — **Verificar se os órgãos autárquicos funcionam regularmente** e tomar as medidas necessárias a tal funcionamento, procurando imprimir a todos os órgãos autárquicos, e muito especialmente àqueles em que o PCP e a APU são maioritários, um **estilo de trabalho colectivo** e democrático, combatendo o «presidencialismo» individualista.

3 — **Definir** as principais prioridades a satisfazer e, consequentemente, **as linhas principais dos planos anuais de actividade.**

4 — **Definir as grandes linhas de desenvolvimento do concelho,** a médio prazo, o que implica a capacidade para acompanhar a elaboração dos Planos Directores, Planos de Ordenamento ou Planos de Urbanização, conforme os casos mais aconselháveis.

5 — **Acompanhar a política de informação à população.**

6 — **Velar pela correcção das relações dos eleitos com os trabalhadores das autarquias,** dando especial atenção aos problemas destes.

7 — **Velar pela isenção, dedicação e moralidade com que actuam os eleitos comunistas e denunciar a corrupção, compadrio, incompetência,** etc., que muitas vezes caracteriza a actuação de eleitos de outras forças políticas, especialmente do CDS e do PPD.

8 — **Acompanhar** atentamente as questões que, num determinado momento, são ou se tornam a questão escaldante, a **questão local politicamente mais importante** na opinião da respectiva população.

9 — Dirigir, no que respeita aos membros do Partido, o seu trabalho para as eleições suplementares e para as autárquicas de 1982, no quadro dos acordos estabelecidos dentro da Aliança Povo Unido.

Queridos camaradas delegados,

Caros Convidados,

Como afirmou a resolução do Comité Central que convocou esta Conferência, «o trabalho do PCP nas autarquias locais tem permitido a acumulação de uma rica experiência, um crescente conhecimento dos problemas locais e regionais, o reforço da capacidade de contribuir para a sua resolução através de uma participação activa, competente e dedicada nos órgãos de Poder Local. Esta experiência e conhecimentos precisam, contudo, (dizia a citada resolução) de serem aprofundados, generalizados e divulgados de forma a que o Partido esteja crescentemente à altura das suas responsabilidades, e os outros democratas possam igualmente utilizar a experiência e conhecimento do nosso Partido, em benefício da melhoria das condições de vida do nosso povo. Pôr este património do Partido ao serviço de todos os democratas é mais um serviço que o Partido presta ao reforço da democracia portuguesa», dizia a citada resolução.

A Conferência vai terminar. Mas pode desde já afirmar-se que, pelo trabalho aqui realizado e através dos materiais a editar, saídos desta Conferência, estes objectivos foram e serão cumpridos.

O trabalho nas autarquias prosseguirá. Do Partido, dos comunistas eleitos, ninguém esperará que acertem sempre.

Mas o nosso Partido pode garantir que é sua orientação, a dedicação sem limites dos comunistas à causa da classe operária e do povo e à luta pela resolução dos seus problemas, qualquer que seja a correlação de forças existente; pode garantir que é sua orientação o absoluto respeito pelos programas apresentados às populações e por todos os compromissos assumidos; pode garantir que é sua orientação a isenção partidária em todas as decisões, a luta intransigente contra todas as formas de corrupção, caciquismo e opressão; podemos assegurar que é nossa orientação a abertura ao diálogo e à cooperação e o permanente esforço de crescente ligação às massas.

A presença e a participação dos comunistas nos órgãos autárquicos será, cada vez mais, um contributo decisivo para a sua eficácia e funcionamento democrático, para a melhoria das condições de vida das populações e para a defesa das liberdades e do regime democrático consagrado na Constituição da República.

Com o PCP, com o Povo Unido, as autarquias estarão cada vez mais em condições de, como diz a consigna desta Conferência, **resolver os problemas do povo, defender a democracia.**

VIVA A CONFERÊNCIA DO PCP SOBRE O PODER LOCAL!
VIVA O PCP!
VIVA PORTUGAL!

PCP

A visita da delegação do PSUA constituiu um inegável êxito

• Hermann Axen e os restantes camaradas da RDA estiveram na Quimigal (Barreiro) e na Reforma Agrária

O comício de amizade PCP/PSUA ontem realizado na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, Barreiro (que noticiaremos no próximo número) constituíu o ponto alto da visita da delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA) ao nosso país, a convite do CC do PCP, iniciada na segunda-feira passada e hoje terminada. A visita da delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha, dirigida pelo camarada Hermann Axen, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC do PSUA, realizou-se no âmbito das tradicionais relações de fraternal amizade que unem desde há muito os dois Partidos, tendo contribuido para o reforço dessas relações e o estreitamento da solidariedade internacionalista que as caracteriza.

Recordamos que faziam ainda parte da delegação do PSUA os camaradas Johannes Chemnitzer, membro do CC e Primeiro-Secretário da Direcção Distrital de Neubrandenburg, Alfred Marter, vice-chefe do Departamento Internacional do CC e Karl-Heinz Ehlers, funcionário do referido departamento.

Logo na tarde de segunda-feira a delegação do PSUA iniciaria o seu programa de visitas deslocando-se à Quimigal, no Barreiro, onde a aguardava a Comissão de Trabalhadores desta empresa nacionalizada e os camaradas Helder Madeira, presidente da Câmara do Barreiro, e outros elementos da Comissão Concelhia do PCP. Na Casa de Recepção da empresa teria lugar uma breve explanação por parte da CT abordando alguns aspectos da situação laboral que se vive na empresa, organização dos trabalhadores, importância do 25 de Abril no mundo do trabalho, dificuldades surgidas com os ataques poderosos de sucessivos governos reaccionários contra as conquistas de Abril e nomeadamente as nacionalizações, etc.

O camarada Hermann Axen afirmaria compreender o orgulho dos trabalhadores portugueses pelas conquistas da Revolução de Abril, bem como a luta para as defender, transmitindo saudações solidárias da classe operária e do povo da RDA, que avança no caminho do socialismo desenvolvido. Recordaria que a Revolução de Abril provocou enorme entusiasmo no seu país, afirmando a convicção de que a classe operária portuguesa e o seu elevado grau de organização serão suficientes para a defesa das conquistas democráticas e a concretização dos objectivos finais da Revolução.

No mesmo local realizar-se-ia um encontro com um representante do conselho de administração e assistir-se-ia à projecção de um diaporama sobre a empresa. Seguir-se-ia uma breve volta de autocarro pelo complexo industrial, terminando a visita na zona têxtil onde uma delegação de operárias, na sua saudação aos visitantes, afirmaria que «no momento actual, em que a direita está no Poder, apostada em destruir todas as conquistas e liberdades alcançadas pelos trabalhadores com o glorioso 25 de Abril, é com alegria e satisfação que os trabalhadores comunistas da ZPPF recebem a visita da delegação da RDA, com um fraternal abraço extensivo a todo o povo da RDA», terminando com votos para que «os laços de amizade e solidariedade existentes entre nós se fortaleçam e frutifiquem».

Ainda na segunda-feira iniciar-se-iam as conversações com o Comité Central do PCP, cuja delegação integraria os camaradas Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do CC, Albano Nunes do CC e responsável pela Secção Internacional, e Carlos Ramildes, membro do CC e da Direcção Regional de Setúbal.

«Façam uma lista!»

Na manhã de terça-feira a delegação do PSUA visitou a Associação Portugal-RDA, onde a aguardavam o seu presidente, dr. João de Freitas Branco, Alexandre Babo, secretário-geral, e dr. Juíz Francisco Miranda Duarte, presidente da Mesa da Assembleia Geral. Presentes igualmente o embaixador da RDA no nosso país e o camarada António Dias Lourenço, igualmente membro dos corpos gerentes da referida Associação.

Ao percorrer as instalações da Associação, o camarada Axen lançaria um olhar apreciativo para a biblioteca, recheada de volumes especializados e em alemão, abrangendo vários domínios da cultura, ciência e técnica. Ao ser-lhe dito que os estudantes portugueses membros da Associação recorriam muito aos serviços da biblioteca, responderia rápido: «Vamos aproveitar a oportunidade para enviar mais livros; façam uma lista!»

Na saudação que fez em nome da Associação, o dr. Freitas Branco sublinharia a satisfação em receber neste momento a delegação do PSUA, quando ainda se está próximo da «semana da RDA» que decorreu recentemente no nosso país com assinalável êxito, «podendo dizer-se que ultrapassou o que já se esperava, e era muito», e sublinhando que se continuaria o trabalho da Associação «no sentido da compreensão, colaboração e fraternidade dos povos — e em especial dos povos de Portugal e da RDA — ao serviço da grande causa da paz», cada vez mais ameaçada pelo capitalismo e o imperialismo.

O camarada Axen, após considerar que a Associação de Amizade Portugal-RDA tem desenvolvido um trabalho muito meritório — assinalado nomeadamente pelos cidadãos alemães-democráticos que estiveram ligados à «semana da RDA», os quais se mostraram muito satisfeitos com os resultados obtidos — afirmaria: «nós temos uma coisa que os países burgueses não podem ter: bons aliados e bons amigos em muitos países e continentes de todo o mundo», o que tem a ver com os nossos princípios humanistas. A RDA é um Estado amante da paz — prosseguiria — sendo obviamente muito importante para todo o mundo a existência em solo alemão de um Estado estável e amante da paz.

A paz seria, de resto, um tema profundamente abordado pelo chefe da delegação do PSUA, que consideraria essa a questão mais importante que hoje se coloca ao mundo. «Nós queremos relações de coexistência pacífica com a RFA, mas isto é dificultado pelo aumento de armas nucleares neste país e na Europa Ocidental; a oeste das nossas fronteiras existe a maior densidade de mísseis de toda a Europa», recordaria.

Ainda a este propósito comentaria a falsidade e o perigo das recentes afirmações do presidente Reagan ao falar de uma «guerra nuclear limitada», pois «quando os mísseis são lançados não é possível limitar coisa nenhuma». Há que negociar e evitar esse perigo, acentuaria.

No final o camarada Axen assinaria o Livro de Honra da Associação, havendo troca de presentes.

Ainda durante a manhã a delegação do PSUA avistar-se-ia em Belém com o Presidente da República, general Ramalho Eanes. À tarde seria a vez de uma breve visita à zona da Reforma Agrária, deslocando-se à Cooperativa Agrícola «Cravo Vermelho», em Montemor-o-Novo.

Em terras da Reforma Agrária

A visita à Cooperativa «Cravo Vermelho» seria feita após se encontrarem duas «comitivas» em Montemor-o-Novo: uma com o camarada Axen e vinda de Lisboa, outra com o camarada Chemnitzer, que entretanto visitara o distrito de Évora, se avistara com uma delegação da DORA do PCP dirigida pelos camaradas António Gervásio e Dinis Miranda, membros da Comissão Política do CC e se deslocara à Câmara Municipal de Évora.

O encontro com a direcção da Cooperativa «Cravo Vermelho» teve lugar nas novas instalações criadas pelo esforço dos trabalhadores, que inclui um vasto parque de máquinas e lugar para o escritório da Cooperativa. Curiosamente estas novas instalações ainda não se encontram a funcionar em pleno porque... falta o telefone. Que «não há linha», dizem os TLP locais, sendo preciso aguardar o alargamento da rede. Entretanto têm-se escusado a fazer algo de muito mais simples: a transferência do telefone que existe nas antigas instalações para as novas...

Durante este encontro os camaradas do PSUA tiveram oportunidade de tomar contacto com as transformações surgidas na região com a constituição da Cooperativa, nomeadamente na solução de alguns dos flagelos que tradicionalmente afligiam toda a zona da Reforma Agrária no tempo do fascismo, em particular o desemprego e a emigração forçada. Entretanto as coisas voltam a tornar-se difíceis com a ofensiva reaccionária contra a Reforma Agrária, que já inviabilizou muitas UCPs e Cooperativas (na «Cravo Vermelho» esportulou em reservas a agrários metade da área inicial).

Mas os visitantes tiveram igualmente oportunidade de verificar que o espírito de luta continua bem aceso em terras da Reforma Agrária, decidido a defender esta preciosa conquista da Revolução de Abril e com capacidade para a realizar até ao fim.

Foi em ambiente de fraternal alegria que a delegação do PSUA se despediu da «Cravo Vermelho». Deixando a sua mensagem de solidariedade, levando um conhecimento mais profundo da grande luta que se continua a travar nos antigos campos do latifúndio, e que prossegue, inquebrantável.

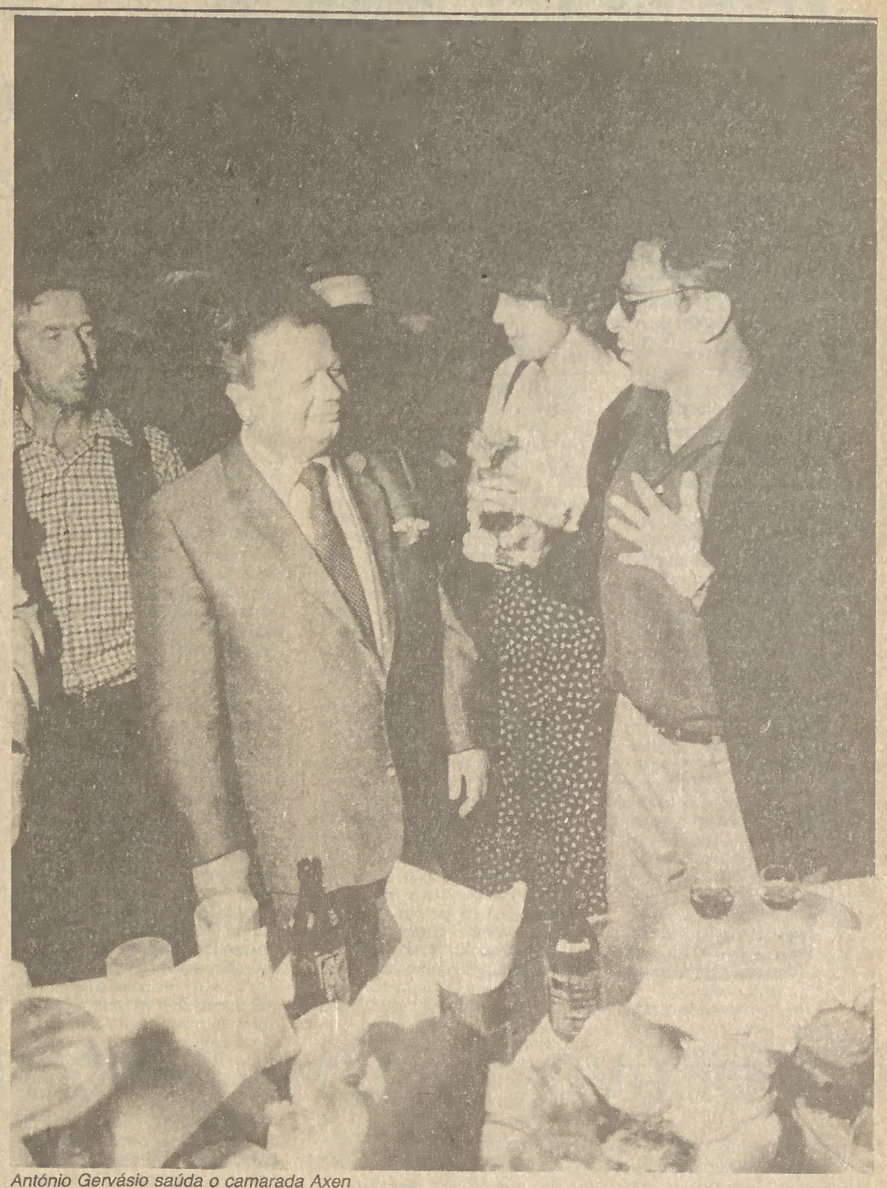
Uma vida de luta

Do programa de ontem incluído na estada entre nós dos camaradas da RDA, falaremos, na próxima semana. Entretanto, cumpre recordar que o camarada Hermann Axen nasceu a 6 de Março de 1916 na cidade alemã de Leipzig. Operário de profissão, aderiu em 1932 à União da Juventude Comunista e em 1942 ao Partido Comunista da Alemanha.

Preso em 1934 no Campo de Concentração de Zwickau, aí permaneceu até 1937. Emigrado desde 1938, prossegue em França a sua actividade antifascista, vindo a ser preso de novo em 1940. Até à derrota do nazi-fascismo, em 1945, passou sucessivamente pelos campos de concentração fascistas de Vernet, em França, de Auschwitz, na Polónia, e de Buchenwald, na Alemanha hitleriana.

Dirigente sindical e juvenil desde a libertação da sua pátria do terror nazi, Hermann Axen é desde 1950 membro do Comité Central do PSUA, criado em Abril de 1946 pela unificação do Partido Comunista e do Partido Social-Democrata da Alemanha. Desempenhou desde então diversas responsabilidades de Partido e de Estado, entre as quais as de redactor-chefe do «Neues Deutschland», órgão do CC do PSUA. É o presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara do Povo da República Democrática Alemã desde 1971.

Hermann Axen, membro do Bureau Político e Secretário do Comité Central do PSUA, é portador da Ordem de Karl Marx e de outras altas condecorações atribuidas pela sua vida de lutador antifascista e de dirigente revolucionário.



António Gervásio saúda o camarada Axen

Em terras da Reforma Agrária

Hermann Axen com o general Ramalho Eanes, Presidente da República

Momento das conversações entre as delegações do PCP e do PSUA

O brinde na Associação de Amizade Portugal-RDA: pela amizade entre os povos, pela paz

As operárias do Sector Têxtil da Quimigal com a delegação do PSUA

Assembleia da República

Derrota e escândalo da «AD»

A 'AD' averbou mais uma grande derrota. Desta vez não apenas porque todos os partidos democráticos souberam mostrar-se firmes e unidos face ao seu projecto. Mas também porque a própria 'AD' não conseguiu, à vista de toda a gente, superar as próprias contradições internas, as suas fragilidades, a sua incoerência. A 'AD' ficou em minoria na AR, o seu candidato à presidência daquele órgão de soberania foi derrotado.

Numa longa sessão — mais uma que a 'AD' impõe e sempre para tentar obrigar a Assembleia a vergar à sua ambição — as eleições para a presidência da AR proporcionaram a quem quis ver o triste espectáculo das manobras e do escândalo. Proporcionaram também a surpresa de ver vencer na votação secreta o candidato Teófilo Carvalho dos Santos, do PS, apoiado por toda a oposição.

Oliveira Dias, do CDS, que já tinha tudo preparado para subir à cadeira da presidência — constava que já tinha no gabinete funcionários a trabalhar e procedia mesmo à instalação de equipamentos novos —, teve uma noite má. Iniciada a votação ao fim da tarde de terça-feira, eram já 22 horas e 30 minutos quando Leonardo Ribeiro de Almeida anunciava os resultados: Teófilo Carvalho dos Santos chegara à frente, com 98 votos,contra os 97 do candidato 'AD'.

Como foi possível? Não foram decerto as ausências que determinaram tal resultado, pois que apurámos terem estado ausentes da votação 14 elementos da oposição mas também outros 14 do lado da direita. A recusa de deputados da 'AD' em votarem Oliveira Dias foi a razão. Mas, segundo o que se dizia nos conturbados corredores de São Bento, nessa noite, o PSD e o CDS acusavam-se mutuamente de não terem seguido a disciplina de voto. Se se pode crer que alguns deputados do PSD tiveram repugnância em votarem no partido mais à direita do hemiciclo, também não é de rejeitar a hipótese de as querelas internas do CDS se confirmarem desta vez numa votação onde não era preciso mostrar a cara.

Mas a questão não ia ficar por aqui. Enquanto Leonardo Ribeiro de Almeida anunciava a eleição de todos os outros cargos — as vice-presidências e os secretariados da mesa foram todos preenchidos —, anunciava também que o presidente não tinha sido eleito já que nenhum dos candidatos obtivera a maioria dos votos validamente expressos.

Este critério foi desde logo contestado pelo deputado Carlos Lage, do PS, que considerou não validamente expressos os votos brancos. E anunciou que o seu camarada Teófilo Carvalho dos Santos estava eleito. Palmas de todo o lado esquerdo do hemiciclo. Palmas para saudar a vitória, mas não muito convincentes quanto ao resultado de tal proclamação.

Com efeito, Leonardo Ribeiro de Almeida, considerou a tese de Carlos Lage como um recurso da deliberação da mesa, apesar de tal tese se amparar não só no critério seguido nas eleições para o Presidente da República como também na própria interpretação que a 'AD' faz de votos brancos no seu projecto de revisão constitucional.

O recurso não foi imediatamente votado. E isto porque várias interpelações se sucederam. Sousa Tavares levantaria a questão de haver dúvidas sobre a consideração dos votos. Brancos porquê, quando exprimiam por vezes o não nos dois candidatos? O camarada Veiga de Oliveira, por seu lado, propôs a verificação de todos os votos. José Vitorino, da UEDS, também. Almeida Santos propôs que tudo isto fosse considerado na sessão seguinte, dado o adiantado da hora. O presidente interrompeu os trabalhos para reunir com os grupos parlamentares.

Eram quase duas horas da madrugada quando se constata que tudo está na mesma. Carlos Lage faz um requerimento para que se termine a sessão. Pelo contrário, a 'AD', que gostaria de tapar a derrota com uma eleição logo a seguir para que a notícia fosse a de que tinha sido eleito Oliveira Dias, requere a votação imediata e sem discussão do recurso do Partido Socialista. A lei da rolha.

De repente, o escândalo. Enquanto Rui Pena gritava que a 'AD' tinha maturidade suficiente para resolver os problemas, o deputado da UEDS César de Oliveira, dá conta que uns estranhos papeis são distribuídos nas bancadas da direita. Moura Guedes diz-lhe que são papeis brancos, como quem diz «são rosas, senhor, são rosas». Não eram. Eram boletins de voto. Três: um em branco, outro com o nome de Oliveira Dias, outro com o nome de Teófilo Santos. À maneira de antigamente, três papeis para a mesma eleição! Queria a 'AD' controlar os seus recalcitrantes? Grande barafunda no hemiciclo. Acusações choviam sobre as bancadas da maioria, insultos eram respondidos, enquanto alguns deputados 'AD' se mostravam envergonhados do golpe. Quem tinha ordenado a feitura dos boletins? E a sua distribuição? Ninguém sabia. Ficou apenas a saber-se que a 'AD' não recua diante de nenhum expediente quando tem pressa.

Sessão interrompida de novo, depois de votado negativamente o requerimento PS que propunha a interrupção da sessão. Passava das quatro da manhã quando as bancadas se voltam a encher. O requerimento PPD para que se passasse sem discussão ao recurso apresentado pelo PS (contrário à deliberação da mesa que não declarou nenhum eleito entre os candidatos à Presidência), foi aprovado. Às claras, todos os deputados 'AD' votaram. O recurso do Partido Socialista foi assim votado a seguir, impedindo-se os deptuados de debaterem o seu conteúdo. A 'AD' preparava-se então para eleger o seu presidente à força, quando Almeida Santos, declarou que o Partido Socialista não estava disposto a que a farsa continuasse, que a tolerância pelas manobras acabara. Os deputados do PS abandonaram a sala, toda a oposição fez o mesmo, associando-se cada grupo parlamentar à declaração de voto proferida por Almeida Santos.

«Fizémos todos os esforços para encontrar uma solução dignificante para o prestígio da AR mas os nossos esforços foram completamente em vão» afirmou Carlos Brito, pelo PCP. E, referindo-e à atitude da maioria avisou: «Este é o caminho da perdição das instituições democráticas!»

A maioria ficou sozinha. A falar sozinha. Rui Pena continuava a gritar «Nós continuamos maioria!» Não tinha interlocutores. Só o eco lhe respondia.

Objectivo «AD»: *restringir direitos*

Abria a Assembleia – a 2.ª sessão da 2.ª legislatura –, sob o signo da lei da rolha, que passou, como era de esperar, com os votos arregimentados na «AD». Uns determinados e ferozes na vontade de acabar com um regimento que dificulta a governamentalização do regime. Outros votos envergonhados, de quem pensa ainda que a democracia é possível com a «AD». Dentro da aliança é cada vez mais nítido que se aprofundam linhas de fractura. Começava assim a sessão. O ano escolar, esse nunca mais começa. E foi com um discurso de Jorge Lemos, do PCP, chamando a atenção para a gravíssima situação escolar, que se iniciaram os trabalhos. Não falando de uma intervenção do deputado da UDP, que passou bastante despercebida.

Referindo-se ao debate do Programa do Governo, onde fora dito que à herança recebida no âmbito da Educação não era possível dar resposta no quadro da política prosseguida pelos executivos «AD», o camarada Jorge Lemos afirmou:

Esta pesada herança é particularmente sentida no início de um novo ano lectivo. Ela revela com clareza, entre outros problemas, a enorme carência de salas de aula, a degradação e inadequação das instalações existentes, o elevado custo dos livros e restante material escolar, o profundo desajustamento dos conteúdos e objectivos do ensino face às necessidades nacionais e às legítimas aspirações da juventude, a crescente selectividade de classe no acesso à escola, as enormes taxas de insucesso escolar – que atingiu a cifra de meio milhão de reprovações na época de exames de 81 –, o elevado número de jovens que se vêem forçados a abandonar prematuramente o sistema escolar.

Traçando um balanço negro do que é a situação escolar nos dias de hoje em Portugal, responsabilizando os sucessivos governos e reprovando também a acção do último, Jorge Lemos disse mais adiante:

Milhares de crianças e jovens, em particular nos concelhos periféricos de Lisboa, que não encontram lugar nas escolas do ensino preparatório secundário da sua área de residência, são arrumadas em barracões e instalações improvisadas, obrigadas a enormes deslocações para escolas afastadas ou obrigadas a frequentar as aulas em regime nocturno. O despudor é tal, a despreocupação face à degradação escolar atinge tal peso, que o Director-Geral do Equipamento Escolar não se coibiu de afirmar que «se as crianças não cabem, corta-se no currículo» – isto é, aprendem menos!

Mas o despudor ia continuar. Do PSD, uma deputada esganiçou-se a dizer que a culpa disto tudo era dos comunistas...

Bem prega Frei Moura Guedes

Depois, na Ordem do Dia, continuaria o debate na generalidade do projecto «AD» de novo regimento, ao qual o deputado Carlos Lage, do PS, chamou «biscate parlamentar de protecção ao Governo».

Pelo PCP falou o camarada Lino Lima, que começaria logo por fazer a destrinça entre os dois discursos «AD» produzidos anteriormente: o de Santana Lopes, o de Moura Guedes. **Bem prega Frei Moura Guedes,** ironizou Lino Lima. **Interroguei-me sobre se devia olhar para o que ele dizia ou para o que ele fazia. Mais precisamente: para o que ele dizia ou para o que fazia a «AD» em que está integrado.**

E mais adiante:

É que o que vai ser submetido à votação desta câmara não são as suas intenções, nem o seu tacto político, mas uma proposta muito concreta e clara de um novo Regimento da Assembleia cujas soluções repudiamos tão veementemente como a própria filosofia com que os seus autores as querem justificar. Para nós, comunistas, este Regimento que agora discutimos não é uma obra do acaso, não é um documento espúrio e aberrante numa dada política. É uma pedra fundamental para a realização de um projecto político que tem como objectivo o estabelecimento de um Estado autoritário.

E Lino Lima recordou o que quer o projecto político «AD», demonstrando-o a partir do seu projecto de revisão constitucional:

A «AD» quer acabar com os Conselhos de Informação, que nos termos da Constituição se destinam a assegurar o pluralismo ideológico nos meios de Comunicação Social do Estado ou das entidades sujeitas ao seu controlo económico, assegurando-se assim a sua submissão ao Governo. Quer, por um lado, restringir os poderes legislativos da AR e, por outro, alargar as áreas da competência exclusiva do Governo para legislar. Quer, como no tempo do fascismo que a AR fique limitada à aprovação das leis de bases gerais nas matérias de maior importância e dignidade legislativa, competindo ao Governo desenvolver e regulamentar essas bases gerais. Quer diminuir os poderes de fiscalização da AR sobre o Governo através de um mecanismo de ratificações tácitas dos decretos-leis governamentais. Quer diminuir os poderes do Presidente da República a quem retira a possibilidade de demitir o Governo e de nomear as chefias militares que passariam também a ser da exclusiva competência do Governo. Quer subtrair a administração pública à competência da AR através de um preceito pelo qual não só o Governo poderia legislar em matéria respeitante às atribuições dos Ministérios e Secretarias de Estado e às formas da sua coordenação, à organização e funcionamento dos serviços do Estado e à alteração ou aprovação dos respectivos quadros de pessoal. Quer restringir os direitos dos partidos da oposição, retirando-lhes a possibilidade constitucional de fixarem ordens do dia do plenário da Assembleia da República (...)

Inquérito sobre desmantelamento

Foi também iniciado, na passada semana, a apreciação dos pedidos de inquérito, da parte da oposição, sobre as tentativas do Governo Balsemão I para entregar a empresas nacionais e estrangeiras, a comercialização de cereais, ramas de açúcar e oleaginosas.

Foi Joaquim Miranda, do PCP, quem proferiu a primeira intervenção sobre o assunto, adiantando os objectivos do presente inquérito – apuramento da verdade sobre se há ou não «interesses inconfessáveis» escondidos no processo legislativo que visa a concretização da entrega, se se confirma ou não casos de corrupção «no processo de desmantelamento das empresas públicas EPAC e AGA».

Joaquim Miranda, recordando os escândalos em que foram envolvidas algumas conhecidas figuras públicas, beneficiadas pelos negócios que a legislação permitiu, diria:

Os interesses privados têm nomes. Às empresas envolvidas nestas encandalosas negociatas, como já por várias vezes foi denunciado, estão ligados familiares dos ministros do Governo Balsemão I, que receberam a solidariedade de ministros actuais aquando da discussão nesta Assembleia.

Nacional

Eleições em Belém – com a APU uma nova Junta

Os eleitores de Santa Maria de Belém, em Lisboa, vão no próximo domingo, dia 25, eleger uma vez mais a sua Assembleia de Freguesia.

As eleições intercalares, provocadas pelos eleitos da AD que detinham a maioria absoluta naquele órgão autárquico, têm como causa próxima o malogro da aventura irresponsável que ficou conhecida por «feira de Belém».

Mas a verdade é que toda a acção, quer no executivo AD quer na Assembleia de Freguesia, foi um completo fracasso. As promessas eleitorais não foram cumpridas, as aspirações mais sentidas das populações não foram atendidas. Cite-se, só para dar uma exemplo, a construção do mercado de Belém, desejado por todos os moradores da freguesia e que a Junta ignorou totalmente.

O desinteresse pelas questões da freguesia foi de resto uma constante da maioria AD, que primou pelas faltas constantes às reuniões, pelas demissões sucessivas dos seus próprios quadros.

É caso para dizer que se a AD fez alguma coisa de bom na freguesia de Belém foi demitir-se. Porque assim, após a experiência de uma gestão inoperante, antidemocrática e grandemente lesiva dos seus interesses, a população vai poder modificar o seu voto.

Das forças presentes ao acto eleitoral de domingo é a APU, a segunda mais votada na freguesia, quem mais garantias dá de poder levar a cabo um trabalho competente, honesto e totalmente dedicado à defesa dos interesses populares.

A intensa campanha eleitoral que tem vindo a ser realizada, pela APU onde predominam os contactos directos com a população, porta-a-porta, sessões de esclarecimento, convívios, mobilizam cada vez mais as atenções do eleitorado.

Estas acções continuam até amanhã, dia do encerramento da campanha, culminando com um comício na Escola Marquês de Pombal, às 21 horas, em que participam Octávio Pato, membro da Comissão Política e do secretariado do CC do PCP; António Galhordas, do secretariado nacional do MDP/CDE; Silva Graça, vereador da APU na Câmara Municipal de Lisboa; Cunha Serra, independente eleito pela APU na Câmara Municipal de Lisboa e João Worm, cabeça de lista da Aliança Povo Unido às eleições de Belém.

Após o comício, a noite de sexta-feira termina com um espectáculo de canto livre em que participam Paulo de Carvalho, Carlos Mendes, Edmundo Silva e Francisco Seia.

Derrotar nas urnas, tal como em Loures, a política antipopular da AD é um objectivo ao alcance dos eleitores de Belém. Para que nas autarquias estejam cada vez mais as pessoas capazes de defender e reforçar o poder local democrático.

Agricultura precisa de outra política

O novo Governo da «AD», Balsemão/Freitas do Amaral, tal como o anterior, não só não está a resolver, como está a agravar ainda mais os problemas dos agricultores. Fazendo subir os preços dos factores de produção, mantendo baixos os preços ao produtor, dificultando o crédito, os interesses da agricultura e dos agricultores são completamente desprezados pelo governo.

Promover o aumento da produção nacional, parecia ser intenção do Governo, se fossemos a julgar pelo seu programa e declarações oficiais. Mas basta ter em conta o recente aumento dos adubos em 45 por cento para ser claro que será o contrário que irá acontecer.

O recente aumento dos preços dos adubos mereceu já a atenção do MARN que numa nota à imprensa para além de condenar este aumento, mostra a sua preocupação face à pretensão do Governo em rever a lei do arrendamento rural.

Também a Aliança das Ligas Agrícolas do Norte em comunicado recentemente divulgado exige que seja mantido o preço anterior dos adubos.

O preço do leite ao produtor é outra preocupação. Entre 1979/81, o preço do leite subiu 70 por cento no consumidor e apenas 23 por cento no produtor. O actual preço oficial do leite não cobre os reais preços de produção. Face ao agravamento do preço das rações e dos encargos em geral os produtores de leite vão ter que prosseguir a sua luta pela justa actualização do preço do leite.

São justas portanto estas e outras preocupações da lavoura portuguesa, dos pequenos e médios produtores, que vêm a política agrícola portuguesa regida pelos interesses económicos dos grandes proprietários e intermediários e que agora com a propagandeada «adesão ao Mercado Comum», se preparam para conduzir à ruina os pequenos e mesmo muitos médios agricultores.

Semana da ONU pelo Desarmamento

Começa no sábado, prolongando-se até dia 31, a «Semana da ONU pelo Desarmamento», acção dirigida à opinião pública e que integra várias iniciativas. No dia 28, por exemplo, decorrerá uma sessão subordinada ao lema **«Pela Paz! Pelo Desarmamento!»**, a realizar em Lisboa, na sede da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) Palácio da Independência, a partir das 21 e 30. Entre outros, intervirão o General Costa Gomes e António Muinho, director do Centro de Informação da ONU em Portugal.

A iniciativa é organizada pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), URAP, MDM, CGTP-IN, Liga Operária Católica e Associação para a Cooperação com a ONU em Portugal.

Paralelamente, recordamos que está a decorrer mais uma «Quinzena da Cultura e da Paz», a qual se associa à homenagem que em todo o Mundo se está a realizar à figura e à obra de Pablo Picasso, cujo centenário ocorre este ano. Assim, no próximo sábado, às 18 e 30, na Sociedade Nacional de Belas-Artes (SNBA), em Lisboa, haverá um colóquio sobre a vida e a obra do grande artista e lutador pela Paz. Presentes, entre outros, Fernando Azevedo, presidente da SNBA, e Rui Mário Gonçalves, crítico de Arte.

A «Quinzena», que integra uma exposição-venda de obras de artistas plásticos e escritores (envolvendo quase duas centenas de personalidades) patente na SNBA, encerra já no próximo dia 31. A responsbilidade da iniciativa cabe à Comissão de Desarmamento do CPPC.

III Encontro Nacional das Comissões de Base de Saúde

Subordinado aos temas **«Saúde e Constituição»** e **«O Movimento das Comissões de Base de Saúde na Luta Pelo Direito à Saúde»**, vai realizar-se no próximo fim-de-semana, dias 24 e 25, em Montemor-o-Novo, no Teatro Curvo Semedo, o III Encontro Nacional das Comissões de Base de Saúde.

Considerado pela Comissão Organizadora como uma das iniciativas mais importantes até hoje realizadas no campo da luta pelo direito à saúde, nela participarão para além das Comissões de Base de Saúde (CBS), representantes do movimento sindical, das Autarquias, dos reformados, dos deficientes, das UCP's e Cooperativas, dos movimentos populares de base, dos médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde.

Os trabalhos terão início pelas 10 horas de sábado com a apresentação e discussão dos temas, prolongando-se durante todo o dia até à sessão cultural prevista para as 21 horas. No domingo os trabalhos recomeçam às 9.30 horas e encerram às 15 horas com um comício seguido de manifestação nas ruas de Montemor-o-Novo.

Trabalhadores

Uma imagem de arquivo para uma luta de hoje

Prossegue a luta nos têxteis

● Paralisações hoje no Norte e Centro

Os trabalhadores têxteis continuam a luta pelo CCTUV,o contrato colectivo único e vertical do sector. Cabe hoje a vez a vários distritos do centro do país. Porto e Braga paralisam também, hoje, quinta-feira, dia escolhido para em conjunção com aquela forma de luta se efectuarem concentrações em Guimarães, Porto e Covilhã.

Paralisam assim as empresas têxteis e do vestuário nos distritos onde a concentração do sector é maior.

Decorrem entretanto outras lutas em empresas como a Vaessen, a Spirel e a Maconde – todos com sede no norte do País.

Em Matosinhos, empresas conserveiras, como o Algarve Exportador e a Rainha do Sado, com mais de 200 trabalhadores, continuam a pagar salários com atraso, criando situações graves.

Para além de outras notas comuns a todas essas empresas, incluindo o sector têxtil, é o facto de a grande maioria do pessoal ser constituído por mulheres, que se contam entre os trabalhadores mais mal pagos de toda a indústria transformadora.

Entretanto, um banco nacionalizado, o Português do Atlântico (BPA) continuava a ceder participações do Estado aos Mellos, permitindo, ou pelo menos facilitando, desse modo a reconstituição de um dos grupos monopolistas mais conhecidos do tempo do fascismo.

Ainda no campo económico e financeiro, assinale-se que a CGTP-IN acusa o Governo AD de não ter cumprido a lei no que respeita ao Orçamento Geral do Estado.

O Governo não cumpriu o que a Lei dispõe – sublinha a Central; **não entregou a proposta de Orçamento; não elaborou o projecto de grandes opções do Plano para 1982; nem sequer apresentou o Plano a Médio Prazo ao Conselho Nacional do Plano. Esta demonstração de incompetência do Governo é tanto mais grave quanto mais se verifica que a situação económica e financeira do País é catastrófica e se agrava de dia para dia.**

«As próprias estatísticas oficiais confessam – acrescenta a CGTP-IN – que o défice comercial vai ser superior a 300 milhões de contos e que as exportações diminuem (menos 14 por cento no 1.º semestre) e que o investimento não chegará a metade do que o Governo previa no início do ano. O falhanço completo da política económica está bem patente na evolução do produto interno bruto, no qual o Governo previa um aumento de 5 por cento e que não atingirá sequer 1 e meio por cento».

Depois de lembrar que em Fevereiro de 1981 apresentou um estudo alternativo ao Plano a Médio Prazo e ao Plano para o ano em curso, a CGTP-IN mantém todas as críticas que fez ao Governo nessa altura e acrescenta que «em vez de corrigirem a sua actuação os sucessivos governos têm agravado a política de recessão, atraso e dependência», submetendo o País «aos ditâmes do Fundo Monetário Internacional (FMI)», comprometendo a independência nacional e tolhendo o desenvolvimento socioeconómico.

A CGTP-IN, que emitiu para o efeito um comunicado com data da última quinta-feira, assinala que «a Lei do Enquadramento do Orçamento Geral do Estado fixa a data de 25 de Outubro como limite para a apresentação pelo Governo do Orçamento para o ano seguinte. A Lei estabelece ainda que a proposta do Governo deve estar integrada no Plano anual e que este deve ter em conta as orientações do Plano a Médio Prazo».

Nova fase na luta dos têxteis

Como consequência directa da luta que desenvolveram nas últimas semanas a nível nacional, com paralisações sectoriais e regionais, **mais de 60 mil trabalhadores receberam já aumentos nas suas empresas na ordem dos 22 por cento, sem perda de quaisquer regalias do seu actual CCTV,** contrariamente ao que sucedeu como o acordo amarelo do Sindetex/UGT. Além deste êxito notório, embora parcelar, a luta dos trabalhadores têxteis passa por nova fase determinada, entre outros, por dois factores. O primeiro é a tenacidade que os trabalhadores do sector têm posto na sua determinação de alcançar reivindicações que mal chegam para anular os efeitos da pesada tradição que atinge os trabalhadores têxteis portugueses – dos mais violentamente explorados e com níveis salariais dos mais baixos da nossa indústria. O segundo factor é a **aliança Governo-AD-patronato-UGT-Sindetex** contra o direito dos trabalhadores têxteis à contratação colectiva, contra o movimento sindical unitário, contra os direitos alcançados pelos trabalhadores mediante a negociação de contratos colectivos.

Segundo o plenário sindical efectuado na última sexta-feira, 16, no Porto, o patronato continua a furtar-se ostensivamente às negociações com os sindicatos e a tentar roubar aos trabalhadores cerca de 100 regalias e direitos adquiridos, o que é absolutamente ilegal.

Por outro lado, o cheque sem cobertura assinado pelo patronato com o Sindetex continua a valer apenas para os divisionistas. Mas o Ministério do Trabalho onde se encontra como secretário de Estado o dirigente da UGT, Fernando Marques, pretende tornar esse cheque sem cobertura extensivo a todos os trabalhadores que como é sabido são mais de 300 mil em todo o País.

Os sindicatos e os trabalhadores que representam não podem aceitar que se ponha em causa a liberdade de contratação colectiva. Perante a ilegalidade de uma portaria de extensão com base num contrato que abrange uma parte ínfima dessas centenas de milhares de trabalhadores, o plenário decidiu no Porto:

- Rejeitar qualquer portaria de extensão;
- Reafirmar a defesa do processo negocial dentro dos princípios da negociação directa, conciliação, mediação ou uma eventual PRT (Portaria de Regulamentação de Trabalho) que respeite integralmente os direitos actualmente em vigor;
- Desenvolver uma ampla campanha de esclarecimento nas empresas e junto da opinião pública em geral;
- Continuar a luta nos locais de trabalho através da greve;
- Levar à prática um processo de denúncia a nível nacional e internacional, junto da OIT (Organização Internacional do Trabalho), das posições ilegais e abusivas do Governo;
- Desencadear, através do movimento sindical unitário e outras organizações sindicais, uma campanha de solidariedade que contribua para o fracasso dos projectos do Governo e do patronato;
- Exigir que seja respeitada a liberdade de contratação colectiva;
- Manifestar a sua disposição de luta contra um Governo que assume por inteiro as pretensões do patronato.

Sábado Multifarmacêuticas *em debate*

A CGTP-IN e os organismos sindicais do sector levam a cabo no próximo sábado, 24, no anfiteatro n.º 1 da Faculdade de Letras de Lisboa, o 1.º Encontro Nacional sobre Sociedades Transnacionais da Indústria Farmacêutica. Textos previamente distribuídos carecterizam as empresas multinacionais do sector, que pela primeira vez realiza em Portugal um Encontro deste tipo, aberto a todos os trabalhadores interessados, quer sejam ou não sócios dos respectivos sindicatos.

Congresso da FSMMMP

Num plenário na última sexta-feira, 16, a FSMMMP (Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal) divulgou, entre outros assuntos de interesse a que voltaremos oportunamente no âmbito da preparação do seu II Congresso, que se realizaram até àquela data 115 plenários de empresa e 58 reuniões com dirigentes sindicais, comissões intersindicais de empresa e outras organizações ou representantes de trabalhadores. O programa dos trabalhos de preparação inclui até ao fim deste mês mais 214 plenários de empresa, «além de numerosas outras iniciativas para aprofundamento de algumas matérias do programa de acção, designadamente sobre política reivindicativa, organização sindical na empresal, higiene e segurança» no trabalho.

Fusões sindicais

Contra a pulverização sindical que ainda subsiste em vários sectores tem-se desenvolvido, segundo as orientações da CGTP-IN aprovadas em Congresso, um processo de fusão e verticalização. Nessa linha de reestruturação democrática estão os Sindicatos do Comércio que preparam a fusão no Sul, os Sindicatos da Construção Civil e dos Marceneiros do distrito de Braga, que terminam o processo de fusão com as **eleições sindicais dos próximos dias 25 e 26 do corrente no novo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeiras do Distrito de Braga.** Por último refiram-se os Sindicatos das Indústrias de Papel, Gráficos e Afins dos distritos de Aveiro, Coimbra, Braga e Viseu que iniciaram, segundo a respectiva Federação, com sede em Lisboa, «o processo de fusão com vista a criar um único sindicato vertical de ramo de actividade na Zona Centro», a exemplo do que sucedeu nas Zonas Norte e Sul do País.

Constituição

No campo de actividades desenvolvidas pelo Movimento sindical unitário no sentido de apresentar a carta reivindicativa dos direitos constitucionais dos trabalhadores, a CGTP-IN tem prosseguido os contactos com as forças políticas que apresentaram projectos de revisão constitucional. No mesmo campo, o SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas) promoveu na última sexta-feira, 16, um debate sobre a revisão constitucional para delegados e activistas sindicais. Além dos dirigentes do Sindicato, na mesa que orientou a discussão, participando nela, tomaram lugar os deputados Nunes de Almeida (PS), Jerónimo de Sousa (PCP) e Manuel Lopes, membro do secretariado nacional e da comissão executiva da CGTP-IN e deputado independente eleito pelas listas da APU.

SEMANA Internacional

14
Quarta-feira

«Awacs» para o Egipto

Os EUA decidem a colocação no Egipto de sofisticados aviões «Awacs», equipados com modernos sistemas de radar e acompanhados pelas respectivas tripulações; o fornecimento destes aparelhos surge na sequência de outras acções de reforço da presença militar norte-americana no Egipto e no Médio Oriente; entretanto a administração Reagan definiria ainda para o Sudão um plano de «apoio urgente» traduzido no envio de armamento orçado em 6,7 milhões de contos.■ O dirigente soviético Vadim Zagladine afirma em conferência de imprensa dada em Bruxelas que a URSS apresentará nas negociações com os EUA propostas concretas não só para limitar, mas para reduzir os actuais níveis de armamentos.■ O antigo primeiro-ministro conservador da Grã-Bretanha Edward Heath, afirma na convenção anual do seu partido presentemente a decorrer em Blackpool que o Partido Conservador britânico está condenado à derrota nas próximas eleições gerais se o primeiro-ministro Margaret Thatcher, não abandonar a sua política económica.

15
Quinta-feira

Hassan II difamador...

Já se encontram a operar no Egipto dois aviões norte-americanos »Awacs», junto à fronteira com a Líbia; estes aparelhos, possuindo um sofisticado sistema de radar, também deverão operar no Sudão.■ A organização polaca «Solidariedade» rejeita a proposta do Governo para participar numa comissão mista destinada a debater a política de abastecimento e preços.■ Um porta-voz da ONU anuncia que o Togo, Jordânia, Zaire, Polónia e Guiana serão os novos membros não-permanentes do Conselho de Segurança a partir de 1 de Janeiro de 1982.■ A Argélia desmente qualquer envolvimento nos recentes confrontos no Saará Ocidental, acusando o regime marroquino de Hassan II de difamar a luta do povo saaraui ao alegar uma ingerência de potências estrangeiras.■ A junta militar turca nomeia uma «assembleia constituinte» com a tarefa de elaborar uma constituição à medida dos interesses do regime ditatorial imposto ao país através de um golpe militar realizado a coberto da NATO.■ São assassinadas pelo menos 40 pessoas nos últimos três dias na Guatemala por bandos fascistas protegidos pela ditadura militar.

16
Sexta-feira

Iludindo o aparatoso serviço policial que rodeava o edifício onde decorreu até hoje a convenção anual do Partido Conservador britânico, alguns dos dez mil trabalhadores desempregados que se haviam concentrado no exterior do edifício conseguiram penetrar na sala onde decorriam os trabalhos, interrompendo por três vezes o discurso de Margaret Thatcher com gritos de «queremos trabalho!»■ O primeiro-ministro holandês pede a demissão do seu governo de coligação de democratas-cristãos, trabalhistas e liberais devido a divergências internas sobre o modo de combater o desemprego.■ Fontes militares salvadorenhas informam que os guerrilheiros que combatem a junta fascista do país destruiram ontem, completamente, a maior ponte do país, a «Ponte de Oiro», com mais de um quilómetro de comprimento sobre o rio Lempa; antes da dinamitagem da ponte verificou-se um confronto armado de sete horas entre as tropas fiéis à junta e os guerrilheiros.

17
Sábado

O regime egípcio agora chefiado por Mubarak desencadeia nova vaga de repressão, detendo milhares de opositores; entretanto o general Shazli, o principal dirigente no exterior da oposição, afirma à revista italiana «Panorama» que todo o movimento contra o regime herdado de Sadat se integra numa dinâmica nacional.■ Um comunicado do Ministério da Defesa angolano acusa os racistas sul-africanos de terem morto 22 pessoas, incluindo um missionário católico, em ataques no Sul de Angola no princípio deste mês.■ É ferido gravemente pela explosão de uma bomba colocada no seu automóvel e reivindicada pelo IRA, o comandante dos fuzileitos navais britânicos, que cumpriu várias comissões na Irlanda do Norte.■ A Frente de Salvação Somáli, a Frente de Libertação Democrática Somáli e o Partido dos Trabalhadores Somális anunciam a formação de uma frente única, a «Frente Democrática de Salvação Somáli», para prosseguir a luta armada e política contra o regime ditatorial de Siad Barre na Somália.

18
Domingo

Vitória da esquerda na Grécia

Retumbante vitória eleitoral das forças de esquerda na Grécia, com a conquista da maioria absoluta (175 lugares) no parlamento (de 300 lugares) pelo Movimento Socialista Pan-Helénico (Pasok), mais 13 lugares obtidos pelo Partido Comunista Grego (KKE), contra 112 lugares alcançados pela «Nova Democracia», agrupamento de direita que tem governado o país desde a queda da ditadura fascista dos coronéis.■ O general Wojciech Jaruzelski é eleito pelo CC do Partido Operário Unificado Polaco para o cargo de primeiro-secretário, em substituição de Stanislaw Kania, que pediu a demissão.■ A Frente Polisário anuncia que as suas forças cercaram a cidade de Guelta Zemmour, no Saará Ocidental, após quatro dias de violentos combates com as tropas marroquinas.

19
Segunda-feira

A Frente Polisário afirma em comunicado que as suas forças dizimaram um regimento marroquino de 2600 homens e destruiram um arsenal numa batalha de quatro dias travada à volta da guarnição do deserto de Guelta Zemmour.■ O Ministério do Interior egípcio anuncia a prisão de 230 «oposicionistas religiosos» e a expulsão de 134 militares por «ensinamentos religiosos suspeitos.■ A agência iraniana PARS anuncia que foi nomeado primeiro-ministro do Irão Ali-Kabar Velayati, um médico pediatra especializado nos EUA.

20
Terça-feira

O presidente soviético Léonid Brejnev considera como um loucura perigosa admitir a ideia de que poderá haver uma «vitória nuclear» depois de desencadeado um conflito; esta declaração surge na sequência da afirmação do presidente Reagan, dos EUA, segundo a qual seria possível uma «guerra nuclear limitada na Europa» sem que se seguisse uma guerra total; estas afirmações de Reagan provocaram fortes protestos na Europa Ocidental.■ A URSS anuncia que vai conceder pleno estatuto diplomático à delegação da OLP em Moscovo.

Efeméride da Semana – Morre em Aix-en-Provence a 15 de Outubro de 1906 o pintor francês Paul Cézanne, que exerceu grande influência em todos os pintores das gerações seguintes, desde os cubistas aos expressionistas.

Internacional

Socialistas conquistam maioria absoluta na Grécia

Tomou posse ontem o novo governo grego, fruto dos resultados das eleições para o Parlamento que criaram na Grécia uma nova realidade política – um governo de esquerda após quase 40 anos de governos de direita.

As percentagens de votos não deixam lugar a dúvidas quanto à opção do povo grego: 175 lugares no Parlamento para o Movimento Socialista Pan-Helénico (Pasok), 110 para a «Nova Democracia», 15 para o Partido Comunista Grego (KKE). Mais nenhum partido com representação parlamentar. Tais resultados representam um aumento de 83 lugares para o Pasok e de 4 para os comunistas, a perda de 62 lugares pela «Nova Democracia», no poder desde 1974, e a anulação, sob o ponto de vista eleitoral, de todas as outras organizações políticas. Ou seja, a subida vincada da esquerda, a redução do peso da direita e das pequenas formações políticas, e o total afundamento da extrema-direita.

Uma exigência popular

Atenas e as principais cidades gregas festejaram nas ruas, em grandes e entusiásticas manifestações populares, a vitória socialista, a vitória da esquerda num país há quase quatro decénios dominado pela direita, domínio a que a liquidação do regime dos coronéis não pôs fim.

Poderoso movimento popular que já se havia manifestado na véspera da vitória, no grande comício do Pasok, considerado pela imprensa grega como a maior manifestação de sempre na Grécia. Ou ainda nos comícios organizados pelo Partido Comunista Grego, que chegaram a juntar mais de meio milhão de pessoas em Atenas.

Neste comício dos comunistas gregos, o camarada Charilaos Florakis, secretário-geral do Partido, realçou a importância de uma votaçã significativa no KKE, como garante de uma política consequente, em defesa dos interesses e da melhoria das condições de vida do povo grego, uma política externa patriótica e particularmente a saída da CEE e da NATO. Questões fulcrais, que estão inseridas no programa do Pasok. Mas cuja concretização exige a continuidade e o reforço do movimento popular que deu a vitória aos socialistas. Porque a linha política do Pasok não se define por uma total coerência; porque a pressão do imperialismo é grande e poderá ter os seus reflexos. E ainda porque só a dinâmica popular pode dar base à concretização de uma política de respeito e defesa dos interesses do povo grego.

Para que serve a democracia?

Os comentários dos órgãos de informação burgueses em torno dos resultados das eleições legislativas na Grécia são francamente significativos. Não se cuida de constatar – e a vitória é tão nítida que não exige mais do que o seu simples constatar – do sentido claro do voto popular. Porque da vontade do povo grego, como de qualquer outro aliás, nada importa a não ser... as suas consequências para a NATO e para a política mundial do imperialismo. Assim é realçada a previsível «irritação» do presidente Reagan e o igualmente previsível enfraquecimento do flanco sul da NATO. Insinua-se, afirma-se mesmo, que as promessas eleitorais de Papandreou em relação à CEE e particularmente em relação à NATO não serão para levar à prática. Em nome, claro está, da «irritação» de Reagan e do enfraquecimento da NATO. Tal é a prática de distribuir promessas para caçar votos, no mais profundo desrespeito pela vontade expressa desses votos! Tal é a prática de considerar prioritários os interesses do imperialismo e nulos os dos povos! Fica uma dúvida: dentro desta lógica – para que serve o voto livre, para que serve a democracia burguesa, no conceito dos seus próprios arautos?

Entretanto a realidade é diferente do que as forças do imperialismo, e mesmo a social-democracia, o desejariam. No gigantesco comício que culminou a campanha eleitoral do Pasok, a multidão gritou insistentemente e sem ambiguidades «Fora a NATO», «Fora a CEE». Exigências que se vinham a exprimir em diferentes acções de massas, nomeadamente em grandes manifestações contra a corrida aos armamentos, pela saída da NATO, contra as bases militares norte-americanas em território nacional. Na participação, em 1980, de mais de 3 milhões e meio de pessoas, em greves realizadas em todos os ramos de economia.

Para estas eleições, o Partido Comunistas Grego tinha colocado três objectivos: colocar a direita em minoria no parlamento, obter uma maioria das forças da mudança no mesmo parlamento, aumentar a representação comunista e assim a sua influência na vida política nacional. Estes objectivos foram alcançados. E podem justamente ser considerados a premissa para que o programa eleitoral seja levado à prática e assim respeitada a vontade expressa do povo grego. Ou seja que a «Allaigi» (mudança), palavra de ordem dos socialistas durante as eleições, se transforme de exigência em realidade concreta.

O programa do Pasok

«É preciso descentralizar, desconcentrar os poderes que devem continuar do domínio da administração pública, reformar o nosso sistema educativo, neste momento tão mau que é necessário ir para o estrangeiro para alcançar um certo nível, melhorar rapidamente o sistema de saúde e de segurança social, encontrar um sistema que permita aos salários ajustar-se automaticamente à subida de preços sem gerar inflacção, lançar um vasto movimento de cooperativas agrícolas e industriais, estabilizar e depois reduzir a alta de preços, relançar o crescimento que deverá passar, até ao fim da legislatura, para cerca de 5% ao ano, criar sindicatos livres» – são palavras de Andreas Papandreau, presidente do Pasok, antes da vitória eleitoral, que reflectem parcialmente o quadro dos problemas agudos que se vivem na Grécia, e impõem a concretização das linhas fundamentais do programa: a nacionalização de sectores fundamentais da economia, como a banca, os cimentos, os fertilizantes e os produtos farmacêuticos; um referendo sobre a permanência da Grécia na Comunidade Económica Europeia, a retirada do país da estrutura militar da NATO, na qual entrou o ano passado, a retirada das armas nucleares das bases militares norte-americanas e posteriormente a reapreciação da existência dessas mesmas bases.

A concretização deste programa é condição indispensável para a superação das imensas dificuldades actuais, com subidas de preços, desde Janeiro, da ordem dos 20 a 30% e um desemprego em curso acelerado (em 1980 houve 20% mais de despedimentos que em 1975 e só no ano passado as listas de desempregados aumentaram em 159 mil pessoas). Corresponde a um claro voto popular que em si mesmo constitui já um importante contributo na linha do reforço da mudança histórica para a esquerda na Europa.

Felicitações do PCP

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista da Grécia uma mensagem em que exprime «calorosas felicitações pelos progressos do vosso Partido, pela derrota da direita reduzida a uma minoria, pela grande vitória das forças democráticas».

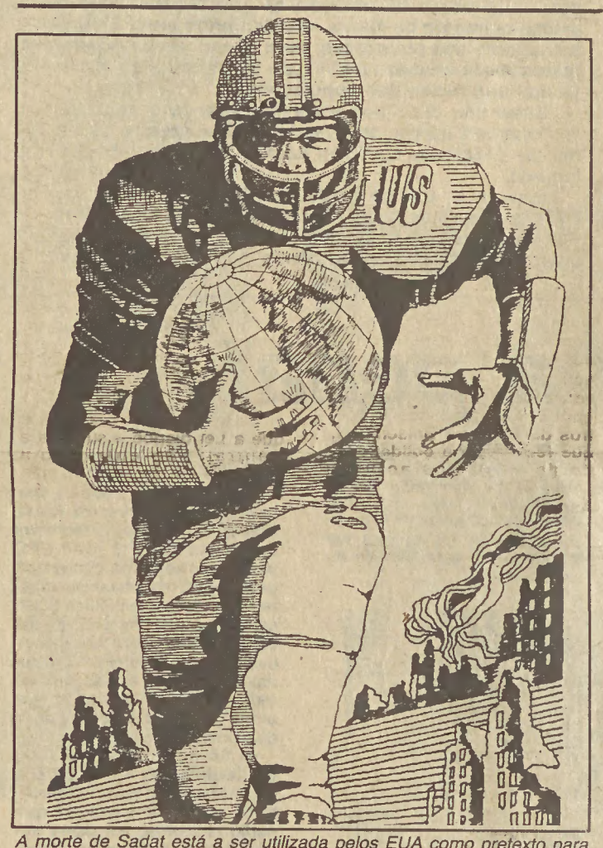
Panorama partidário

Os principais partidos políticos na Grécia:

● **Movimento Socialista Pan-Helénico (Pasok)** – constituído em 1974 por Andreas Papandreou, obteve, no primeiro escrutínio, 25,33% dos votos e 92 lugares. Nas actuais eleições é o partido vencedor com 48 por cento dos votos e 175 lugares, obtendo assim a maioria absoluta (o parlamento tem 300 lugares).

● **«Nova Democracia»** – fundado em 1974 por Caramanlis, actual presidente da República, recolheu então 54,37% dos votos, para descer para 41,84% em 1977 (173 lugares) e 35,9% (110 deputados) nas recentes eleições legislativas. É dirigido pelo ex-primeiro-ministro Georges Rallis.

● **Partido Comunista Grego** – legalizado em 1974, tem vindo a aumentar regularmente a sua votação. Em 1977 obteve 11 lugares no parlamento, contando hoje com 15.



A morte de Sadat está a ser utilizada pelos EUA como pretexto para acentuar a corrida aos armamentos

Ameaças reforçadas pesam sobre o Médio Oriente

Um facto político fundamental assinala este primeiro período após a morte de Sadat – a utilização do atentado para «justificar» uma escalada da tensão e da militarização no Médio Oriente. Escalada encabeçada pelos EUA e que assume, como formas predominantes: mais armas e maior envergadura dos exercícios militares na zona; aceleração do processo de provocação contra a Líbia, visando preparar terreno para uma agressão; agravamento ainda maior da repressão no Egipto e no Sudão, irmanados no carácter repressivo dos seus regimes.

A vaga repressiva neste dois países atinge graves proporções. No Cairo e Cartum, capitais do Egipto e do Sudão, foram anunciadas centenas de prisões entre a oposição. Os números divulgados pelas agências indicam que em poucos dias foram presas no Egipto mais de 1500 pessoas. Posteriormente foi oficialmente anunciada a prisão de mais de 230 pessoas e a expulsão de 134 oficiais e soldados. Números e factos que atestam do isolamento dos regimes repressivos de ambos os países e da consciência do perigo de outras acções «isoladas».

O «perigo» da Líbia

«Ninguém melhor que os Estados Unidos sabe que não existe nenhum perigo de que a Líbia ameace o Sudão e o Egipto, que não há concentrações de tropas líbias nas zonas fronteiriças – afirma-se em comunicado da comissão popular líbia de relações externas. Apesar disso os EUA tentam justificar a sua agressão insinuando a estes países a existência de um perigo, artificial e falso. O verdadeiro perigo provém do desejo dos EUA de dominar este países para alcançar os seus objectivos e a sua estratégia colonialista, através da utilização de novas bases militares e a exibição do seu poderio no Mediterrâneo, junto às costas árabes, a concentração das suas forças de intervenção rápida no Egipto, com o pretexto de realização de manobras conjuntas, o envio de aviões Awacs para aquele país». Simultaneamente a estas iniciativas belicistas por parte dos Estados Unidos, o presidente, sudanês, numa entrevista publicada no jornal do Cairo «Al Ahram», afirmou que vai criar um «exército suicida» para agir no interior do território da Líbia. Tudo em nome da «defesa», claro está.

Militarização acelerada

Um conjunto de factos que apontam para a clara ameaça de tentativa de intervenção contra a Líbia, visando o derrube do regime progressista neste país e assim a liquidação de uma base de apoio para as forças progressistas na zona.

A acentuação da militarização do Médio Oriente tem que recorrer a «justificações». Recentemente o porta-voz do departamento de Estado dos EUA dirigiu um «apelo» à Líbia, Sudão e Egipto, em que se afirmava: «Estamos vivamente preocupados com a situação nesta região e pedimos a todas as partes para evitarem um agravamento da tensão que **pode levar ao desencadear das hostilidades»**. Estas declarações foram divulgadas no mesmo dia em que chegavam ao Egipto os dois aviões radar norte-americanos Awaks. Facto significativo que reforça o carácter de **ameaça** – ainda que mascarada – desta pretensa mensagem de «paz».

Mas nem sempre as ameaças muito reais que o imperialismo vem a acentuar sobre o Médio Oriente assumem forma tão cinicamente cautelosa. Há quem fale uma linguagem mais clara. Numa recente edição da revista «Business Week», órgão dos meios de negócios norte-americanos afirma-se: **«A Administração Reagan iniciou os preparativos para a guerra** e opor-se-á a uma eventual perda de influência no Médio Oriente, obtida ao preço de grandes esforços» e vai-se mesmo ao ponto de apontar como necessário «dar una lição a Kaddafi».

Na verdade a sucessão de factos aponta para a pretensão expressa na revista norte-americana. As próximas manobras militares na zona, a realizar em meados de Novembro, deverão assumir uma especial envergadura, admitindo-se o seu alargamento e a inclusão de um certo número de bombardeiros estratégicos gigantes B-52.

Admite-se igualmente que os Awacs poderão permanecer na região após as manobras para «dissuadir qualquer eventual acto de agressão contra os nossos amigos na região». Segundo a revista norte-americana «Newsweek», os EUA vão formar com o Egipto uma comissão militar conjunta com o objectivo de «preparar a resposta a qualquer ataque líbio ao Sudão e conter a agressão apoiada pela União Soviética no norte de África». Acentuam-se os fornecimentos de armas, de acordo com as próprias declarações oficiais norte-americanas. David Gergen, director de comunicações da Casa Branca, disse que «os EUA concordaram em continuar a assistência económica e militar ao Sudão. Dada a evolução recente dos acontecimentos na região, especialmente a crescente ameaça da Líbia, estamos a negociar com os sudaneses sobre as formas de **acelerar os envios de armas»**.

Entretanto entre as pretensões do imperialismo e a sua concretização ergue-se o fosso da determinação e da luta dos povos contra tal política. Os acontecimentos no Egipto são um sintoma. A reacção generalizada entre os povos árabes traduz por si uma força que nas actuais circunstâncias poderá consolidar-se. A isto somam-se outros factos. Na Somália, país cujos dirigentes servem actualmente a política de Washington, foi formada uma frente comum na luta armada e política contra a ditadura de Siad Barre. A Líbia exige a **«anulação de todas as manobras provocatórias e agressivas;** a saída dos Awacs e a suspensão das manobras da VI Frota, que deve afastar-se das costas árabes». Exigência em que é sem dúvida acompanhada por todos os povos árabes. O imperialismo joga hoje uma cartada que poderá vir a ser a última no Médio Oriente. Mas joga-a pondo criminosamente em causa a frágil e relativa paz que ainda resta na zona.

Importantes decisões do CC do POUP

● Jaruzelski, novo secretário-geral

A última reunião do CC do POUP tomou importantes decisões que podem vir a constituir um passo na superação da complexa e difícil situação que se vive na Polónia. Entre estas decisões, destaca-se a eleição do general Jaruzelski – primeiro-ministro, ministro da Defesa e chefe do Estado-Maior das Forças Armadas – para novo secretário-geral do POUP.

O Comité Central aprovou igualmente uma resolução em que se afirma que o «Solidariedade» enveredou por um caminho «contrário aos interesses da nação, do Estado e, acima de tudo, da classe trabalhadora», impondo-se a renegociação de todos os acordos sociais, unilateralmente rompidos pelo «Solidariedade». A resolução realça questões tão importantes como a situação económica e a comunicação social.

Jaruzelski apontou como prioridades actuais a superação da crise económica, o fortalecimento do Estado socialista, a eliminação das tensões e dos «obstáculos utilizados e inspirados pelas forças instaladas nos centros dirigentes do Solidriedade» o reforço das alianças da Polónia com o mundo socialista.

A total solidariedade com a Polónia socialista e com todas as medidas destinadas a superar a crise e a defender e aprofundar o socialismo na Polónia, foi entretanto expressa pelos dirigentes dos países socialistas, nomeadamente da União Soviética e da RDA. Na mensagem do PCUS a Jaruzelski exprime-se a convicção que o novo secretário-geral do POUP usará a sua autoridade para «reagrupar as fileiras do POUP na base dos princípios do marxismo-leninismo, assegurar a defesa das conquistas socialistas da classe operária polaca e de todos os trabalhadores polacos face aos ataques da contra-revolução, pôr termo à crise política e económica no país e reforçar a soberania do Estado polaco sob a direcção do POUP».

As decisões desta última reunião do Comité Central do POUP, surgem num momento crescentemente difícil da vida social, económica e política da Polónia. Não é por acaso que Jaruzelski afirmou: «as nossas possibilidades de recuo encontram-se esgotadas». A maratona do Congresso do «Solidariedade» – 18 dias de reunião – não constituiu unicamente uma prova indesmentível do fundo provocatório e das pretensões contra-revolucionárias dos sectores que de facto dominam esta organização. Constituiu igualmente, pelas decisões aprovadas, um perigo iminente de ainda maior deterioração e redobrados perigos para a vida da Polónia socialista. Aliás isto é um facto evidente, não só apontado pelos comunistas, pelas forças progressistas, mas também – entusiasticamente – reconhecido pela informação dos países capitalistas. Assim, por exemplo, o jornal francês «Le Monde» fala do programa aprovado no congresso do «Solidariedade» como de «transformação total da vida económica e política da Polónia» e afirma mesmo que se vive neste país uma «sociedade de transição entre um totalitarismo ultrapassado e um futuro democrático», denominado no programa de «República Autogestionária da Polónia».

O programa aprovado no congresso de Gdansk constitui «não o documento de um sindicato, mas de um partido político que procura tomar o poder», escreveu o jornal polaco «Zolniers Wolnosci». Isso mesmo foi denunciado na última reunião do CC do POUP. E os factos são indesmentíveis. O «Solidariedade» pretende nem mais que uma «nova ordem económica» (e uma nova ordem económica, num país socialista, significa necessariamente a renúncia ao socialismo), uma nova lei eleitoral, o controlo sobre o aparelho judicial e a milícia, a perda do controlo de Estado sobre a política de educação, o direito a estações de rádio próprias. Vai até ao ponto de propor um acordo «para uma república autogestinária», que deveria definir «as perspectivas e os meios da democratização das instituições da vida pública».

Para que tudo isto fique mais claro, um grupo de intelectuais propõe um governo de tecnocratas com a exclusão obrigatória do POUP da maioria dos cargos governamentais. Nem mais!

À teorização, seguem-se as ameaças muito concretas: um prazo de 15 dias para a convocação de um greve geral, caso não sejam abertas negociações com o governo polaco para discutir o plano do «Solidariedade» para a «reforma económica» (a tal nova ordem económica...).

Neste momento, e face às grandes dificuldades que se vivem na Polónia, as decisões da reunião do CC do POUP reflectem a vontade de dar o passo que se impõe para a superação decidida da crise.

Solidariedade afro-árabe

Nas instalações da Voz do Operário realiza-se, amanhã, pelas 21 horas, uma sessão pública de solidariedade afro-árabe, promovida pelo Comité Internacional Preparatório da Conferência Afro-Árabe de Luanda e pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação.

Serão oradores representantes das seguintes organizações: Secretariado Internacional com o Povo Árabe, MPLA-Partido do Trabalho, SWAPO, OLP e ainda um representante do Egipto e outro de Portugal.

Solidariedade com Angola

Mais 22 pessoas mortas em Angola, vítimas de um bombardeamento das tropas sul-africanas à cidade de Ngiva, em 6 de Outubro. Mais uma acção de agressão a somar a muitas outras e à ocupação de território angolano, num processo já considerado como uma guerra não declarada da África do Sul contra a República Popular de Angola.

As consequências desta agressão foram denunciadas há alguns dias em Lisboa, quando do lançamento de uma **«Campanha de Solidariedade Material com a República Popular de Angola»**, promovida pela Associação de Amizade Portugal-RPA, o Movimento Português contra o *Apartheid*, o Conselho Português para a Paz e a Cooperação, o Movimento Democrático de Mulheres e o Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral.

Na conferência de imprensa em que foi anunciada esta campanha foi salientado que as agressões, bombardeamentos e incursões da África do Sul provocaram já, «segundo as primeiras estatísticas, **1400 mortos, 30 mil desalojados e refugiados e muitos milhares de feridos, cidades arrasadas e campos de colheita destruídos».**

Também em Angola a solidariedade dos portugueses se manifesta de forma viva e actuante. A **Associação 25 de Abril,** organismo associativo de portugueses residentes e cooperantes na República Popular de Angola lança um apelo à solidariedade material ao povo angolano, afirmando em comunicado: «A actual situação, caracterizada já por violentos confrontos em território angolano das forças do invasor racista com as heróicas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, poderá provocar uma guerra de consequências imprevisíveis como internacionalmente alertou o Camarada Presidente José Eduardo dos Santos. Esta é a situação gravíssima que os invasores racistas, com a conivência dos Estados Unidos da América e da reacção internacional, se empenham teimosa e ferozmente em promover».

O comunicado termina com um apelo – «**Urge demonstrar, uma vez mais e de facto, a ampla e fraternal solidariedade de Portugal Democrático com Angola Popular!**» – um apelo a que o povo português saberá corresponder.

Manifesto

Poder Local Conquista de Abril

O **Poder Local democrático**, como expressão de uma ampla participação popular na vida democrática do País e como valioso instrumento de transformação das condições de vida das populações, é uma das principais conquistas de Abril.

Como as liberdades democráticas, as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos dos trabalhadores, o controle de gestão e outras conquistas populares – o Poder Local democrático, hoje institucionalizado, vivo e actuante em Portugal, enfileira nas novas realidades nacionais criadas pela revolução portuguesa, construídas pela luta, determinação e energia criadora do povo português, e consagradas na Constituição da República como partes integrantes e indissociáveis do regime democrático.

Considerando a defesa, reforço e consolidação do Poder Local do interesse directo da democracia portuguesa, da melhoria das condições de vida do povo, do progresso e desenvolvimento do País.

Honrando a contribuição determinante que deram para a construção efectiva e para institucionalização constitucional e legal do Poder Local, honrando a sua vastíssima e dinâmica acção desenvolvida desde o 25 de Abril nas autarquias, os comunistas reafirmam perante o País o seu firme compromisso de, no conjunto da sua ampla intervenção em defesa do regime democrático, das conquistas de Abril, da solução dos problemas nacionais, dos interesses do povo e do País, continuarem a agir incansavelmente pela defesa, reforço e consolidação do Poder Local democrático.

Derrotar a ofensiva contra o Poder Local

O Poder Local democrático está seriamente ameaçado.

As forças reaccionárias há já vários anos que comandam e executam uma pertinaz ofensiva contra o Poder Local democrático, que resultou em gravíssimos prejuízos causados às populações e aos seus interesses, numa continuada sabotagem aos esforços e ao trabalho dos eleitos das autarquias, na inviabilização de numerosas realizações necessárias à melhoria das condições de vida das populações e ao progresso das cidades, vilas e aldeias de Portugal.

Desde a retirada às autarquias, nos últimos 3 anos, de 76 milhões de contos que legitimamente lhes pertenciam pela aplicação integral da Lei de Finanças Locais até às interferências ilegais dos governos da direita na vida e nas competências das autarquias; desde os boicotes à aprovação de planos e projectos indispensáveis à boa gestão das autarquias até aos boicotes pela maioria parlamentar da "AD" de dezenas de projectos de lei necessários à consolidação do Poder Local – em tudo se comprova a feroz hostilidade dos partidos da reacção e dos seus governos ao Poder Local democrático e em tudo está patente o seu desprezo pelos interesses das populações.

No desenvolvimento desta ofensiva, a "AD" e o seu Governo preparam agora uma nova escalada que, integrada no seu plano de liquidação da democracia portuguesa, visa desfigurar, subverter e destruir o Poder Local democrático e a sua indispensável autonomia e democraticidade, através da revisão inconstitucional da Constituição, da revogação da legislação democrática em vigor, da sua substituição por leis de cariz centralizador e antidemocrático, para abrir caminho a uma pseudo "legalização" de drásticas reduções de meios, recursos, competências e capacidade das autarquias, para assegurar a protecção do compadrio e da corrupção, para impôr uma sectária partidarização da gestão autárquica, para reduzir e eliminar a pluralidade de representação das forças políticas nos órgãos das autarquias.

Urge fazer frente a este plano sinistro, com acrescida consciência do sério perigo que representa, com renovado vigor no esclarecimento e na luta, mas com profunda confiança na vitória do Poder Local democrático sobre a ofensiva da reacção.

Opondo-se firmemente a esta ofensiva, os comunistas lutarão infatigavelmente, ao lado de todos os outros democratas, para que na revisão constitucional sejam intransigentemente defendidos a natureza e os princípios essenciais do Poder Local democrático, para que seja defendida a actual Lei de Finanças Locais e garantida a sua aplicação integral, para que seja aprovada – não uma lei-farsa como pretende a "AD" – mas uma verdadeira lei de delimitação de responsabilidades do Poder Central e local em matéria de investimentos, para que, em vez da campanha demagógica do Governo "AD" em torno de um falsa "regionalização", venham a ser instituídas simultaneamente verdadeiras Regiões Administrativas, nos termos e com as características previstas na Constituição.

Os comunistas nas Autarquias – uma notável obra realizada

Por força da confiança e do voto popular, o PCP e os seus aliados na APU exercem amplas responsabilidades no Poder Local do Portugal de Abril.

Intervindo e trabalhando nas autarquias locais em situações e condições concretas muito diversas – em maioria absoluta, em maioria relativa, em minoria ou mesmo com reduzida representação – os comunistas orientam em todas as circunstâncias o seu trabalho nas autarquias por dois objectivos fundamentais: **resolver os problemas do povo, defender a democracia.**

A acção dos comunistas nas autarquias, – apesar do atraso, agudas carências, complexos problemas e extremas dificuldades que o fascismo deixou aos portugueses, apesar dos boicotes e da ofensiva dos governos de direita – **apresenta um notável balanço de realizações ao serviço da melhoria das condições de vida da população**, no caminho e com a perspectiva da nova vida, mais segura e feliz, que é aspiração maior do povo português.

Das realizações dos comunistas e dos seus aliados na APU, no Poder Local, melhor do que todas as palavras, fala a realidade viva das transformações e verdadeiras mudanças operadas, falam os problemas concretos resolvidos e os que se começam a resolver, fala a opinião e a reforçada confiança de quantos puderem ver projectados na sua vida quotidiana os resultados do trabalho, dinamismo e seriedade dos eleitos da Aliança Povo Unido.

É assim que trabalham os comunistas nas autarquias: lançando e executando grandes planos de desenvolvimento local. Enfrentando situações de emergência e carências mais imediatas e mais gritantes. Exercendo atribuições inequívocas das autarquias mas também suprindo em muitas áreas a clamorosa ineficácia, incompetência e desleixo dos governos de direita. Travando combate contra as ilegalidades e a corrupção em autarquias dominadas pela reacção mas também garantindo em autarquias geridas pela APU o escrupuloso respeito pelos princípios e regras democráticas. Abrindo caminho à solução de gravíssimos e complexos problemas no domínio do ordenamento territorial e urbano. Resolvendo problemas de transportes e de trânsito. Apoiando e estimulando a acção social e cultural e as iniciativas culturais e desportivas. Ampliando as redes de água, electricidade, esgotos. Realizando, sem dispor dos meios necessários, uma obra positiva no domínio dramático da habitação. Construindo creches e jardins de infância, parques infantis, erguendo lares e centros de dia para idosos. Abrindo estradas e caminhos. Contribuindo para a defesa do meio ambiente. Tomando medidas para a salvaguarda do património cultural. Apoiando o desenvolvimento económico, colaborando com os trabalhadores da Reforma Agrária, com as empresas nacionalizadas, com os pequenos e médios agricultores e rendeiros, com os pequenos e médios comerciantes e industriais. Construindo escolas e postos médicos.

Os factos e os números mostram de forma insofismável que nos respectivos concelhos as autarquias com maioria APU em 7 anos realizaram mais do que as administrações fascistas em 48 anos. Mas mostram também claramente a superioridade da gestão democrática do PCP e da APU em relação às autarquias com maioria de outras forças políticas.

Com o PCP a política necessária e indispensável

Os êxitos alcançados pelo PCP e seus aliados na APU são inseparáveis da sua justa política coerentemente orientada para a aproximação, cooperação e **unidade** (unidade dos eleitos, unidade das populações) **em torno da solução dos problemas concretos; para o estímulo à permanente participação e intervenção popular; para uma ampla informação às populações; para o estabelecimento de justas relações entre eleitos e trabalhadores das autarquias; para a isenção partidária, honestidade e inteira dedicação ao trabalho em defesa dos interesses das populações.**

Estes são princípios essenciais que os comunistas continuarão a aplicar, ao serviço das populações e para o reforço e vitalidade do Poder Local e da democracia portuguesa.

Parte integrante da ampla e profunda intervenção do PCP na vida do Portugal Democrático, as características e os resultados da acção dos comunistas nas autarquias põem eles próprios em evidência que o PCP, seja no plano local e regional, seja no plano nacional, é uma força necessária, insubstituível e indispensável para a solução dos problemas que afectam o povo e o país, que o PCP é, no quadro político nacional, a força mais ligada às aspirações populares, mais devotada aos interesses nacionais.

Defesa do Poder Local defesa do Portugal de Abril

Considerando que tudo o que o povo português conquistou com o 25 de Abril, incluindo o Poder Local democrático, está gravemente ameaçado pela acção e pelos planos subversivos da "AD" e do seu Governo, com particular destaque para o seu projecto de revisão inconstitucional da Constituição: É imperioso travar e pôr termo às devastadoras e ruinosas consequências para o povo e o País da política da "AD" e dos seus governos. – **A mais urgente de todas as tarefas democráticas e patrióticas é a aproximação, o entendimento e a unidade dos democratas portugueses tendo em vista a defesa da Constituição e do regime democrático; defesa dos interesses dos trabalhadores e das condições de vida do povo; a saída da crise económica e desenvolvimento do país; a garantia da independência, da segurança e da dignidade nacionais; a derrota da "AD" e a alternativa democrática.**

Neste quadro, e como sua destacada contribuição para estes grandes objectivos democráticos e nacionais, cabe ao Poder Local melhorar, ampliar e intensificar o trabalho para **resolver os problemas do povo e do País – defender a democracia.**

18.10.81

A CONFERÊNCIA DO PCP SOBRE O PODER LOCAL

(Documento aprovado por unanimidade)

Opinião generalizada: *Valeu a pena!*

Organizada pelo PCP, a Conferência Sobre o Poder Local contou também com a experiência e a participação de elementos que, directamente ligados ao trabalho autárquico — quer porque tivessem sido eleitos, quer pela sua participação a nível profissional — nem sempre comungam os mesmos pontos de vista do Partido que promoveu a Conferência.

Com efeito, muitos foram os que assistiram aos trabalhos (e alguns participaram mesmo) sem que a sua filiação partidária se identificasse com o PCP. Socialistas, sociais-democratas (de emblema na lapela) ou homens e mulheres sem qualquer filiação partidária por lá estiveram, ouviram as intervenções tanto do plenário como das secções cujos temas maior interesse lhes despertou, nalguns casos participaram com as suas experiências ou sugestões. A ninguém se furtou a possibilidade de intervir, tal como já acontecera durante os trabalhos preparatórios e tal como, aliás, é usual no trabalho quotidiano nas autarquias APU.

É com algumas palavras de dois desses convidados especiais que iniciaremos, pois, o relato parcial dos múltiplos depoimentos registados pela nossa reportagem domingo em Almada. E é pena que dificuldades de espaço não nos permitam já esta semana divulgar todo o material recolhido.

● Dois vereadores do PS falam ao «Avante!»

O que importa é resolver os problemas

Vereadora do Partido Socialista na Câmara Municipal de Almada, Celeste Cavaleiro, que se deslocou à Conferência especialmente para assistir ao trabalho das secções (**Já estive na 2.ª, 3.ª e na 5.ª secção. São problemas que se prendem com o concelho de Almada, nomeadamente a 5.ª que trata de habitação, administração urbanística e política de solos.**) manifestou a sua opinião sobre a iniciativa, afirmando:

— Acho importante uma conferência deste tipo porque as populações não atingiram ainda o verdadeiro valor do poder local, o que é natural já que durante quarenta anos não tiveram oportunidade de nele participar.

Considero o poder autárquico uma das mais importantes conquistas do 25 de Abril e só tenho pena que se esteja a desenhar neste momento não uma verdadeira descentralização, mas sim uma concentração de poderes nos órgãos centrais de poder. Concentração essa que se verifica já por leis nesse sentido, mas também por uma asfixia gradual dos órgãos autárquicos ao não ser cumprida a Lei das Finanças Locais.

Depois a conversa ganhou novos rumos, e a gestão APU da Câmara de Almada viria a ser focada. Celeste Cavaleiro não hesitou em manifestar o que pensava:

— Ainda é prematuro julgar a gestão APU em Almada, tendo em conta que o concelho sofria de graves problemas, nomeadamente no saneamento básico. Estive três anos na Assembleia Municipal do concelho, que foram mais difíceis, visto atravessarmos o período revolucionário. Agora, no executivo da Câmara, não tenho encontrado atritos nas questões de fundo, porquanto podemos ter uma filosofia diferente na análise dos problemas, mas como os objectivos são idênticos, acabamos por chegar a uma plataforma de entendimento. Isto é importante, porque no âmbito autárquico o que importa é a defesa dos interesses da população e a resolução dos seus problemas.

O reconhecimento de capacidade de realização

Também ouvimos o vereador da Câmara Municipal de Almada, cabeça de lista pelo PS nas últimas eleições autárquicas. Responsável pelo pelouro da higiene e limpeza, Armando Laruça declarou-nos:

— Acho altamente positiva esta Conferência e tenho que reconhecer a vossa capacidade de mobilização e organização, que demonstra realmente uma força política devidamente organizada.

De uma maneira geral as intervenções foram no sentido do reforço do poder local o que considero essencial pois penso que as pessoas não se aperceberam ainda do que ele representa em relação ao poder central.

Celeste Cavaleiro, vereadora do PS na Câmara Municipal de Almada

Ao abordar depois a gestão APU na Câmara de que faz parte declarou:

— Certamente que existem aspectos que poderiam ser solucionados de outra forma desde que houvesse uma participação maior de todos os vereadores, nomeadamente do Partido Socialista, pois muito embora os pelouros estejam todos distribuídos deveria haver uma colaboração maior e uma discussão prévia dos problemas antes de estes serem presentes nas reuniões de trabalho normais da Câmara.

Experiências de vários locais

Da parte da tarde, tinham já começado os trabalhos das secções, fomos encontrar a engenheira Virgínia de Moura na sala onde se debatiam questões relacionadas com o funcionamento dos órgãos do Poder Local. Expressou-nos assim a sua opinião sobre a realização da Conferência:

Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Évora

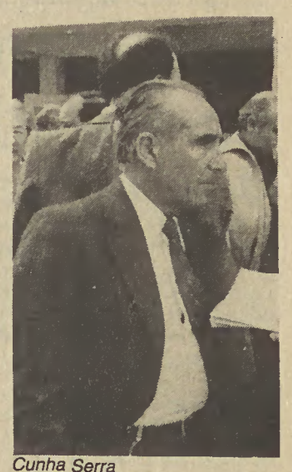
— As intervenções aqui apresentadas recolhem experiências de vários locais, com problemas idênticos, embora se apresentem com aspectos diferentes. Todos estes ensinamentos e experiências são ferramentas de trabalho das populações na sua luta pela resolução das carências fundamentais. E são tantas — acrescentou. **É impressionante a quantidade e a gravidade dos problemas, como seja, para só nomear um, a falta de habitação que afecta especialmente os jovens casais e até as pessoas de idade, muitas vezes obrigadas a viver em cubículos por falta de meios que não lhes permitem ter a sua própria habitação. E por aí fora...**

Depois de Évora... ... Loures

Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Évora, participava na mesa que orientava os trabalhos da 10.ª Secção e cujo tema versava as autarquias e desenvolvimento económico.

Évora — todos ainda se lembram — foi o primeiro «caso Loures», ou seja, a tentativa concertada do PS e do PPD para fazer cair uma câmara de gestão APU no intuito de retirarem a maioria a esta força política. Évora foi o primeiro grande fracasso desta política de aliança do PS com a direita no sector das autarquias. E isso mesmo recordou Abílio Fernandes, que antes nos falou da preparação da Conferência:

— Só por si, a preparação da Conferência e o propósito de a realizar constitui um estímulo grande a todos os que estão responsáveis pelas autarquias no sentido de reflectir uma política que oriente todas as preocupações e anseios das populações.



Cunha Serra

A sua realização — acrescentou — **e o número de participantes demonstrou já uma larguíssima participação dos comunistas e seus aliados na discussão, com base na riqueza de informação que chegou, permitindo assim definir a política mais correcta para o futuro.**

Quanto aos resultados recentes de Loures — disse depois — **penso que são motivo para relembrarmos o que se passou em Évora. Constatamos que o PS — a sua direcção e Mário Soares — continuam a ter a mesma visão das coisas, a não aprender que a aliança com a direita não interessa às populações, que já se acostumaram a reconhecer no Partido Comunista e na APU os defensores seguros e consequentes dos seus anseios e preocupações.**

Os resultados — afirmou ao terminar — **vieram confirmar que a unidade tem de ser feita entre os democratas — e muito especialmente nesta altura em que a AD tudo continua a fazer para destruir o regime democrático e a atentar contra as condições de vida do nosso povo.**

O melhor trabalho mesmo em minoria

Vereador independente, eleito pela APU para a Câmara Municipal de Lisboa, o engenheiro Cunha Serra também participou nos trabalhos da Conferência. E disse-nos:

— Parece fora de dúvidas que a APU é a força política que melhor trabalho tem desenvolvido, mesmo quando está em minoria. Como exemplo posso citar o caso de Lisboa, onde temos impedido a realização de umas tantas loucuras do Abecasis, como sejam as «torres do Tejo», a «feira de Belém» e uma certa travagem no que se propõe alterar do Castejo de S. Jorge, entre outras.

Quanto à Conferência, aliás como outras iniciativas do género, é de grande utilidade face à riqueza do intercâmbio de experiências e até mesmo pelo convívio que proporcionam.

Números que falam por si

Habitação

No Alentejo, as 26 Câmaras com maioria APU recuperaram, desde o 25 de Abril, 2605 fogos, construíram ou estão a construir 1416 fogos, além do apoio à construção de 1094 fogos por cooperativas de habitação económica e 2975 através da auto-construção. Em Setúbal, foram construídos 8839 fogos com intervenção do Poder Local, e foram licenciados 48 625 fogos construídos pela iniciativa privada. Em Loures, durante a gestão APU, em 1980, a iniciativa privada construiu 3400 fogos, mais mil do que a média anual da gestão do PS.

Saneamento Básico

Em 28 municípios do Alentejo e Ribatejo com maioria APU, havia, em 25 de Abril de 1974, 82 povoações com abastecimento de água, agora há 186; havia 65 povoações com esgotos, agora há 161; havia 43 com recolha de lixos, agora há 392. Em Setúbal, a percentagem de população abrangida passou, no que toca à água, de 58 para 87 por cento; esgotos de 51 para 76 por cento; o número de contentores de lixo em 45 municípios de maioria APU passou de cerca de 500 em 1974 para 10 075 actualmente (20 vezes mais).

Cultura e ensino

Em 28 municípios de maioria APU, no Alentejo e Ribatejo, o número de centros culturais passou de 9 em 1974 para 82 em 1980. No mesmo período, os municípios de Setúbal cederam a colectividades 134 600 m² de terrenos. No distrito de Setúbal, as Câmaras construíram 386 salas de aula desde o 25 de Abril e repararam 829. No mesmo período de tempo, em Vila Franca de Xira, o número de salas de aula passou de 85 para 154. A Câmara da Amadora concluiu já 53 salas de aula, tem 32 em construção e construirá ainda mais 24 até ao fim do seu mandato. No total, serão construídas 109 novas salas, enquanto, na área hoje correspondente ao concelho da Amadora, a gestão PS, no período de 1976/79, ergueu apenas 38 salas, aliás de construção pré-fabricada.

Cultura física e desporto

O número de campos de futebol em 28 municípios de maioria APU, no Alentejo e Ribatejo, passou de 85 em 1974, para 245 em 1980. No mesmo período, o número de parques desportivos em Setúbal passou de 55 para 121.

Protecção à infância

O número de parques infantis em 42 municípios de maioria APU, relativamente aos quais dispomos destes dados, passou de 34 em 1974 para 346 em 1980. Em 29 municípios com maioria APU, por exemplo, o número de escolas pré-primárias passou de 3 para 78.

Uma outra maneira de falar da Conferência

***«Almada saúda os delegados e convidados à Conferência do PCP sobre o Poder Local»**, dizia, dando-nos as boas vindas, o painel colocado no centro da rotunda, ali bem à vista de quem sai da via rápida, vindo da ponte, para entrar em Almada, centro operário de grandes tradições, hoje justamente considerado pelos seus habitantes como «cidade de Abril».*

Estava feito também o nosso primeiro contacto com a Conferência. Um contacto que se prolongaria durante algumas centenas de metros através das placas sinalizadoras que indicavam com precisão o caminho até à escola D. António da Costa.

Um contacto familiar para quem, membro, simpatizante, ou nada tendo a ver com o Partido, já se acostumou às características tão próprias das iniciativas do PCP: a organização e a disciplina, o convívio fraterno e a amizade.

Tudo havia sido preparado para acolher os cerca de três mil delegados e convidados e proporcionar-lhes as melhores condições de trabalho.

E assim aconteceu de facto. A ninguém, por certo, passou despercebido a agradável decoração, nos seus tons de azul, que envolvia o pavilhão onde se realizaram as sessões plenárias de abertura e de encerramento; a preocupação de alcatifar as zonas de circulação com o fim de proteger o piso do ginásio; os serviços que distribuiram aos delegados um total de 14 800 documentos saídos da sala de máquinas, onde funcionaram ininterruptamente dois duplicadores.

Falar da Conferência e dos seus objectivos é referir obrigatoriamente as condições de trabalho em que decorreu.

É referir o gabinete de Imprensa que de forma eficaz proporcionou aos jornalistas todas as informações necessárias; do posto médico e da sua equipa permanente constituída por dois enfermeiros e um médico; ou do grupo de electricistas que assegurou a manutenção de toda a parte eléctrica.

É falar, ainda, do bar que serviu mais de cinco mil sandes e sete mil bebidas, ou do restaurante que funcionou no Pavilhão da Romeira (cujo percurso esteve assegurado por autocarros alugados para o efeito), onde se serviram cerca de 1500 refeições.

Falar da Conferência e das suas condições de trabalho é, pois, falar de todos estes aspectos onde ainda poderemos incluir a exposição sobre o Poder Local instalada num dos pátios da escola, e o diaporama sobre as eleições de Loures, vivamente apreciado no decorrer dos intervalos.

Finalmente falar da realização da Conferência, é sublinhar a forma como todas estas coisas funcionaram, do esforço abnegado de dezenas de camaradas no desempenho das suas tarefas, de como os meios colocados ao serviço dos delegados e convidados se tornaram instrumentos úteis e preciosos.

Resumindo, é falar duma coisa muito simples que se chama Partido e de dois aspectos que lhe estão intimamente ligados: o estilo e os métodos de trabalho, ou seja, é falar de trabalho colectivo, aquele mesmo que preparou e funcionou na Conferência exactamente igual ao que preside à actuação dos comunistas nas autarquias.